INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

Geopolítica do Conhecimento e Estudos para a Paz

A Invisibilidade da Questão Racial

LUANA DE MORAIS MELLO

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

Geopolítica do Conhecimento e Estudos para a Paz

A Invisibilidade da Questão Racial

LUANA DE MORAIS MELLO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

LUANA DE MORAIS MELLO

Geopolítica do Conhecimento e Estudos para a Paz

A Invisibilidade da Questão Racial

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientador: Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas
UNILA

_____
Prof. (Titulação). (Nome do Professor)
UNILA

_____
Prof. (Titulação). (Nome do Professor)
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de 2025.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Dedico este trabalho aos meus pais, Sanzia e Roque, pelo apoio incondicional e por me proporcionarem os meios para trilhar meu próprio caminho. Dedico-o, também, à Sagrada Família de Nazaré - modelo de amor, entrega e missão - a quem consagro esta realização com gratidão e com a esperança de um mundo mais justo e igualitário.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar meus agradecimentos honrando e dedicando este trabalho a Deus, que me concedeu o dom da vida e me enche de bênçãos diariamente e com quem eu me reencontrei durante a minha graduação.

Agradeço imensamente a minha família, minha base e refúgio. Meus pais, que não medem esforços para me apoiar em todas as minhas decisões e possibilitaram que eu pudesse me dedicar à graduação sem preocupações. E meu irmão, que é, de longe, o melhor presente de Natal que eu poderia ter ganhado - eu espero nunca mais precisar viver em um mundo no qual você não esteja presente.

Ao longo da minha vida escolar, houveram muitas amizades que me sustentaram, mas as que eu fiz durante essa jornada acadêmica são especiais: Ana, Gabrielly e Jeniffer, obrigada por terem sido minhas companheiras ao longo dessa jornada e terem permitido que eu fizesse parte da vida de vocês.

Também faço um agradecimento especial ao meu orientador, Prof. Dr. Ramon Blanco, que me introduziu no mundo da pesquisa e acreditou na minha capacidade, muito obrigada! Agradeço igualmente aos professores que compartilharam suas experiências e conhecimentos nessa missão tão fundamental. Por fim, mas não menos importante, à UNILA, que foi meu sonho desde os 8 anos e que eu já tinha escolhido antes mesmo de saber que formação seguiria. Meus votos de que esta instituição prospere cada vez mais!

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

"A verdadeira paz não é apenas a ausência de tensão: é a presença da justiça."

— Martin Luther King Jr.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

MELLO, Luana de Morais. Geopolítica do Conhecimento e Estudos para a Paz: A Invisibilidade da Questão Racial. Trabalho de Conclusão de Curso Relações Internacionais e Integração - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2024.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo introduzir a formação dos campos de Relações Internacionais e dos Estudos para a Paz, destacando a centralidade da questão racial e a escassez de pesquisas que discutem a temática em questão. O argumento principal sustenta-se nos conceitos de geopolítica do conhecimento e epistemicídio, que são utilizados a fim de explorar como a produção de conhecimento é reflexo das relações de poder, bem como opera como um instrumento de dominação no mundo pós-colonial. Problematiza-se, portanto, a invisibilidade da discussão racial no âmbito dos Estudos para a Paz e a negligência do tema como essencial para a construção de uma paz positiva. Para isso, foram analisados dois eventos no âmbito dos Estudos para a Paz: a ISA e o EBEP. Em um primeiro momento foi mapeado, no período de 2015-2024, a ausência da discussão de Raça e Racismo nos artigos apresentados na seção de Estudos para a Paz da ISA, a principal associação profissional para acadêmicos e profissionais de RI. Em seguida, foram levantados os trabalhos apresentados nos paineis das edições do EBEP, a fim de ter um panorama dessa discussão na produção acadêmica nacional. A pesquisa adota uma abordagem metodológica mista, qualitativa e quantitativa, por meio da compilação de dados, análise das temáticas dos artigos e levantamento bibliográfico. Concluiu-se que num período de 10 anos de eventos da ISA, menos de 0,25% do total de trabalhos apresentados traziam a discussão proposta, enquanto o EBEP contou com essa discussão em cerca de 4,5% das pesquisas apresentadas ao longo de cinco edições do encontro.

Palavras-chave: raça; Estudos para a Paz; geopolítica do conhecimento; International Studies Association; Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

RESUMEN

Este artículo pretende introducir la formación de los campos de Relaciones Internacionales y Estudios para la Paz, destacando la centralidad de la cuestión racial y la escasez de investigaciones que discutan el tema en cuestión. El argumento principal se basa en los conceptos de geopolítica del conocimiento y epistemicidio, que son utilizados para explorar cómo la producción de conocimiento refleja las relaciones de poder y opera como instrumento de dominación en el mundo poscolonial. Por lo tanto, problematiza la invisibilidad de la discusión racial en el contexto de los Estudios para la Paz y el descuido de la cuestión como esencial para la construcción de una paz positiva. Para ello, se analizaron dos eventos de Estudios para la Paz: la ISA y el EBEP. En primer lugar, en el período 2015-2024, se mapea la ausencia de discusión sobre Raza y Racismo en los artículos presentados en la sección de Estudios de Paz de la ISA, la principal asociación profesional para académicos y profesionales de RI. A continuación, se relevaron los trabajos presentados en los paneles de las ediciones del EBEP para tener un panorama de esta discusión en la producción académica nacional. La investigación adopta un abordaje metodológico mixto, cualitativo y cuantitativo, a través de la compilación de datos, análisis de los tema de los artículos y relevamiento bibliográfico. Se concluyó que en un período de 10 años de eventos de la ISA, menos del 0.25% del total de trabajos presentados incluían la discusión propuesta, mientras que el EBEP incluía esta discusión en alrededor del 4,5% de las investigaciones presentadas a lo largo de cinco ediciones de la reunión.

Palabras clave: raza; Estudios para la Paz; geopolítica del conocimiento; International Studies Association; Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

ABSTRACT

This paper aims to introduce the formation of the fields of International Relations and Peace Studies, highlighting the centrality of the racial question and the scarcity of research that discusses the issue in question. The main argument is based on the concepts of the geopolitics of knowledge and epistemicide, which are used to explore how the production of knowledge reflects power relations and operates as an instrument of domination in the post-colonial world. The invisibility of racial discussion in the context of Peace Studies and the neglect of the topic as essential for building positive peace are therefore problematized. To this end, two Peace Studies events were analyzed: the ISA and the EBEP. First, the absence of discussion of Race and Racism in the articles presented in the Peace Studies section of the ISA, the main professional association for IR academics and professionals, was mapped in the period 2015-2024. Next, the papers presented in the panels of the EBEP editions were surveyed in order to get an overview of this discussion in national academic production. The research adopts a mixed methodological approach, both qualitative and quantitative, by compiling data, analyzing the theme of the articles and through literature review. It was concluded that in a period of 10 years of ISA events, less than 0.25% of the total papers presented included the proposed discussion, while the EBEP included this discussion in around 4.5% of the research presented over five editions of the meeting.

Key words: race; Peace Studies; geopolitics of knowledge; International Studies Association; Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2015 44
Gráfico 2 – Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2016 45
Gráfico 3 – Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2017 45
Gráfico 4 – Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2018 46
Gráfico 5 – Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2019 47
Gráfico 6 – Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2020 48
Gráfico 7 – Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2021 49
Gráfico 8 – Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2022 50
Gráfico 9 – Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2023 52
Gráfico 10 – Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2024 52
Gráfico 11 – Distribuição de Autorias por Gênero (ISA, 2015–2019) 56
Gráfico 12 – Temáticas (ISA, 2015) 59
Gráfico 13 – Temáticas (ISA, 2016) 60
Gráfico 14 – Temáticas (ISA, 2017) 61
Gráfico 15 – Temáticas (ISA, 2018) 62
Gráfico 16 – Temáticas (ISA, 2019) 64
Gráfico 17 – Temáticas (ISA, 2020) 65
Gráfico 18 – Temáticas (ISA, 2021) 66
Gráfico 19 – Temáticas (ISA, 2022) 67
Gráfico 20 – Temáticas (ISA, 2023) 68
Gráfico 21 – Temáticas (ISA, 2024) 70
Gráfico 22 – Temáticas (EBEP, 2017) 87
Gráfico 23 – Temáticas (EBEP, 2018) 88
Gráfico 24 – Temáticas (EBEP, 2022) 90
Gráfico 25 – Temáticas (EBEP, 2023) 93
Gráfico 26 – Temáticas (EBEP, 2024) 95
Gráfico 27 – Distribuição de Autorias por Gênero (EBEP) 98
Gráfico 28 – Gráfico de origem dos trabalhos - EBEP/2017 102
Gráfico 29 – Gráfico de origem dos trabalhos - EBEP/2018 104
Gráfico 30 – Gráfico de origem dos trabalhos - EBEP/2022 106
Gráfico 31 – Gráfico de origem dos trabalhos - EBEP/2023 108
Gráfico 32 – Gráfico de origem dos trabalhos - EBEP/2024 110

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos que abordam raça e racismo na seção de *Peace Studies* da ISA (2015-2024) 39

Quadro 2 – Trabalhos que abordam raça e racismo nos Encontros Brasileiros de Estudos para a Paz (EBEP) 80

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12
1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS, ESTUDOS PARA A PAZ E A INVISIBILIZAÇÃO DA QUESTÃO RACIAL **17**
1.1 O CAMPO ACADÊMICO E A GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO **17**
1.2 RAÇA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E PAZ **25**
1.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS **33**
2 A ISA E A INVISIBILIDADE DA RAÇA: UM ESTUDO DA ESTRUTURA E DA PRODUÇÃO ACADÊMICA **35**
2.1 A INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION: OBJETIVOS, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E PRODUÇÃO ACADÊMICA **35**
2.1.1 O DEBATE RACIAL NAS CONFERÊNCIAS DA ISA (2015 - 2024) 38
2.1.2 QUEM TEM VOZ NOS ESTUDOS PARA A PAZ? ORIGEM DOS TRABALHOS À LUZ DA GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO 42
2.1.3 O PROTAGONISMO FEMININO NOS ESTUDOS PARA A PAZ 55
2.1.4 TEMÁTICAS NA PRODUÇÃO SOBRE PAZ NA ISA 58
2.2 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS **71**
3 O ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS PARA A PAZ: A PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL E A QUESTÃO RACIAL 75
3.1 O EBEP E OS ESTUDOS PARA A PAZ NO BRASIL: HISTÓRICO, ESTRUTURA E OBJETIVOS **75**
3.1.1 A QUESTÃO RACIAL COMO FATOR PRIMORDIAL NA CONSTRUÇÃO DA PAZ NO BRASIL 78
3.1.2 DIVERSIDADE TEMÁTICA NOS ESTUDOS PARA A PAZ: UM OLHAR SOBRE AS DISCUSSÕES APRESENTADAS 86
3.1.3 A QUEM INTERESSA OS ESTUDOS PARA A PAZ NO BRASIL? 97
3.1.4 REGIÕES DE ORIGEM DOS TRABALHOS: ABRANGÊNCIA TERRITORIAL E INTERCÂMBIOS INTERNACIONAIS 101
3.2 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS **112**
CONCLUSÃO **114**
REFERÊNCIAS **117**

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como foco principal abordar como a geopolítica do conhecimento opera na invisibilização da questão racial nos Estudos para a Paz, cuja consolidação como uma área interdisciplinar possibilitou uma ampliação da discussão sobre a superação da violência e a promoção e construção da paz por meio do surgimento de diversas abordagens teóricas e práticas (Oliveira, 2017). Com isso, a expansão da discussão sobre o conceito de paz reforça a necessidade de refletir sobre os limites e os silenciamentos que atravessam suas produções. Entre esses silenciamentos encontra-se a discussão sobre raça e racismo, frequentemente negligenciada nas produções acadêmicas internacionais e nacionais voltadas ao debate sobre a paz.

A ausência ou marginalização das discussões sobre raça e racismo nos Estudos para a Paz não é por acaso, mas pode ser compreendida à luz da geopolítica do conhecimento, que delimita quais vozes, experiências e saberes são reconhecidos como legítimos. Isso acaba refletindo nas produções científicas presentes nos congressos acadêmicos e a análise das programações da International Studies Association (ISA) e do Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz (EBEP), evidencia esse fenômeno

Esse tema se torna relevante devido à centralidade da questão racial tanto no surgimento do campo de Relações Internacionais quanto nas próprias práticas hegemônicas de construção de paz, que seguem um perfil universalista (neo)liberal, como aponta Richmond (2020). Nesse contexto, este trabalho propõe como problema de pesquisa investigar de que forma e em que medida a discussão sobre raça e racismo tem sido abordada nos Estudos para a Paz em espaços acadêmicos internacionais e nacionais, bem como quais fatores explicam a presença ou ausência desse debate nesses fóruns. Além disso, a pesquisa é desenvolvida a partir da hipótese de que a marginalização da discussão racial nos Estudos para a Paz decorre da hegemonia de epistemologias eurocêntricas, que priorizam abordagens universalistas e desconsideram a centralidade da raça na discussão sobre a paz e a guerra.

As Relações Internacionais, que surgiram no princípio do século XX, em um contexto marcado pelo fim da Primeira Guerra Mundial e buscando uma reflexão e problematização acerca de como evitar novas guerras e construir a paz no cenário

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

internacional (Barbé, 1995), consolidaram-se a partir de uma matriz epistemológica liberal e anglo-saxã que mantêm-se como guia no processo de consolidação da área, que se desenvolve em torno de um eixo geográfico específico: Estados Unidos e Europa. Inicialmente, as análises do campo eram desenvolvidas principalmente dentro dos eixos do Liberalismo e do Realismo, porém, essas abordagens passaram por uma ampliação e diversificação que possibilitaram a abertura para diferentes tipos de abordagens, como, o Feminismo e os Estudos Decoloniais. Isso significa que as atuais problematizações em relação à realidade internacional tornaram-se mais plurais, tanto em relação à maneira pela qual a política internacional é estudada e abordada, quanto às realidades e processos que estas problematizações buscam entender.

Não obstante, o polo central de definição do internacional continua sendo a Europa e, especialmente após a Guerra Fria, os Estados Unidos, o que faz com que as dinâmicas internacionais problematizadas, as questões centrais que a disciplina reflete e as teorias e conceitos utilizados, girem em torno dos interesses e das demandas desse grupo limitado de países, de modo que essa dinâmica de desenvolvimento da área contribuiu para a visibilização de algumas temáticas e a invisibilização de outras. Isto faz com que, por um lado, os próprios conceitos bases da disciplina, como Paz, Guerra e Soberania, sejam instrumentos de naturalização de uma determinada conformação e entendimento da ordem política internacional, enquanto faz com que as demandas e interesses periféricos como (neo) colonialismo e dependência, sejam invisibilizados como elementos relevantes e estruturantes no desenvolvimento da disciplina. A universalização desses conceitos e teorias sem levar em consideração a realidade dos países periféricos leva à consequências tanto na dependência epistemológica dos acadêmicos periféricos quanto nos campos políticos, sociais e econômicos destes países.

Dentro disso, torna-se relevante a realização de um amplo mapeamento da produção acadêmica nacional e internacional, por meio da análise da produção do EBEP, evento que visa reunir pesquisas e pesquisadores da área, e da seção de ‘Peace Studies’ da ISA, a “principal entidade científica que congrega pesquisadores na área de Estudos Internacionais” (Ferreira, Kuhlmann, Maschietto, 2019, p. 19). Portanto, este trabalho justifica-se na necessidade de se ter maior clareza a respeito do que é investigado e publicado tanto em âmbito internacional quanto doméstico,

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

sobretudo relativamente à presença ou ausência das discussões de raça e racismo nesses eventos.

Em vista disso, no âmbito acadêmico a pesquisa se justifica por sua contribuição ao trazer uma análise crítica sobre a geopolítica do conhecimento nos Estudos para a Paz, destacando como epistemologias eurocêntricas moldam as narrativas predominantes e excluem debates fundamentais sobre raça e racismo. O estudo dialoga com perspectivas decoloniais e do Sul Global, fortalecendo um debate emergente dentro das Relações Internacionais e incentivando a diversificação teórica do campo. Além disso, ao analisar a presença ou ausência da temática racial em eventos acadêmicos internacionais e nacionais, a pesquisa oferece um diagnóstico relevante sobre as barreiras institucionais e epistemológicas que limitam a inclusão desse debate. Dessa forma, o trabalho contribui para a ampliação das fronteiras do conhecimento e para o fortalecimento de abordagens mais plurais e representativas nos Estudos para a Paz.

A ausência sistemática de debates sobre racismo estrutural, colonialismo e branquitude compromete a capacidade crítica e transformadora do campo, afastando-o de realidades marcadas por desigualdades raciais. Compreender os limites e possibilidades das produções acadêmicas sobre paz, a partir de uma perspectiva que integre a dimensão racial, é essencial para o fortalecimento de práticas mais inclusivas, plurais e emancipadoras. Esse mapeamento viabilizará uma maior clareza dos principais elementos que sustentam a produção científica no campo de Estudos para a Paz, o que permitirá um panorama mais amplo do conteúdo da produção do conhecimento na disciplina. Em suma, esta pesquisa justifica-se na urgência de se investigar de forma aprofundada a respeito da problemática que envolve a ausência das discussões de raça e racismo em congressos acadêmicos, especificamente na seção de Estudos para a Paz da ISA e no EBEP.

Para além do âmbito acadêmico, a pesquisa sobre a invisibilidade da questão racial nos Estudos para a Paz apresenta relevância social ao contribuir para a compreensão das dinâmicas de exclusão que moldam o campo acadêmico e as práticas de pacificação. Em um contexto global marcado por conflitos racializados, violência estrutural e desigualdade social, a ausência da discussão sobre raça nos Estudos para a Paz compromete a formulação de políticas eficazes para a construção de sociedades mais justas e equitativas. Ao evidenciar essa lacuna, o

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

trabalho reforça a importância de incluir perspectivas racializadas nas abordagens de resolução de conflitos e promoção da paz, ampliando a capacidade do campo em lidar com desafios contemporâneos relacionados ao racismo e à justiça social. Assim, este trabalho não apenas amplia as fronteiras do conhecimento, mas também promove uma inclusão necessária das perspectivas racializadas nos Estudos para a Paz.

Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa é compreender a invisibilidade da questão racial nos Estudos para a Paz a partir da análise da geopolítica do conhecimento. Como objetivos específicos, busca-se: (i) apresentar e discutir a formação dos campos de Relações Internacionais e de Estudos para a Paz, bem como a invisibilização da temática racial nesses campos; (ii) mapear a discussão sobre a questão racial na ISA e apresentar as outras variáveis analisadas; e (iii) analisar como a questão racial tem sido abordada no EBEP, através do mapeamento da discussão e da análise de outras variáveis.

A metodologia incluiu uma revisão bibliográfica a fim de compreender a formação dos campos de Relações Internacionais e Estudos para a Paz. Ademais, buscou-se analisar como a geopolítica do conhecimento limita o alcance e a capacidade de produção de saberes considerados legítimos, priorizando temas que fossem de interesse dos centros hegemônicos. Além do mais, também buscou-se compreender o papel da raça e do racismo na conformação do Sistema Internacional contemporâneo e a importância da discussão desse tema para a construção de uma paz positiva, conceito que faz parte da genealogia do campo em Galtung (1969).

Para entender a prática desse silenciamento, a metodologia foi combinada com um levantamento das programações anuais das conferências da ISA no período de 2015 a 2024, disponibilizadas na página online da associação. Em cada arquivo foi realizado um levantamento quantitativo a partir do termo de busca *'peace studies*' a fim de localizar os paineis que compunham tal seção. Cada painel incluía cerca de cinco trabalhos, cujas informações sobre autoria, instituição de origem e temática - a qual foi analisada a partir dos títulos dos trabalhos - foram compiladas e organizadas. Este primeiro passo serviu para identificar e quantificar os trabalhos desta seção para, em seguida, mapear as pesquisas que tratavam de raça e/ou racismo, informação que está apresentada no texto por meio de quadros.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Num segundo momento, foram analisados os trabalhos apresentados nos paineis das cinco últimas edições do EBEP. A primeira edição, realizada em 2016, não teve submissão de trabalhos, resultando na ausência de dados sobre o I EBEP. Nesta seção os trabalhos apresentados nos paineis foram, igualmente, analisados e quantificados, a partir das temáticas apresentadas, da região de origem dos pesquisadores e de quem eram os autores ou autoras destas pesquisas. A análise dessas variáveis tem como fim compreender se os artigos discutidos na seção de *peace studies* tratam da discussão proposta, raça e racismo, bem como ter um maior panorama a respeito das discussões tratadas nos debates sobre a paz e quem faz essas problematizações, ou seja, de onde vem os trabalhos desenvolvidos. Tais variáveis são apresentadas ao longo da pesquisa por meio de gráficos que visam facilitar a visualização das informações compiladas.

Este estudo está organizado em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro apresenta o conceito de geopolítica do conhecimento e como a formação do campo de Relações Internacionais se deu baseada nessa estrutura, o que refletiu também na consolidação do campo de Estudos para a Paz. Além disso, é função desse capítulo introduzir como a questão racial é tanto central na conformação da ordem internacional vigente quanto uma discussão fundamental no debate sobre a construção da paz. O segundo capítulo, por sua vez, tem como objetivo demonstrar as análises realizadas nas programações da ISA e, por fim, é função do terceiro capítulo demonstrar os dados compilados na análise do EBEP.

O referencial teórico deste trabalho apoia-se, principalmente, nos aportes da crítica decolonial e da geopolítica do conhecimento. Primeiramente, será utilizada a obra de Johan Galtung (1969) a fim de aprofundar as bases dos Estudos para a Paz. Isso inclui os ideais que nortearam o surgimento do campo, como o ideal de uma concepção de paz que fosse além da ideia de ausência de guerra. A noção de geopolítica do conhecimento e epistemicídio, desenvolvida por autores como Walter Mignolo (2003; 2008; 2010; 2020), Boaventura de Sousa Santos (1995; 2005; 2007; 2010; 2014; 2016) e Sueli Carneiro (2005), permite compreender como o saber produzido no Norte global se universaliza, ao mesmo tempo em que marginaliza outras formas de conhecimento situadas e racializadas. A crítica à colonialidade do saber é aprofundada a partir das contribuições de Aníbal Quijano (1992; 2005), que argumenta que o colonialismo deixou como herança uma subordinação epistêmica

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

que se perpetua por meio da colonialidade. A crítica à hierarquização do conhecimento também está ancorada nas ideias de Ramón Grosfoguel (2008; 2016a; 2016b), Lélia Gonzalez (2020), Patricia Hill Collins (2020) e Djamila Ribeiro (2023), que apontam como o racismo e o patriarcado guiam a produção científica contemporânea. A diferenciação de colonialismo e colonialidade é ancorada na obra de Maldonado-Torres (2007) e a crítica à concepção universal de paz parte dos argumentos de Oliver Richmond (2020).

O diálogo entre essas abordagens permite construir uma base que problematiza os silêncios do campo dos Estudos para a Paz, contribuindo para uma análise crítica da sua estrutura epistemológica e da forma como determinados temas - como a questão racial - são sistematicamente invisibilizados. Com isso, espera-se que este trabalho não apenas contribua para o debate sobre o papel da discussão de raça e racismo no campo de Estudos para a Paz, mas também promova uma reflexão sobre a importância da ampliação das abordagens e perspectivas teóricas na compreensão da paz e quais as implicações da colonialidade na produção de conhecimento.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS, ESTUDOS PARA A PAZ E A INVISIBILIZAÇÃO DA QUESTÃO RACIAL

Este capítulo pretende desenvolver a base teórica e conceitual necessária para compreender a invisibilidade da questão racial nos Estudos para a Paz a partir da perspectiva da geopolítica do conhecimento. Para isso, inicia-se com a apresentação dos campos acadêmicos das Relações Internacionais e dos Estudos para a Paz, destacando suas origens e agendas fundacionais que foram resultado da geopolítica do conhecimento e do silenciamento das teorias hegemônicas. Em seguida, discute-se como a questão racial foi sistematicamente silenciada na constituição das Relações Internacionais como disciplina, a partir de uma crítica à sua base eurocentrada e colonial. Por fim, introduz-se o conceito de geopolítica do conhecimento como chave analítica para compreender a marginalização de saberes não hegemônicos e o apagamento da raça nos discursos sobre paz. Ao longo do capítulo, busca-se evidenciar como essa ausência não é acidental, mas estruturante, e como a incorporação de perspectivas afro-latino-americanas e feministas pode contribuir para a reorientação crítica dos Estudos para a Paz.

1.1 O CAMPO ACADÊMICO E A GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO

É de senso comum associar o surgimento das relações internacionais[1] enquanto práticas de troca entre atores internacionais e estabelecidas “através das fronteiras nacionais entre grupos socialmente organizados” (Seitenfus, 2007, p. 2) se deu no contexto dos acordos da Paz de Westfália, que encerraram a Guerra dos Trinta Anos (1618 - 1648) e fundaram as bases das relações internacionais contemporâneas e seus estudos (Jesus, 2011). As práticas internacionais contemporâneas foram, então, moldadas e desenvolvidas a partir daquele sistema westfaliano baseado na ideia de Estado, soberania, igualdade jurídica, fronteira e território, tendo sido desenvolvidas não somente na Europa, mas também para atender aos interesses e às necessidades dos países europeus. A partir de então, os Estados europeus, que viriam a se tornar potências internacionais, temiam o surgimento de um Estado hegemônico, então formaram alianças para manter esse

[1] relações internacionais, com as iniciais minúsculas, referem-se às práticas e interações que se dão no âmbito internacional entre diversos atores, ao passo que Relações Internacionais, com iniciais maiúsculas, definem o campo de estudos dedicado à tais relações.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

equilíbrio nas forças de poder de modo que, ao longo do século, o continente europeu passou por um período de relativa paz que, segundo Mingst (2009), estava baseada, entre outros fatores, na solidariedade que os Estados europeus mantinham entre si apoiada nas suas características comuns, isto é, sociedades brancas, cristãs e europeias. A partir dessas bases históricas, verifica-se que o próprio conceito de Estado-nação e soberania já emergia associando branquitude a critérios de legitimidade, o que moldaria não apenas a política europeia, mas as categorias analíticas de quem seria considerado ‘civilizado’ ou ‘legítimo’ no que viria a ser o campo de Relações Internacionais.

Esse padrão demonstra que a ordem internacional predominante esteve, desde então, ancorada nas necessidades e ambições europeias, especialmente nas características que uniam os europeus como um povo semelhante entre si e que os colocava numa posição superior, segundo a própria ordem, em relação ao outro, isto é, o resto do mundo. Esses pressupostos eurocêntricos (Estado, soberania, igualdade jurídica entre ‘nações brancas’) formaram a base epistemológica que tem direcionado a produção de conhecimento em Relações Internacionais por décadas.

Séculos mais tarde, no pós Primeira Guerra Mundial, em 1919, foi criada a Cátedra Woodrow Wilson, na Universidade de Aberystwyth, a partir da qual definiu-se o marco de nascimento das Relações Internacionais enquanto um campo de conhecimento próprio, que estuda as interações e o comportamento dos diversos atores que integram a política internacional (Mingst, 2009) e que tem como preocupação inicial o fenômeno da guerra (Barbé, 1995). Nesse contexto, Estado, Nação, Soberania, Poder e Equilíbrio de poder são conceitos que formam, a base das Relações Internacionais e, desde o princípio foram desenvolvidos a partir de uma estrutura moldada por circunstâncias históricas que têm como antecedentes considerados mais importantes no Sistema Internacional contemporâneo aqueles centrados na civilização ocidental europeia (Mingst, 2009) e nos Estados Unidos, que ascenderam como potência mundial no século XX (Silva, 2014). As potências anglo-saxãs são, portanto, as primeiras a criarem centros de pesquisa de Relações Internacionais, constituindo os primeiros centros de pesquisa do campo e reforçando o que as práticas de relações internacionais já demonstraram a respeito dos centros hegemônicos de onde emana o poder no cenário internacional

Por outro lado, ainda que as discussões acerca da guerra e da paz sempre estivessem presentes nos estudos das Relações Internacionais, o surgimento de um

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

campo específico que estudasse as condições da paz e de sua manutenção só se deu no pós Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945). Seguindo um padrão muito semelhante ao surgimento do campo de Relações Internacionais, os Estudos para a Paz surgem na década de 1950, em universidades e centros de pesquisa europeus, sob o nome de *peace research*, e estadunidenses, sob a denominação de *conflict research*. Tal área de pesquisa acadêmica defende o compromisso com a não violência e a organização pacífica das relações sociais tanto no nível nacional e internacional, quanto no regional e local (Oliveira, 2017).

Esta área do conhecimento coloca em evidência o estudo da violência e do conflito, incluindo tanto conflitos armados e guerras quanto violência interpessoal, violência cultural e formas de violência não direta, contribuindo para debates de políticas públicas internacionais tanto no âmbito da mediação e transformação de conflitos quanto da análise do conceito de paz a partir de uma perspectiva 'positiva', como justiça e bem-estar social (Ferreira, Kuhlmann, Maschietto, 2019). Essa perspectiva positiva foi abordada por uma das referência centrais no campo dos Estudos para a Paz, o sociólogo norueguês Johan Galtung, que concebia a paz como um tópico complexo que não podia ser limitada a uma análise unidimensional, devendo ser constantemente problematizado em uma rede de pesquisa multidisciplinar (Oliveira, 2017).

Dessa forma, Galtung (1969) argumenta que existem duas dimensões que caracterizam a violência, sendo a primeira entre a violência física e a violência psicológica, e a segunda entre uma abordagem positiva e outra negativa. Enquanto a violência física é caracterizada como a violência direta, na qual os indivíduos são feridos ou mortos, a violência psicológica inclui mentiras, doutrinação, ameaças, entre outros. Já a caracterização de violência positiva e negativa diz respeito às punições ou pretensas recompensas por parte do que Galtung chamou de 'influenciador'. Ele traz ainda uma terceira distinção que parte da perspectiva do 'objeto', quando se tem ou não um objeto que é afetado, e usa como exemplo o próprio equilíbrio de poder, que, embora se baseie em ameaça de violência física, trata-se de uma forma de violência psicológica que restringe a ação humana.

Essa concepção mais ampla de violência leva, como consequência, a uma concepção mais ampla do conceito de paz, que, segundo Galtung (1969), possui dois lados: a paz negativa e a paz positiva. A paz negativa diz respeito à ausência da violência direta, isto é, da violência física, de guerras e conflitos armados.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Entretanto, Galtung argumenta que a ausência da violência direta não significa, necessariamente, que não exista uma violência indireta, ou seja, uma violência estrutural e cultural. A paz positiva seria, portanto, um estado em que as violências indiretas não existem, mas prevalece a justiça social, a igualdade e a distribuição de poder e de recursos. Diante disso, o campo de estudos para a Paz reconhece que a construção e a manutenção da paz não depende somente do fim de guerras e conflitos armados ou da violência direta, mas possui uma ampla agenda que inclui discussões como as migrações, os movimentos de resistência, a violência estrutural e cultural, a educação para a paz, as desigualdades econômicas, a justiça social (Oliveira, 2017) e, como se propõe explorar neste trabalho, as hierarquias raciais.

Esses apontamento demonstram que, assim como as Relações Internacionais desenvolveram-se na teoria, partindo de uma matriz epistemológica liberal e anglo-saxã, e na prática, tendo como base a experiência europeia, privilegiando as demandas, as necessidades, as preocupações e os interesses de um grupo limitado de países, os Estudos para a Paz seguiram um caminho semelhante, consolidando-se em academias de centros hegemônicos e tendo como prioridade a construção de uma paz liberal, isto é, com foco na prevenção da violência e não no "desenvolvimento de uma ordem autossustentável" (Richmond, 2020, p. 11). Desse modo, a produção de conhecimento sobre a paz esteve, como consequência, diretamente voltada para as demandas do centro, priorizando, assim, discussões que eram de seu interesse e, quando necessário, silenciando e inviabilizando discussões que não os beneficiassem.

É nesse contexto que a ideia de paz se desenvolve de forma subjetiva e possui uma definição dependente de atores, métodos, ontologias e abordagens epistemológicas individuais. Além do mais, diferentes abordagens produzem distintos discurso sobre a paz e, ainda que existam diferentes espaços com distintas concepções de paz, a que se destaca como uma concepção hegemônica é a ideia de paz liberal/neoliberal, que "estão ligados a uma mistura contraditória de soberania territorial, Estado democrático, governação global, direitos, comércio econômico e extração" (Richmond, 2020, p. 21). Além disso,

> a paz pode ser contextualizada de forma mais subtil, geograficamente, culturalmente, em termos de identidade e da evolução da política socioeconómica anterior. Isto significa que se deve desconfiar de uma abordagem teórica, de uma análise empírica ou de uma política que sugira que as instituições, normas, regimes e constituições associadas à paz

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

> podem ser aplicadas de forma igual em todo o mundo. É necessário diferenciar a ordem internacional e a paz num contexto global, bem como a ordem local e a paz num contexto local ou indígena (Richmond, 2020, p. 21)

Além disso, assim como ocorreu com as primeiras instituições de Relações Internacionais, os principais centros dos Estudos para a Paz, como o Peace Research Institute Oslo (PRIO, criado em 1959), o International Peace Research Association (IPRA, 1964) e o International Peace Academy (hoje International Peace Institute, fundado em 1970), eram institucionalizados no Norte Global, ilustrando que o campo já nasceu inserido numa geopolítica do conhecimento, que privilegiava a agenda liberal (desarmamento nuclear, Guerra Fria, direitos humanos) em detrimento de debates estruturais, como o racismo estrutural.

Boaventura de Sousa Santos (1995; 2010) cunha ‘epistemicídio’ para designar a destruição sistemática de saberes subalternos pela dominação colonial. No campo de RI, isso significa que tradições não-eurocêntricas de compreensão de poder e conflito foram silenciadas, pois não se ajustavam ao modelo liberal. Esse conceito trata, dessa maneira, da supressão de conhecimentos e cosmovisões e da perda de experiências e memórias perpetrada pelo colonialismo (Santos, 2010). Nesse sentido, valoriza-se uma determinada ordem política, social e cultural, bem como um determinado modo de vida, ao passo que expressões que não condizem com a ordem considerada legítima, ou seja, aquela ordem definida a partir da Paz de Vestfália, é invisibilizada e silenciada (Fernandez, 2019). Ademais, a própria área de Relações Internacionais foi conivente com o epistemicídio colonial, uma vez que surgiu através “de mitos e categorias analíticas que naturalizaram e continuam naturalizando o percurso trilhado pelo mundo da supremacia branca, reproduzindo suas ontologias, epistemologias e privilégios” (Fernandez, 2019).

Fernandez (2019) argumenta ainda que os epistemicídios que ocorrem dentro das Relações Internacionais se manifestam desde as bases do ensino universitário, posto que

> Todo estudante de Relações Internacionais tem contato, já nos primeiros anos de formação universitária, com aquelas que são consideradas as principais teorias das Relações Internacionais: o realismo e o liberalismo, bem com as variadas nuances de cada uma dessas perspectivas teóricas. Aprende-se que ambas perspectivas partem de um sistema internacional anárquico, cuja principal característica/problema é a ausência de uma autoridade centralizada tida como legítima e que tem como principal metáfora o estado de natureza (Fernandez, 2019).

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

A internalização dessa perspectiva enquanto fundamento primordial e base das Relações Internacionais e da ordem moderna pelos internacionalistas em formação, perpetua uma perspectiva hegemônica da produção acadêmica e do modo de se pensar o Ocidente, isto é, como centro das relações de poder e de onde parte toda a produção legítima de saberes, e o não-Ocidente, como espaço periférico cujas teorias - igualmente periféricas - são invisibilizadas e não são levadas em consideração ao se pensar as realidades locais. Edward Said situa essa lógica eurocêntrica na sua obra “Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente”, cuja primeira edição é de 1978. Said argumenta que a ideia que se tem sobre o Oriente nas sociedades contemporâneas, bem como a forma como o Oriente é representado, é uma construção do Ocidente baseada numa “relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa” (Said, 2003, p. 27). Essa representação única não apenas reforça a ideia de que o Oriente é negativamente diferente, mas serve de base para legitimar políticas externas, intervenções militares e discursos acadêmicos que reforçam a ideia de uma “civilização superior”.

De modo análogo, Aníbal Quijano (1992) argumenta que, a partir da colonização, foi estabelecida uma divisão global entre o Ocidente e o não-Ocidente, na qual as experiências, epistemologias e subjetividades ocidentais são universalizadas, enquanto as não-ocidentais são silenciadas ou subalternizadas. Sobre essas diferenças, Quijano (1992) escreveu que:

> A formação e o desenvolvimento de certas disciplinas, como a Etnologia e a Antropologia, como tem sido amplamente debatido, especialmente desde a Segunda Guerra Mundial, sempre demonstraram esse tipo de relação "sujeito" - "objeto" entre a cultura "ocidental" e outras. Por definição, outras culturas são o "objeto" de estudo (Quijano, 1992).

Tal relação “sujeito-objeto” está enraizada na lógica da colonialidade, que ainda impera nas dinâmicas entre o centro e a periferia do sistema internacional, mesmo após o fim formal do colonialismo. O conceito de colonialismo, conforme define Maldonado-Torres (2007, p. 131), refere-se a “uma relação política e econômica, em que a soberania de um povo está subordinada ao poder de outro povo ou nação”. Trata-se, portanto, de uma forma de dominação direta, caracterizada por ocupação territorial, controle administrativo e imposição política. No entanto, o término das estruturas coloniais formais não significou o fim das

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

lógicas de dominação. É nesse ponto que se insere o conceito de colonialidade, entendido como a permanência das hierarquias coloniais no período pós-colonial, manifestando-se por meio de três dimensões interligadas: o poder, o saber e o ser (Ballestrin, 2017). A colonialidade opera, assim, como uma continuidade do colonialismo, mas de forma mais difusa e enraizada nas estruturas do sistema internacional, nas epistemologias legitimadas e nas formas de subjetivação, sustentando uma ordem global em que o Sul permanece subordinado às lógicas do Norte. É por isso que a colonialidade

> refere-se a um padrão de poder que surgiu como resultado do colonialismo moderno, mas que em vez de se limitar a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, pelo contrário, refere-se à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado capitalista mundial e a ideia de raça. Assim, embora o colonialismo precede a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva nos manuais de aprendizagem, nos critérios para um bom trabalho acadêmico, na cultura, no bom senso, na autoimagem das pessoas, nas aspirações dos sujeitos e em tantos outros aspectos da nossa experiência moderna (Maldonado-Torres, 2007, p. 131).

Logo, ao manter-se como estrutura subjacente à modernidade, a colonialidade naturaliza a exclusão e a inferiorização de saberes e identidades não hegemônicas. Nesse contexto, destaca-se a colonialidade do poder conceito elaborado por Aníbal Quijano e desenvolvido por autores como Walter Mignolo, que aponta para a forma como o domínio colonial se perpetua por meio de uma estrutura complexa e interligada. Como uma de suas dimensões, a colonialidade do saber é resultado dessa dominação epistêmica que define que tipo de conhecimento é considerado legítimo e quem são os sujeitos autorizados a produzi-los.

É a partir disso que Mignolo (2020) aborda a noção de geopolítica do conhecimento, compreendendo que o saber produzido no Norte global não apenas se universaliza, mas também serve como instrumento de controle. O local de produção do conhecimento e o pertencimento geopolítico de quem o produz passam, assim, a ser determinantes no processo de legitimação acadêmica e o controle do tipo de conhecimento produzido e propagado está diretamente relacionado às relações globais de poder, sendo utilizado como instrumento fundamental da dominação (Mignolo, 2020). Para Mignolo (2010), a matriz colonial de poder é uma “estrutura complexa de níveis entrelaçados”, que envolve o controle da economia; o controle da autoridade; o controle da natureza e dos recursos

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

naturais; o controle do gênero e da sexualidade; e, sobretudo, o controle da subjetividade e do conhecimento. É neste último nível que se insere o domínio epistêmico analisado neste trabalho, aquele que define, por exemplo, quais temas ganham visibilidade nos Estudos para a Paz, quais epistemologias são autorizadas a falar sobre o conflito e a paz, e quais temas são sistematicamente silenciados.

Os estudos contemporâneos acerca da geopolítica do conhecimento frequentemente definem a experiência colonial como essencial para compreender as desigualdades no mérito da produção de saberes (Ribeiro, 2023). A colonialidade, que faz parte da modernidade, manifesta-se como uma continuação do poder colonial por distintos meios, reproduzindo-se através do poder, do saber e do ser (Mignolo, 2010). Essa ideia, segundo Catherine Walsh et al (2018),

> vem se construindo como força política, epistemológica e pedagógica, faz referência às possibilidades de um pensamento crítico a partir dos subalternizados pela modernidade europeia capitalista e um projeto teórico voltado para o repensamento crítico e transdisciplinar, em contraposição às tendências acadêmicas dominantes de perspectiva eurocêntrica de construção do conhecimento (Walsh et al, 2018, p. 3).

Para o campo dos Estudos para a Paz, esse “repensamento crítico e transdisciplinar” de Walsh et al (2018) torna-se chave para se pensar a paz a partir de outras perspectivas teóricas, que sejam, portanto, não hegemônicas. Com isso, os Estudos para a paz também desenvolveram-se no sentido de

> abrigar não só o tipo de pesquisa neopositivista, fiel às origens behavioristas da pesquisa do conflito e da pesquisa da paz, mas também as abordagens mais reflexivas e críticas que foram incorporadas à disciplina com os conceitos de violência estrutural e cultural e com as influências construtivistas, críticas, pós-estruturalistas, feministas e pós-colonialistas introduzidas na disciplina a partir das décadas de 1980 e 1990 (Oliveira, 2017, p. 152).

Sendo assim, ainda que a produção de conhecimento nas ciências humanas tenha sido pensada a partir de um modelo único, universal e objetivo, de modo a deslegitimar os conhecimentos produzidos na periferia (Walsh; Oliveira; Candau, 2018), essa abertura do campo no sentido de introduzir novas abordagens e discussões possibilitou uma introdução de discussões que refletissem as realidades periféricas. Além disso, o “surgimento dos estudos culturais, subalternos e pós-coloniais [que] estimulou uma mudança significativa no pensamento social, teórico e político” levou à críticas ao eurocentrismo e à “ausência de grupos

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

oprimidos, marginalizados e excluídos, como mulheres, grupos étnicos e racializados e grupos da classe trabalhadora, sem privilégios de raça, classe, gênero e sexualidade, na construção e produção histórica do conhecimento" (Curiel, 2013, p. 19). No entanto, dado que a ciência, enquanto um dos fundamentos centrais do projeto da modernidade/colonialidade, contribuiu significativamente para o estabelecimento da ordem hierárquica racial (Walsh, 2009), é de se questionar se essas novas abordagens possuem de fato um espaço de discussão tanto no debate internacional quanto no debate sobre a construção da paz, especialmente no que tange à discussão sobre raça e racismo.

1.2 RAÇA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E PAZ

Com a análise acerca da constituição das Relações Internacionais e dos Estudos para a Paz, evidenciou-se que essa formação se deu a partir de agendas marcadas pelo silenciamento da questão racial, revelando que suas bases eurocêntricas excluíram saberes não ocidentais e que não fossem de interesse do Ocidente. Agora, a questão da invisibilidade da raça nos fundamentos desses campos será destaque, demonstrando que o racismo estrutural não é um tema periférico, mas parte das hierarquias de poder. Isso será feito a partir dos conceitos de epistemicídio e colonialidade a fim evidenciar como as principais teorias de Relações Internacionais e as primeiras abordagens dos Estudos para a Paz adotaram uma perspectiva universal que abarca questões distintas.

Os saberes periféricos que emergem a partir de novas perspectivas teóricas "revelam como a dinâmica racial, principal substrato que permitiu a escravidão e o colonialismo, fragmentou o mundo em duas partes", isto é, a humanidade e a sub - humanidade (Silva, 2021, p. 42). Para Santos (2014), essa condição se perpetua através das práticas e do pensamento moderno ocidental, sob os quais as Relações Internacionais foram fundadas. Nesse sentido, as Relações Internacionais estão, portanto, baseadas em uma herança intelectual de autores considerados clássicos fundamentais do estudo e da epistemologia do campo, como Hobbes, Locke e Rousseau, bem como numa estrutura de poder patriarcal e racista herdada da colonização e que moldou a disciplina a partir da "supremacia europeia nas relações de poder e na subjugação de outros povos" (Silva, 2021, p. 47), gerando um domínio intelectual que orienta também as estruturas internacionais e o Sistema

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Internacional. Desse modo, as hierarquias e as dinâmicas raciais contemporâneas estão diretamente ligadas às Relações Internacionais ao mesmo tempo em que uma estrutura de poder, a branquitude patriarcal euro-estadunidense, sustenta o campo enquanto um sujeito norteador, organizador e normatizador das Relações Internacionais.

A branquitude pode ser definida como uma categoria analítica fundamental das Relações Internacionais, e, nesse contexto, ao não problematizar a raça enquanto elemento integrante do campo, o “outro” não é reconhecido como sujeito político e epistêmico, um instrumento para a manutenção das hegemonias nas relações de poder hierárquicas (Silva, 2021). No campo epistêmico isso se dá pela invisibilização da temática racial, uma vez que o

> silêncio também é forma de discurso que, intencionalmente ou não, mantém o status quo e reforça as estruturas de dominação que oprimem nações e pessoas, ao passo que calam suas vozes, soterram suas memórias e mostram conivência com a violência, seja intersubjetiva, seja institucional, organizada ou não, que elimina e marginaliza narrativas, agências e corpos (Silva, 2021, p. 39).

Esse silenciamento reflete a invisibilidade do tema nos estudos contemporâneos, dado que uma das heranças deixadas pela colonização foi o controle sobre a construção e produção de conhecimento (Ribeiro, 2023) e silencia a forma como os Estados europeus, especialmente os escravistas, vêm se beneficiando da exploração colonial, da escravidão e do tráfico de escravizados tirados da África (Silva, 2021), de modo que o colonialismo e a escravidão serviram de base para a condição atual de desenvolvimento desses países. Tais condições epistemológicas lançam as bases para que a ‘branquitude patriarcal euro-estadunidense’ se estabeleça não apenas como sujeito norteador de RI, mas como lente pela qual a própria noção de paz é concebida.

Na obra “Epistemologias do Sul”, Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses, destacam que o colonialismo operou de modo a gerar dominações em relação aos povos e às nações colonizadas. Entre elas está a dominação epistemológica. Ao propor relações horizontais de saber, as Epistemologias do Sul contestam diretamente a centralidade da branquitude no currículo de Relações Internacionais, questionando quais autores e vozes são ensinados nas principais faculdades internacionais. Diante disso,

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

> as Epistemologias do Sul surgem como uma proposta epistemológica subalterna, insurgente, resistente, alternativa contra um projeto de dominação capitalista, colonialista e patriarcal, que continua a ser hoje um paradigma hegemônico. Na sua fundação, encontra-se a ideia-chave de que não há justiça global sem justiça cognitiva global, isto é, as hierarquias do mundo só serão desafiadas quando conhecimentos e experiências do Sul e do Norte puderem ser discutidos a partir de relações horizontais e sem que as narrativas do Sul sejam sempre sujeitas à extenuante posição de reação (a periferia que reage ao centro, o tradicional que reage ao moderno, a alternativa que reage ao cânone). As Epistemologias do Sul existem porque existem Epistemologias do Norte que se arrogam universais (Santos; Araújo; Baumgarten, 2016).

Embora as Epistemologias do Sul apontem para a necessidade de relações horizontais de saber, ainda é preciso compreender como a branquitude se cristalizou nos fundamentos de Relações Internacionais. Charles Mills (2023) expõe que o contrato social, proposto pelos teóricos Hobbes, Locke e Rousseau, embora apresentado como um pacto universal entre sujeitos livres e iguais, sempre operou, na prática, como um contrato racial, voltado à submissão dos não-brancos e para a superiorização dos brancos. A própria colonialidade é um exemplo de como esse contrato racial atuou no sentido de hierarquizar indivíduos e países com base na raça, dado, por exemplo, que a população negra ficou “à margem do desenvolvimento econômico e social dos países colonizados” (Santos; Velho, p. 195). Logo, esse contrato torna-se um acordo imposto que legitima o domínio e a subordinação racial.

Esse caráter racial do nascimento da modernidade moldou a epistemologia de Relações Internacionais, ao conceber ideias como liberdade e cidadania como condições que não eram de fato universais, uma vez que não serviam aos indivíduos racializados. O caráter racial do contrato perpetua-se através da reprodução de uma ordem hierárquica baseada na raça, de modo que a injustiça racial constitui a sociedade moderna (Fernandez, 2019) e, mais do que isso

> as hierarquias raciais fazem parte da ontologia das RI e, por consequência, projetam-se com força no plano epistemológico, ou seja, nos processos de produção e reprodução do conhecimento na área. Portanto, neste campo do conhecimento, ocupado como está com as dinâmicas de poder no sistema internacional, é imperativo que o racismo e a branquitude sejam reconhecidos como categorias de análise, visto que o racismo é uma relação de poder (Silva, 2023, p. 2-3).

As dinâmicas da raça, entretanto, têm sido sistematicamente silenciadas pelas teorias hegemônicas, que não se beneficiam em discutir temáticas como raça,

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

gênero e (neo)colonialismo, pois são estruturas que sustentam a ordem vigente. Segundo Silva (2021), os colonizadores negam seus atributos de soberania aos Estados que foram colonizados, que também são silenciados, tornados periféricos e sofrem com a opressão contra populações racializadas pelo colonialismo. Além disso, a produção de conhecimento, ancorada principalmente em teorias hegemônicas, permite que as dinâmicas de poder baseadas em gênero e raça sigam existindo, fazendo com que a branquitude, enquanto estrutura de poder, ocupe um lugar de privilégio econômico, político, social e epistêmico (Silva, 2021). Isso não condiz, contudo, com o fato de que as questões raciais foram essenciais para o nascimento da disciplina, que foi fundada, em parte, como uma ciência política voltada para a resolução dos dilemas que envolviam as potências ocidentais brancas que se expandiram para explorar outras regiões (Anievas; Manchanda; Shilliam , 2015).

Antes do que se concebe como o surgimento do campo, ainda em 1910, foi criada, por Stanley Hall e George Hubbard Blakeslee, a primeira revista acadêmica de relações internacionais, a ‘Journal of Race Development’ - que passou a se chamar ‘Journal of International Relations’ em 1919 e depois ‘Foreign Affair’, em 1922. A centralidade da raça nesse campo nascente das Relações Internacionais fica evidente na origem de uma das revistas mais populares em assuntos internacionais (Henderson, 2015) e considerando que a primeira revista da área já problematizava o papel da raça no desenvolvimento e no progresso (Silva, 2021) como um elemento central, são indicativos de que a disciplina esteve desde o princípio centrada na temática racial. Vale destacar que, embora o nome inicial tenha evidenciado a raça como objeto central, logo em seguida esse tema foi deslocado, um indicativo inicial de como a área invisibilizou a centralidade da discussão.

No cenário internacional, eventos como a Conferência de Berlim (1884–1885), que formalizou a partilha da África entre potências europeias, os empreendimentos coloniais no Novo Mundo e a própria criação da Liga das Nações e, posteriormente, da Organização das Nações Unidas, revelam como as teorias hegemônicas sustentaram, na prática, uma ordem internacional racializada. Essas instituições, embora articuladas sob o discurso da paz e da civilidade, consolidaram hierarquias globais que excluíam povos colonizados do status de sujeitos políticos plenos. A paz, nesse contexto, foi pensada majoritariamente como a ausência de guerras entre Estados soberanos — uma definição que ignorava as violências

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

coloniais, raciais e epistêmicas em curso nas colônias e periferias do sistema internacional. A raça, portanto, compõe tanto a política mundial contemporânea quanto o surgimento das Relações Internacionais, que “está intimamente relacionada às hierarquias raciais” (Silva, 2021, p.38).

O racismo, por sua vez, não se resume a práticas de intolerância individual, mas opera como um regime de dominação sustentado por crenças, políticas e estruturas institucionais que naturalizam a desigualdade com base na ideia de raça (Henderson, 2015). Essa lógica racial, articulada à colonialidade, define quem são os sujeitos legítimos da política e do conhecimento, e quem será relegado à condição de objeto, subalterno ou ameaça. Como afirma Schucman (2012), trata-se de uma estrutura que determina quais grupos têm acesso à disputa por recursos e poder, e quais serão sistematicamente excluídos. Essa exclusão opera também no campo epistêmico: junto à estrutura da branquitude, o racismo delimita quem pode produzir conhecimento e que tipos de saberes serão legitimados nos espaços acadêmicos. Nesse sentido, como aponta Oliveira (2019), o acesso ao conhecimento, sua valorização e sua difusão continuam condicionados por hierarquias raciais, revelando que a colonialidade do poder se expressa de forma direta na colonialidade do saber.

Isto posto, apesar da clara centralidade do tema, são privilegiadas discussões que não ameacem a ordem e a estrutura de poder vigente, baseada num sistema internacional caracterizado sobretudo como racista e patriarcal (Gomez, 2020). Nesse sentido, as teorias hegemônicas de Relações Internacionais são construídas a partir de bases intelectuais racializadas e racistas que limitam a capacidade do campo de resolver questões importantes que envolvem a segurança e a organização internacional (Zvobgo; Loken, 2020). Além do mais, os conceitos chave para as relações internacionais apresentados anteriormente são baseados em discursos que perpetuam a centralização do ocidente enquanto divisão geopolítica e não geográfica. As Relações Internacionais buscam padronizar um sistema baseado na exclusão racial, e a perpetuação da ideia de uma ordem desenvolvida, democrática e moderna que deve ser seguida por todos foi usada como justificativa para o colonialismo alguns séculos atrás e é usada como justificativa para o neocolonialismo nas relações contemporâneas (Zvobgo; Loken, 2020).

No contexto do surgimento das Relações Internacionais, a teoria do racismo científico construída com base na imposição do “outro” enquanto objeto de estudo

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

(Silva, 2023) e utilizada como justificativa para a ocupação e para a exploração colonial nesse contexto em que o racismo se estabelece numa pretensa superioridade do grupo racial branco e como estratégia de controle de poder e de recursos. Esse pensamento baseado na supremacia branca e nas hierarquias raciais foi usado para justificar a ecravidão, as conquistas imperiais, a colonização e o genocídio, além de ter guiado a politica internacional do Estados dominantes (Henderson, 2015). Nesse contexto, a branquitude se fortalece enquanto uma estrutura de poder que estrutura a sociedade ocidental e que determina quem tem acesso ao conhecimento, bem como qual conhecimento será ensinado ou pesquisado, além de ser sob essa lente que se constrói uma visão que é perpetuada sobre o povo negro nas sociedades, no sistema educacional e nas Relações Internacionais (Oliveira, 2019). Ademais, essa estrutura também perpetua o pensamento racial ainda dominante da governança global, de modo que a ordem mundial é constituída e estruturada a partir de hierarquias raciais (Anievas; Manchanda; Shilliam, 2015). Silva (2023) situa os estudos da branquitude enquanto fundamentais para se entender como atuam os estudos hegemônicos na perpetuação da ordem vigente

> No que diz respeito à História das RI, à Ciência Política e às Teorias das RI, a inclusão da branquitude em sua dimensão internacional como uma ferramenta analítica permite uma racialização da hegemonia do Ocidente e uma compreensão de como esta se baseia na patologização e na generificação da diferença, bem como nas causas raciais das guerras e da paz; além disso, dá visibilidade ao papel que as teorias tradicionais das RI desempenham como instrumentos a serviço das estruturas hegemônicas (Silva, 2023).

A compreensão integral da política mundial exige o reconhecimento do papel estruturante da raça e do racismo nas relações internacionais, assim como o entendimento da branquitude como um nível de análise próprio, historicamente invisibilizado, mas central para a manutenção das hierarquias globais. A negligência quanto ao impacto histórico, social, econômico e cultural do racismo no sistema internacional contemporâneo contribui diretamente para a reprodução de uma ordem mundial fundada na colonialidade do poder, que combina dominação racial e patriarcal com desigualdade estrutural entre povos e nações. Como destacam Zvobgo e Loken (2020), “a raça continua a moldar as percepções de ameaças internacionais e internas e a consequente política externa; respostas internacionais

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

aos imigrantes e refugiados; e acesso à saúde e estabilidade ambiental" (tradução minha). Essas dinâmicas não operam de forma isolada, mas estão profundamente enraizadas em padrões coloniais de pensamento e governança global.

A branquitude, nesse contexto, não se limita a uma identidade racial, mas funciona como uma posição de privilégio que define o que é visto como universal, racional, civilizado e, portanto, legítimo no campo internacional. Tal lógica é inseparável da colonialidade do saber, pois sustenta quais conhecimentos, experiências e corpos são autorizados a representar e interpretar o mundo. Ao deixar de lado essas dimensões, as análises tradicionais de política internacional reforçam o silêncio epistêmico que marginaliza os efeitos da raça nas decisões geopolíticas, isso porque predominam as leis e costumes "de quem se diz e se faz superior" (Santos; Velho, 2024, p. 194). Portanto, trazer a raça e a branquitude para o centro da análise permite é uma urgência crítica para revelar os mecanismos coloniais ainda vigentes na produção de ordem, segurança e paz no sistema internacional.

Assim sendo, a centralidade da raça e do racismo no nascimento das Relações Internacionais e o seu impacto no cenário internacional divergem da escassez de estudos sobre o assunto no campo acadêmico internacional e doméstico. A negligência dessas discussões afetam a produção de conhecimento no campo, que sofre pela falta de diversidade e de inclusão e pela invisibilização de temas centrais, o que soma-se ao fato de que algumas das discussões que possuem destaque na área, como guerra, migração, direitos humanos, desenvolvimento e mudanças climáticas (Zvobgo; Loken, 2020), possuem um impacto significativamente maior em populações racializadas, que acabam não sendo levadas em consideração nas discussões. Essa escassez é analisada colocando em destaque o campo dos Estudos para a Paz, a fim de problematizar a falta de discussões sobre o tema, levando em consideração o papel da paz positiva segundo Galtung, que concebia a paz não só como a ausência da violência direta, mas a partir da existência de justiça social e do fim das violências estruturais, como as próprias dinâmicas raciais impõem.

Em "Black Rights/White Wrongs: The Critique of Racial Liberalism" (Direitos dos negros/erros dos brancos: A Crítica do Liberalismo Racial), Charles Mills (2017) tece críticas relevantes à forma como o liberalismo foi idealizado enquanto um projeto baseado na hierarquia racial. A invisibilidade da questão racial é, assim,

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

parte da estrutura epistemológica levada a cabo pela geopolítica do conhecimento, discutida anteriormente. A história do contrato social é um marco da política moderna associada a princípios universais (como igualdade, liberdade e fraternidade) e que estão fundamentados em gênero, raça e classe e guiaram a lógica do conhecimento e da existência (Curiel, 2013). Os Estudos para a Paz servem, ou deveriam servir, portanto, como um espaço para o questionamento dessas lógicas e da noção de paz e justiça social num mundo em que prevalece a estrutura racial debatida por tantos autores, a exemplo de Quijano, Mignolo e Charles Mills.

O racismo surge, portanto, a partir do nascimento da categoria de raça na modernidade como uma ideologia que justifica a escravização e a colonização, contribuindo para o estabelecimento de uma hierarquia racial, na qual os europeus são situados como superiores (Schuman, 2012). Nesse mesmo contexto, a raça, enquanto uma construção social, “está no centro de um sistema hierárquico que produz diferenças” (Quijano, 2000 apud Oliveira, 2019), não só como consequência do colonialismo, mas como parte constitutiva da matriz colonial de poder que sustenta a modernidade. A partir dela, a raça se torna um princípio organizador das relações sociais, políticas, econômicas e epistêmicas, definindo quem pode ocupar posições de autoridade, produzir conhecimento ou ser reconhecido como sujeito de direitos.

Nesse sentido, a colonialidade é a persistência dessas estruturas após o fim formal do colonialismo. A raça torna-se, então, uma ferramenta fundamental de sua operacionalização, regulando o acesso a recursos e reconhecimento nos espaços locais e internacionais. Essas estruturas que geram desigualdade e violência direta e indireta desde o período colonial são centrais no debate acerca da construção da paz no mundo contemporâneo, dado que a raça é, igualmente, um elemento fundamental na operacionalização da colonialidade na política internacional (Blanco; Delgado, 2019). Ignorar a centralidade da raça nesse processo compromete os processos de construção de paz, uma vez que justiça, reconciliação ou segurança global estão ligadas ao legado do racismo estrutural e da colonialidade.

Assim sendo, ainda que as novas abordagens tenham ampliado o debate sobre desigualdades e justiça social, é preciso situar de forma explícita o lugar que a discussão de raça e racismo ocupa – ou deixa de ocupar – na produção acadêmica

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

de construção da paz. Conectar a questão racial ao centro dessas produções é, portanto, essencial para a compreensão do que de fato significa o conceito de paz.

1.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O objetivo deste capítulo foi apresentar um panorama geral da formação das Relações Internacionais enquanto campo acadêmico e da área de Estudos para a Paz, evidenciando suas bases e agendas fundacionais, bem como a centralidade da raça e o papel do racismo na estruturação do sistema internacional contemporâneo. Assim, destacou-se o caráter universal e hegemônico das principais abordagens e teorias, que, sob uma mesma perspectiva, buscavam abarcar diferentes realidades e contextos histórico-sociais. Compreendeu-se que a temática racial esteve no centro de eventos internacionais fundamentais, como a colonização, e que, até os dias atuais, ela estrutura uma ordem hierárquica que opera tanto entre Estados, no plano internacional, quanto entre indivíduos, no interior de cada sociedade, sustentando desigualdades socioeconômicas e formas específicas de violência estrutural e cultural.

Em primeiro lugar, desde o que é concebido como o princípio das práticas de relações internacionais, a Paz de Vestfália, o internacional foi pensado a partir da Europa e com o objetivo de atender as demandas e necessidades do continente europeu, inclusive pensado a partir dos eventos ocorridos nesta região. Essa concentração foi refletida no campo acadêmico e na produção de conhecimento, que foi determinada por uma geopolítica do conhecimento, que definia de onde partiriam e quem seria capaz de produzir saberes científicos legítimos. Nessa conjuntura, o campo de Relações Internacionais, que também herdou essa característica eurocêntrica, tinha a guerra como um objeto de estudo central. É só décadas mais tarde, com as obras de Galtung, que a paz passa a ser pensada num campo próprio, voltado para debater sua construção, manutenção e perpetuação tanto num âmbito internacional quanto local.

Nesse processo, a paz deixou de se limitar ao fim dos conflitos armados, incorporando também reflexões sobre violência estrutural, violência cultural e justiça social através da ideia de paz positiva. Embora os Estudos para a Paz tenham ampliado o horizonte analítico da discussão sobre violência e paz, o campo permaneceu ancorado em abordagens teóricas que perpetuaram o silenciamentos sobre as desigualdades raciais em seus estudos de violência estrutural. Mesmo ao

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

introduzir tal conceito, os pioneiros do campo tiveram como foco as disparidades socioeconômicas, sem tratar diretamente o racismo como uma forma de violência.

Nas últimas décadas, correntes decoloniais, feministas e afrocentradas lançaram importantes luzes sobre esse apagamento. Autores como Aníbal Quijano, Charles Mills e Walter Mignolo mostraram que a estrutura do saber de Relações Internacionais possui uma base branca, patriarcal e eurocêntrica que naturalizam hierarquias raciais. Ainda assim, a geopolítica do conhecimento continua privilegiando autores e paradigmas do Norte Global, enquanto perspectivas produzidas no Sul, em particular as que discutem racismo estrutural e colonialidade, ainda ocupam um lugar secundário. Esse cenário impede que a disciplina se transforme em um espaço verdadeiramente plural, capaz de problematizar a raça como variável central nos processos de construção da paz e como elemento essencial no fim das violências culturais.

A invisibilidade do debate racial nos Estudos para a Paz pode ser entendida através da herança das bases epistemológicas de Relações Internacionais. Isso inclui o entendimento de que a paz se traduz como um conceito universal cujo caminho se dá por meio de abordagens iguais ou semelhantes. Em relação a isso, o discurso sobre paz positiva e justiça social se intensifica quando articulado a uma compreensão crítica dos efeitos do racismo tanto no nível doméstico quanto internacional, o que reforça a necessidade de inserir a questão racial como elemento integrante de qualquer debate sobre a paz. Essa inserção exige o reconhecimento do papel estrutural do racismo nas instituições de poder e a visibilidade de epistemologias mais críticas e diversas, que desafiam o epistemicídio e buscam formas de denunciar as hierarquias de gênero, raça e classe.

Por fim, os apontamentos deste capítulo evidenciam que não basta expandir o arcabouço teórico dos Estudos para a Paz, mas é preciso repensar a base epistemológica que, historicamente, silenciou a discussão sobre raça. Daí decorre a urgência de mapear onde e de que forma raça e racismo têm sido ou não abordados em espaços acadêmicos, como a International Studies Association e o Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz. É nesse sentido que os capítulos seguintes se dedicarão ao mapeamento da presença ou ausência do debate racial nesses eventos, buscando analisar variáveis que demonstram como essa produção se comporta e quais são as prioridades de pesquisa no que tange aos estudos de paz.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

2 A ISA E A INVISIBILIDADE DA RAÇA: UM ESTUDO DA ESTRUTURA E DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Neste capítulo serão discutidas algumas variáveis que compõem a produção de conhecimento da International Studies Association (ISA) - um importante espaço acadêmico internacional - a fim de entender como a geopolítica do conhecimento e a colonialidade do saber, apresentadas anteriormente, atuam nos processos práticos de produção acadêmica. O recorte temporal analisado será o período de 2015 - 2024, o que permite observar padrões recentes de produção acadêmica e inseri-los em um contexto mais amplo de disputas epistêmicas no campo dos Estudos para a Paz. Primeiramente, contextualiza-se brevemente a ISA, destacando seu papel na consolidação das Relações Internacionais como campo disciplinar e seu impacto sobre a agenda dos Estudos para a Paz. Em seguida, é examinada a constituição histórica e política da seção de Peace Studies da ISA, com atenção especial às suas orientações epistemológicas e temáticas. A terceira seção apresenta os dados coletados a partir da análise dos programas anuais da conferência, detalhando a metodologia empregada e os critérios de seleção das sessões e paineis examinados. Por fim, a quarta seção discute os resultados dessa análise à luz da geopolítica do conhecimento e de perspectivas críticas, como o feminismo negro e o pensamento decolonial latino-americano, com o intuito de compreender as razões estruturais para a invisibilidade da questão racial nesse espaço acadêmico. Assim, este capítulo busca não apenas descrever uma ausência, mas também explicá-la, relacionando-a às hierarquias de poder que organizam a produção e a circulação de saberes no campo dos Estudos para a Paz.

2.1 A INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION: OBJETIVOS, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E PRODUÇÃO ACADÊMICA

A *International Studies Association* (ISA) é uma associação internacional fundada em 1959, voltada para acadêmicos e profissionais envolvidos com o estudo, o ensino e a prática de estudos internacionais. Segundo informações disponibilizadas em seu site oficial, trata-se de “uma das associações

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

interdisciplinares mais antigas dedicadas à compreensão de assuntos internacionais, transnacionais e globais” [2]. Enquanto espaço de produção acadêmica, a ISA tem como objetivo promover debates e pesquisas que abarquem diferentes temáticas capazes de impactar tanto a epistemologia quanto a prática das Relações Internacionais. O conhecimento desenvolvido no âmbito da associação é apresentado por meio de convenções anuais e de conferências regionais e internacionais. Atualmente, os membros da ISA estão organizados em sete subdivisões geográficas (regiões), trinta grupos temáticos (seções), e cinco cáucasos.

As regiões definidas pela ISA correspondem às seguintes áreas geográficas: 1) Ásia-Pacífico; 2) Canadá; 3) América Latina e Caribe; 4) Centro-Oeste; 5) Nordeste; 6) Sul; e 7) Oeste.A filiação regional de cada membro da associação é determinada automaticamente com base em sua localização geográfica, considerando-se que cada região deve contar com, no mínimo, 250 membros. Nesse modelo de divisão, as regiões Centro-oeste, Nordeste, Sul e Oeste englobam estados dos EUA; a região Ásia-pacífico abrange membros de países asiáticos e da Oceania; o Canadá constitui uma região própria; e a região América Latina e Caribe inclui membros da América Central, América do Sul e do Caribe. Para fins desta pesquisa, e com o objetivo de analisar de forma mais específica a variável referente às instituições de origem dos trabalhos apresentados, foi adotada uma divisão geográfica própria, que organiza a procedência das pesquisas em oito regiões: 1) Estados Unidos; 2) Europa; 3) Canadá; 4) Ásia; 5) Austrália; 6) Oriente Médio; 7) América Latina e Caribe; e 8) África.

As seções da ISA constituem subunidades temáticas organizadas em torno de interesses específicos de pesquisa no campo dos estudos internacionais. Elas estão acessíveis a todos os membros da associação e abarcam uma ampla diversidade de temas, como Teoria das Relações Internacionais, Segurança Internacional, Economia Política Internacional, Estudos Ambientais, Direitos Humanos, Gênero e Teoria Feminista, entre outros. Dentre essas, destaca-se a seção de Estudos para a Paz, que se dedica especialmente à discussão sobre conflitos, resolução pacífica e justiça global. A criação dessa seção, aliada ao fato de

[2] Tradução minha. Texto original: “The International Studies Association is one of the oldest interdisciplinary associations dedicated to understanding international, transnational and global affairs” Disponível em: https://www.isanet.org/ISA/About-ISA. Acesso em 19 de maio de 2025.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

a ISA ter sido fundada na mesma década em que surgiram os Estudos para a Paz como campo acadêmico, evidencia a importância da associação para a consolidação e a circulação internacional desse campo. Por outro lado, chama a atenção a ausência de uma seção voltada especificamente para a temática racial, bem como a inexistência de abordagens interseccionais que tratem de raça em articulação com outras opressões. Esse vazio institucional reforça o argumento de que a geopolítica do conhecimento presente na ISA ainda marginaliza a questão racial como eixo estruturante das relações internacionais.

Por fim, os cáucasos funcionam como espaços colaborativos dentro da ISA, voltados ao apoio e à defesa de questões relacionadas à identidade e às trajetórias de grupos específicos no campo dos estudos internacionais. Atualmente, existem cinco: 1) Cáucaso do Sul Global, voltado a quem pesquisa o Sul Global, suas regiões, suas diásporas no Norte e as relações Norte-Sul; 2) Cáucaso de Mulheres, dedicado a fortalecer o status das mulheres na profissão; 3) Cáucaso LGBTQIA+, que promove o tratamento justo e igualitário de membros da comunidade LGBTQIA+; 4) Cáucaso de Instituições Centradas no Ensino, que estimula a produção acadêmica, o networking e a colaboração entre membros de instituições voltadas majoritariamente ao ensino; e 5) Cáucaso Nórdico, que visa fomentar o intercâmbio de pesquisas e ampliar a visibilidade dos estudos produzidos na região nórdica. Esses espaços representam esforços de articulação política e promoção da diversidade e inclusão dentro da organização. No entanto, é notável a ausência de um cáucaso voltado especificamente para acadêmicos negros, cujas experiências de exclusão, silenciamento e racismo institucional continuam a ser negligenciadas. Essa lacuna evidencia que, mesmo em estruturas dedicadas à pluralização do espaço acadêmico, a dimensão racial permanece marginalizada, o que reforça a persistência da colonialidade nas dinâmicas internas da ISA.

Dessa forma, a análise a seguir concentra-se na seção de Estudos para a Paz da ISA, com base no mapeamento da presença (ou ausência) da discussão sobre raça e racismo entre os anos de 2015 e 2024. Além da identificação de trabalhos que abordam diretamente essa temática, foram examinadas variáveis como os temas predominantes, a filiação institucional e geográfica dos autores e autoras, bem como a distribuição de gênero entre os pesquisadores. O objetivo é traçar um panorama do perfil das pesquisas apresentadas nesse espaço ao longo

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

da última década, bem como das características dos sujeitos que compõem essa produção acadêmica.

2.1.1 O DEBATE RACIAL NAS CONFERÊNCIAS DA ISA (2015 - 2024)

A adoção acrítica de conceitos e teorias formuladas em contextos centrais, sem a devida consideração das especificidades tecnológicas, econômicas, sociais, culturais e políticas dos países periféricos, tem implicações profundas não apenas na reprodução da dependência epistemológica, mas também nos próprios desdobramentos políticos e socioeconômicos desses contextos. Essa assimetria, sustentada por uma geopolítica do conhecimento, repercute diretamente na produção científica que circula nos principais fóruns acadêmicos internacionais. No caso da ISA, esse fenômeno se evidencia nas escolhas temáticas que orientam os artigos apresentados na seção de Estudos para a Paz. Analisar a presença — ou a ausência — da questão racial nesse espaço permite compreender em que medida essa seção tem (ou não) incorporado uma crítica mais profunda às estruturas de dominação racial que permeiam os conflitos contemporâneos e os próprios fundamentos da disciplina.

Considerando a relevância da ISA como um dos principais espaços de produção e circulação de conhecimento no campo das Relações Internacionais, o mapeamento da presença da discussão racial em sua seção de Estudos para a Paz oferece dados fundamentais para avaliar a hipótese deste trabalho. Como discutido nos capítulos anteriores, a marginalização da temática racial na disciplina está profundamente ligada à colonialidade do saber e à dominação epistêmica promovida por epistemologias hegemônicas. Assim, investigar como — e em que medida — a raça aparece nas principais conferências da ISA permite observar concretamente os efeitos dessa exclusão no plano institucional.

A partir da análise das programações anuais da ISA no período de 2015 a 2024, foram identificados 3.266 trabalhos apresentados nos painéis da seção de Estudos para a Paz. Dentre esse total, apenas oito abordavam explicitamente a questão racial. Como esquematizado no Quadro 1, esses trabalhos estiveram distribuídos em cinco das dez programações analisadas: um em 2015, um em 2018, três em 2020, um em 2021 e dois em 2022. Esse número representa menos de 0,25% do total, o que revela não apenas a sub-representação do tema, mas também

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

a manutenção de um modelo acadêmico que perpetua a invisibilização dessa discussão nos debates sobre paz e conflito.

Quadro 1: Trabalhos que abordam raça e racismo na seção de *Peace Studies* da ISA (2015-2024)

ANO	TÍTULO DO TRABALHO	AUTORIA/FILIAÇÃO	TEMA ESPECÍFICO
2015	*"The Camp, The Street, The Hotel And The Karaoke Bar: The Gendered, Racialized Spaces Of A City In Crisis - Dili, 2006-2008"*	Henri Myrttinen (International Alert - Londres, Reino Unido)	Espaços urbanos racializados e de gênero durante a crise em Timor-Leste (2006–2008)
2018	*Brown Extremists and White Patriots? Race and Countering Violent Extremism in the United States*	Priya Dixit (Virginia Tech - EUA)	Racialização das políticas de contraterrorismo e extremismo nos EUA
2020	*The Role of Race and Racism in Public Support for US Militarism*	David Ebner (University of Southern California - EUA)	Influência do racismo no apoio público ao militarismo dos EUA
2020	*Black Women and the Intersections of Race, Gender in Organizational Communication*	Ebony-Joy Igbinoba (Northeastern University - EUA)	Experiências de mulheres negras na comunicação institucional
2020	*Saving Brown Women' from the Bomb? Racism, Colonialism and*	Catherine Eschle (University of	Racismo e colonialismo em movimentos

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

	Transnational Solidarity in Feminist Anti-Nuclear Activism	Strathclyde - Escócia)	feministas antinucleares e solidariedade transnacional
2021	*Gate-Keeping Racialized Community: Australian Foreign Policy Between International and World Society, 1918 - ?*	Joseph Haddon (University of Tasmania - Austrália)	Exclusão racial na política externa australiana
2022	*Non-Western Agency: Race, Racism and Slavery in the Islamic World*	Anahita Arian - (University of Erfurt - Alemanha)	Raça, racismo e escravidão no mundo islâmico
2022	*Selling Feelings of Security: The Gender and Racialized labour of Global Security*	Amanda Chisholm (King's College London - Inglaterra)	Trabalho racializado e de gênero na mercantilização da segurança global

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

Diante da síntese dos trabalhos identificados, observa-se que, mesmo quando a questão racial está presente, ela frequentemente ocupa uma posição secundária, subordinada a outras categorias analíticas. Em diversos casos, a raça é incorporada como um dos múltiplos eixos de uma abordagem interseccional. Embora essa estratégia metodológica tenha relevância, evidencia-se que, na maioria dos trabalhos, a dimensão racial permanece marginal frente às agendas analíticas predominantes. Isso reforça a hipótese de que a raça ainda é tratada como um aspecto periférico nos Estudos para a Paz, mesmo em pesquisas que se pretendem críticas ou inclusivas.

Além disso, a concentração desses trabalhos em apenas cinco dos dez anos analisados, somada à ausência de continuidade temática, aponta para a inexistência de uma linha de pesquisa consolidada sobre raça no âmbito da seção de Estudos para a Paz da ISA. A análise demonstra não apenas a escassez de produções que

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

abordam diretamente a temática racial, mas também o modo como essas contribuições são fragmentadas e dispersas. Ainda que os oito trabalhos identificados apresentem reflexões relevantes — muitas delas ancoradas em perspectivas críticas e interseccionais —, não se observa uma articulação entre os estudos nem mecanismos institucionais que sustentem a continuidade desse debate. Tal dispersão revela a ausência de uma institucionalização da temática racial no campo, o que impede a consolidação de um subcampo crítico dentro dos Estudos para a Paz.

Apenas cerca de 0,25% dos trabalhos apresentados entre 2015 e 2024 abordaram diretamente as questões de raça e racismo. Essa proporção ínfima explicita a centralidade da problematização aqui proposta: apesar de a dimensão racial ser constitutiva tanto do surgimento das Relações Internacionais como disciplina quanto da conformação das estruturas políticas contemporâneas — em níveis doméstico e internacional —, ela permanece ausente como eixo estruturante das principais discussões da ISA. É significativo, por exemplo, que o ano de 2020 tenha concentrado o maior número de trabalhos sobre raça e racismo (três dos oito identificados), mesmo tendo sido um ano marcado pelo cancelamento da conferência em razão da pandemia de COVID-19. Como os trabalhos foram submetidos antes de março — data em que o evento ocorreria —, o aumento da presença racial na produção da ISA naquele ano não pode ser atribuído aos protestos globais desencadeados pelo assassinato de George Floyd em maio. Ou seja, o leve crescimento no número de trabalhos parece ter ocorrido de forma independente, e não como resposta direta à intensificação do debate racial no cenário internacional. Ainda assim, esse aumento pontual não se traduziu em um crescimento contínuo nos anos seguintes, o que evidencia o caráter episódico da inserção da questão racial na seção.

Mais do que o número absoluto de trabalhos em 2020, destaca-se o fato de que, mesmo após a intensificação das pautas antirracistas no debate público global, a produção subsequente da ISA não refletiu esse movimento. Nos anos seguintes, a presença da temática racial manteve-se tímida, sem sinal de consolidação de uma agenda crítica contínua. Isso reforça a hipótese de que a marginalização da questão racial não decorre apenas de lacunas pontuais, mas de uma estrutura epistemológica resistente à incorporação de perspectivas que confrontam as hierarquias raciais.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

De maneira geral, entre os oito trabalhos identificados, quatro tratavam da interseção entre raça e gênero, indicando uma predominância de abordagens interseccionais. Dois outros centraram-se em discussões sobre colonialismo e escravidão, com foco em contextos históricos ou não ocidentais. Os dois trabalhos restantes abordaram diretamente a temática racial em análises voltadas à realidade estadunidense, com ênfase no extremismo violento racializado e no apoio popular ao militarismo. Esses dados revelam que, ainda que existam contribuições relevantes, a presença da questão racial permanece periférica e não está incorporada de maneira significativa e contínua na estrutura do campo. A fragmentação temática e a ausência de articulação entre os estudos evidenciam que a temática racial aparece de forma episódica, sem estar integrada ao debate acadêmico internacional sobre paz.

Quando se discutem as dinâmicas raciais e as hierarquias de raça, torna-se conveniente para a minoria dominante sustentar a tese da democracia racial — uma narrativa que nega a existência dessas estruturas e do próprio racismo, fazendo com que a raça seja tratada como um elemento supérfluo e invisibilizado (Silva, 2021). Ainda segundo Silva (2021), enquanto essa negação ocorre, o racismo estrutural exerce um papel teórico fundamental ao revelar como a produção de conhecimento silencia, alimenta e perpetua formas de dominação em diferentes âmbitos das Relações Internacionais, garantindo, assim, a reprodução dos privilégios da branquitude.

Enfim, a negação das estruturas raciais por meio da narrativa da democracia racial e o silêncio institucional em torno do racismo estrutural revelam tanto o silenciamento desse debate, quanto a tentativa (em grande medida bem-sucedida) de manter uma hegemonia epistêmica nas Relações Internacionais. A produção de conhecimento contribui, desse modo, para a reprodução de hierarquias raciais ao invisibilizar vozes e experiências, ao mesmo tempo em que reforça os privilégios da branquitude, bem como a ideia de que o conhecimento científico é propriedade europeia (Gomes, 2012). Reconhecer esses mecanismos é fundamental para desafiar a centralidade eurocentrada do campo e promover uma epistemologia mais plural e comprometida com a justiça racial.

2.1.2 QUEM TEM VOZ NOS ESTUDOS PARA A PAZ? ORIGEM DOS TRABALHOS À LUZ DA GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

O campo de Estudos para a Paz surgiu em academias europeias e estadunidenses, onde a área está consolidada (Ferreira; Kuhlmann; Maschietto; 2019, p. 14). O surgimento do campo em espaços centrais, em contextos históricos e políticos semelhantes, resultou em uma formação profundamente marcada pelas questões, interesses e prioridades dessas regiões, que compõem uma minoria dominante no cenário global. Isso implica que é um campo desenvolvido e, principalmente, moldado a partir das questões, necessidades e interesses desses lugares, que compõem uma minoria dominante do Sistema Internacional. No Brasil, por exemplo, o campo ganhou mais força em um período relativamente recente, a partir do crescimento dos cursos de R.I. na década de 1990, com um impacto direto das produções científicas majoritariamente em inglês e com uma expansão limitada (Ferreira; Kuhlmann; Maschietto, 2019, p. 14). Da mesma forma, o desenvolvimento desse campo de estudos nas universidades do mundo periférico ainda é recente, o que reflete as desigualdades estruturais que atravessam a geopolítica do conhecimento.

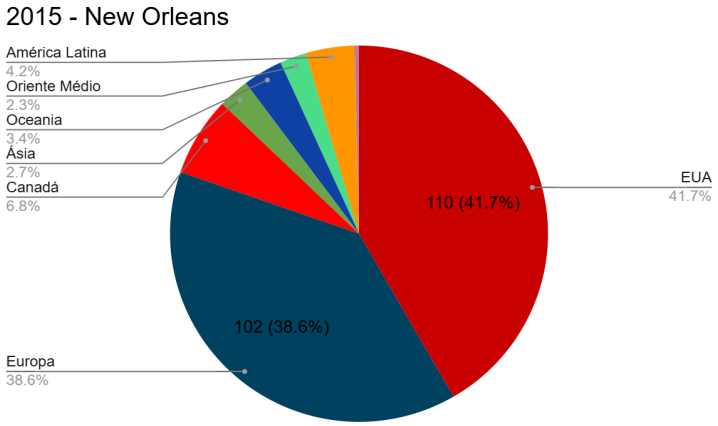
Diante do panorama apresentado, reforçou-se a necessidade de investigar de que instituições e países provinham os trabalhos apresentados, considerando os pressupostos da geopolítica do conhecimento discutidos no capítulo anterior. Compreender a origem institucional e geográfica da produção acadêmica permite evidenciar as desigualdades estruturais que atravessam o campo dos Estudos para a Paz, indicando quais vozes são legitimadas nos espaços de maior prestígio acadêmico internacional e quais permanecem à margem. Essa análise é fundamental para revelar a concentração do poder de definir agendas, abordagens teóricas e metodologias dentro da área, bem como para mapear os limites de pluralidade epistêmica no interior da ISA. A fim de visualizar essas informações de maneira mais clara, os dados foram organizados por meio de gráficos, que referem-se exclusivamente à origem dos trabalhos apresentados nos painéis da seção de *Peace Studies* das convenções anuais da ISA.

Até o presente ano (2025), a ISA realizou 66 conferências anuais. Dado o extenso histórico e a forte presença da organização na produção acadêmica global, bem como considerando o objetivo de analisar um período de tempo mais amplo, definiu-se um período de dez anos para realizar o mapeamento proposto. Dessa maneira, a primeira programação analisada foi a da convenção de 2015, realizada

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

em New Orleans, nos Estados Unidos, cuja distribuição geográfica da origem dos trabalhos pode ser observada no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2015

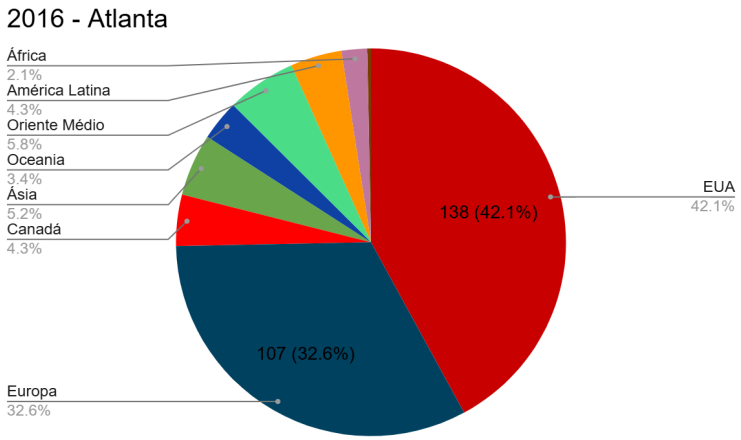


Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O Gráfico 1, referente à conferência de 2015, revela uma clara concentração da produção acadêmica nos países do Norte Global. A maioria dos trabalhos apresentados na seção de Estudos para a Paz teve origem em instituições sediadas nos Estados Unidos (110) e na Europa (102), que juntos representaram mais de 80% do total. As demais regiões aparecem de forma significativamente minoritária: Canadá (18), Oceania (9), Ásia (7), Oriente Médio (6), América Latina (11) e África (1). Esses dados ilustram de forma concreta a centralidade ocupada por instituições euro-americanas na produção de conhecimento legitimado nesse campo. Como argumenta Mignolo (2008), essa configuração reflete a colonialidade do saber, segundo a qual o Norte Global atua como polo privilegiado de validação epistemológica, reproduzindo padrões de conhecimento que marginalizam saberes oriundos de outras geografias. Assim, a análise da conferência de 2015 confirma a persistência de uma geopolítica do conhecimento excludente, em que a legitimidade científica continua fortemente ancorada em espaços acadêmicos hegemônicos. Esse padrão se repete na programação da conferência seguinte, como será apresentado no Gráfico 2:

Gráfico 2: Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2016

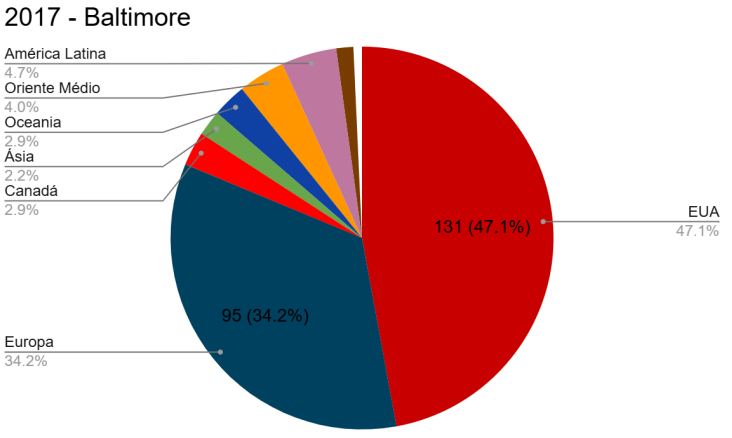
Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Em 2016, quando a convenção anual da ISA foi realizada em Atlanta (EUA), manteve-se o padrão observado no ano anterior: a maioria dos trabalhos apresentados na seção de Estudos para a Paz teve origem nos Estados Unidos (138) e na Europa (107), somando quase 76% do total. Essa distribuição geográfica reafirma a centralidade dos polos acadêmicos hegemônicos na produção e validação do conhecimento no campo, refletindo uma lógica de hierarquização epistêmica duramente criticada por autores da perspectiva decolonial. Observa-se, em relação a 2015, um ligeiro aumento proporcional na participação de instituições da África, América Latina, Oriente Médio e Ásia. No entanto, esse crescimento não se traduz em uma mudança significativa na configuração global da produção, que segue fortemente concentrada no Norte Global. A seguir, o Gráfico 3 apresenta os dados referentes à conferência de 2017:

Gráfico 3: Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2017



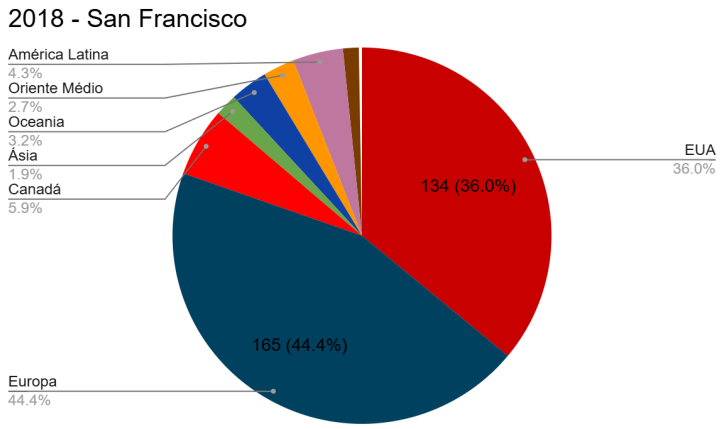
Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Em 2017 a convenção ocorreu em Baltimore, nos Estados Unidos, e seguiu a tendência de concentração da produção acadêmica nos Estados Unidos (131 trabalhos) e na Europa (95 trabalhos). Ainda é possível perceber uma clara hierarquia entre as regiões, com a América Latina, a África e outras regiões do Sul Global com uma presença mínima em relação aos polos hegemônicos. Grosfoguel (2016), ao argumentar que o epistemicídio se deu concomitantemente ao genocidio da população negra durante o período colonial, reforça essa ideia de que a desigualdade epistêmica e a concentração da produção de conhecimento em um espaço geográfico limitado e específico não é uma questão recente.

No campo dos Estudos para a Paz, essa desigualdade se manifesta na escassa valorização de epistemologias indígenas, afro-diaspóricas ou populares, cujas contribuições permanecem marginalizadas nos principais fóruns acadêmicos. A sub-representação de trabalhos oriundos de regiões racializadas não deve ser compreendida apenas como uma questão de acesso ou representação institucional, mas como parte de um padrão sistêmico de exclusão. Esse padrão compromete a pluralidade epistêmica necessária para abordar os múltiplos significados de paz — como defendido por Galtung — a partir de perspectivas diversas, situadas e descoloniais. O gráfico a seguir, referente à convenção de 2018, permitirá observar se a lógica de concentração geográfica se manteve.

Gráfico 4: Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2018



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

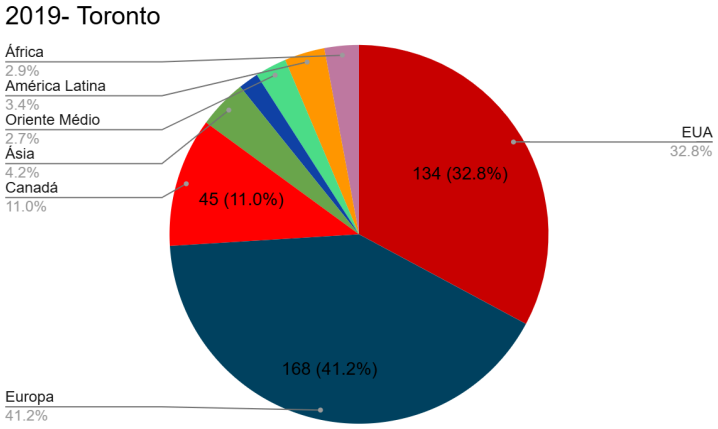
Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Em 2018, com a convenção sediada em San Francisco, nos Estados Unidos, a hegemonia do Norte Global na seção de Estudos para a Paz se reafirmou de forma contundente: foram 165 trabalhos provenientes da Europa e 134 dos Estados Unidos. As demais regiões continuaram com uma presença residual, sendo 16 trabalhos da América Latina, 7 da Ásia e apenas 5 da África. Ainda que se observe uma leve elevação no número de trabalhos oriundos de regiões periféricas em comparação aos anos anteriores, essa variação não altera o padrão estrutural de concentração geográfica da produção acadêmica.

Tal configuração reflete o que Quijano (2005) denomina “colonialidade do poder”, que se manifesta também na produção e validação do conhecimento científico. A baixa participação do Sul Global não é mero efeito colateral de desigualdades logísticas ou financeiras, mas expressão de um sistema que sistematicamente desvaloriza experiências, metodologias e narrativas não ocidentais. Isso se agrava em campos como os Estudos para a Paz, que, paradoxalmente, deveriam estar abertos à pluralidade de vozes, especialmente aquelas oriundas de contextos marcados por conflitos, colonialismos e resistências.

O gráfico a seguir permitirá verificar se esse quadro de desigualdade se mantém, se aprofunda ou se apresenta sinais de transformação em direção a uma maior diversidade geográfica e epistêmica:

Gráfico 5: Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2019



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A conferência anual da ISA de 2019, realizada em Toronto, no Canadá, manteve a tendência estrutural observada nos anos anteriores. A Europa liderou

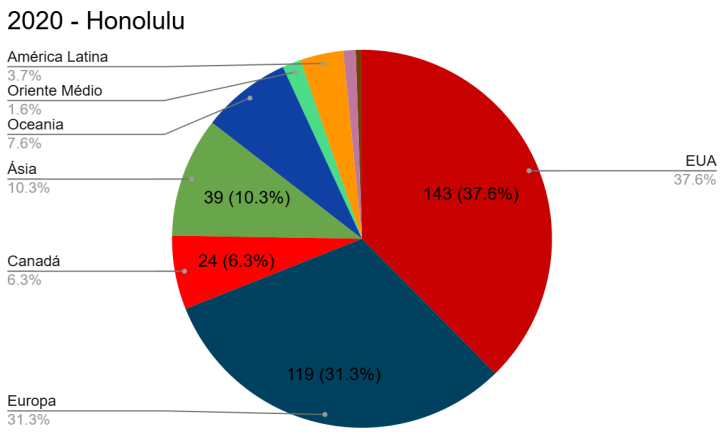
Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

com 168 trabalhos, seguida pelos Estados Unidos com 134, enquanto regiões como América Latina (14), Ásia (17) e África (12) continuaram a ter uma participação significativamente inferior. Apesar de uma ligeira ampliação na presença de trabalhos provenientes da África e da Ásia, o quadro geral reforça a centralidade do Norte Global na produção e validação do conhecimento dentro da seção de Estudos para a Paz.

Esse contraste persistente entre o protagonismo das instituições euro-americanas e a relativa invisibilidade das produções do Sul Global ilustra a colonialidade do poder (Quijano, 2005) como uma forma de dominação que não se restringe aos âmbitos político e econômico, mas que se estende às estruturas epistêmicas, estabelecendo hierarquias entre saberes e deslegitimando as epistemologias não ocidentais. Assim, mesmo em um campo teoricamente comprometido com a justiça, o diálogo intercultural e a promoção da paz, persiste uma lógica que privilegia perspectivas hegemônicas e mantém à margem os saberes historicamente subalternizados.

O gráfico abaixo é referente aos trabalhos submetidos para a conferência de 2020:

Gráfico 6: Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2020



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Embora a conferência de 2020, que aconteceria em Honolulu, no Havaí, tenha sido cancelada devido à pandemia de Covid-19, a organização do evento chegou à fase de publicar a programação do evento, o que tornou possível analisar as produções que seriam apresentadas no evento.

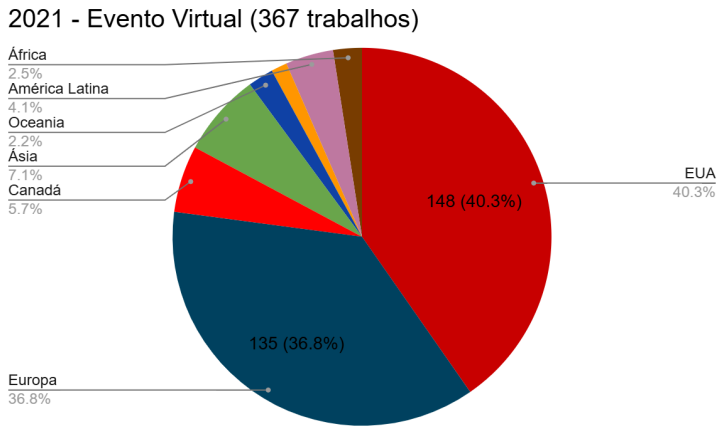
Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

O gráfico de 2020 evidencia um padrão consolidado: os Estados Unidos, com 143 trabalhos, e a Europa, com 119, seguem dominando as apresentações na seção de Estudos para a Paz. Percebe-se um aumento da presença de trabalhos de universidades e centros de pesquisa da Ásia (39), da Oceania (29) e do Canadá (24). A participação latino-americana (14) e africana (4), no entanto, continua ínfima dada a proporção do evento, e, principalmente, em relação à participação euro - estadunidense.

No contexto destacado, essa desigualdade é ainda mais significativa ao considerar o contexto pandêmico, um evento global que afetou de forma desproporcional o Sul Global, tanto no âmbito da saúde quanto em termos sociais e econômicos. Sob esse cenário, o fato de que os debates sobre paz e segurança na ISA seguem majoritariamente sustentados em perspectivas eurocentradas torna-se ainda mais evidente. Isso revela o silenciamento epistêmico discorrido por Mignolo (2003), definido como um processo que faz com que as vozes de diferentes matrizes de conhecimento sejam deslegitimadas, silenciadas e invisibilizadas. Portanto, essa desigualdade persistente em relação à origem dos trabalhos apresentados na ISA não deve ser interpretada como um reflexo da capacidade supostamente superior da produção de conhecimento de determinadas regiões, mas como parte de um sistema de exclusão sustentado por hierarquias raciais.

Esse padrão persistente é reforçado na conferência de 2021, como demonstra o gráfico 7:

Gráfico 7: Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2021



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

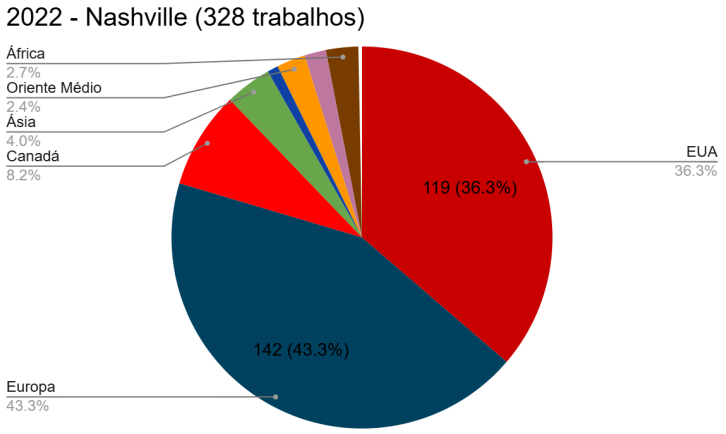
Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Ainda em contexto pandêmico, a conferência anual de 2021 ocorreu de forma remota. Embora esse possa ser um meio para inclusão, já que não exige o deslocamento para o local de realização do evento, o padrão não mudou: Estados Unidos e Europa seguiram dominando o total de trabalhos apresentados, com mais de 75% de participação. Em contraste com os Estados Unidos (148) e com a Europa (135), dos 367 trabalhos apresentados, 26 eram da Ásia, 5 do Oriente Médio, 15 da América Latina e 9 eram da África.

A manutenção dessas disparidades em um evento totalmente virtual explicita que o problema não se resume à barreira geográfica e financeira imposta pelas conferências presenciais. Trata-se de uma geopolítica do conhecimento que reproduz estruturas coloniais no interior do sistema acadêmico. Sendo assim, mesmo diante de um formato mais acessível, ainda há estruturas que legitimam determinados conhecimentos, privilegiam determinados lugares, idiomas dominantes que se tornam barreiras linguísticas, fatores que privilegiam os centros acadêmicos do Norte Global.

No ano seguinte, a conferência anual da ISA pôde voltar a ser realizada no formato presencial, mas o padrão observado até então não se alterou, como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 8: Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2022



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Em 2022, com a retomada dos eventos presenciais, a convenção se deu em Nashville, nos Estados Unidos. A participação de autores da Europa foi dominante, com 142 trabalhos apresentados, seguida pelos Estados Unidos, com 119. América

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Latina (6), África (9), Oriente Médio (8) e Ásia (13) mantiveram números reduzidos no total de 328 trabalhos apresentados.

Essa dificuldade da ISA em apresentar uma diversidade maior de saberes no âmbito dos Estudos para a paz é uma preocupação no sentido da limitação incorporar uma ecologia de saberes (Santos, 2005; 2010), perpetuando uma concepção monocultural da paz, alheia à complexidade das realidades presentes para além dos Estados Unidos e da Europa.

> A ecologia de saberes é um aprofundamento da pesquisa-ação. É algo que implica uma revolução epistemológica no seio da universidade e, como tal, não pode ser decretada por lei. A reforma deve apenas criar espaços institucionais que facilitem e incentivem a sua ocorrência. A ecologia de saberes é, por assim dizer, uma forma de extensão ao contrário, de fora da universidade para dentro da universidade. Consiste na promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade (Santos, 2005, p. 176).

Trata-se, portanto, de um chamado à revolução epistemológica: abrir as universidades — e, por extensão, as associações científicas — a uma convivência ativa entre diferentes formas de conhecimento, promovendo comunidades epistêmicas mais amplas e comprometidas com a justiça cognitiva. A ausência dessa diversidade na seção de Estudos para a Paz da ISA indica a resistência das estruturas acadêmicas internacionais a se tornarem, de fato, espaços públicos diversos epistemicamente. Sobre a ecologia de saberes, Santos (2005) ainda expõe que compõem uma "inovação na construção de uma universidade pós-colonial" (Santos, 2005, p. 170) e que

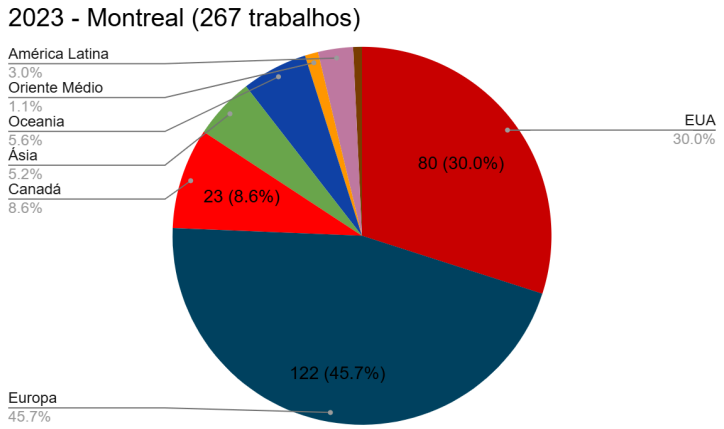
> [...] são conjuntos de práticas que promovem uma nova convivência ativa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer nesse diálogo. Implica uma vasta gama de acções de valorização, tanto do conhecimento científico, como de outros conhecimentos práticos, considerados úteis, cuja partilha por pesquisadores, estudantes e grupos de cidadãos serve de base à criação de comunidades epistêmicas mais amplas que convertem a universidade num espaço público de interconhecimento onde os cidadãos e os grupos sociais podem intervir sem ser exclusivamente na posição de aprendizes (Santos, 2005, p. 177 - 178).

Esse cenário evidencia como a concepção dominante de paz que se reproduz na ISA continua a ser filtrada por lentes do Norte Global, o que limita a compreensão das múltiplas experiências de paz vividas e pensadas a partir de contextos locais,

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

especialmente nos países do Sul. O gráfico de 2023 permitirá avaliar se esse padrão se mantém ou se houve alguma alteração significativa na configuração geográfica da produção acadêmica no ano seguinte.

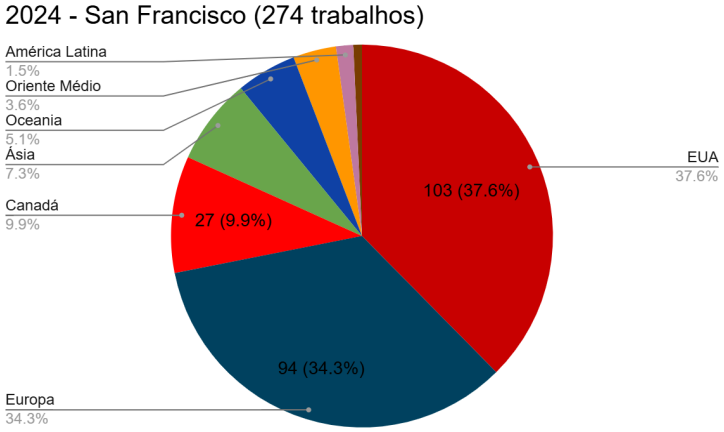
Gráfico 9: Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2023



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Em 2023 (Gráfico 9), a convenção anual da ISA foi realizada em Montreal, no Canadá. A dominância dos Estados Unidos (80 trabalhos) e da Europa (122) persiste, enquanto a participação do Sul Global segue marginal: América Latina (8), África (2), Ásia (14) e Oriente Médio (3). Esses números refletem um padrão já observado anteriormente e que foi reproduzido na última conferência analisadas (Gráfico 10):

Gráfico 10: Gráfico de origem dos trabalhos da convenção de 2024



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Enfim, a convenção anual da ISA de 2024 foi realizada em San Francisco, nos Estados Unidos. Como nos anos anteriores, o padrão se repetiu: os Estados Unidos lideraram com 103 trabalhos, seguidos pela Europa com 94. A América Latina participou com apenas 4 trabalhos, enquanto África e Ásia contribuíram com 2, 10 e 20, respectivamente. Desse modo, pôde-se perceber que em todas as programações analisadas os trabalhos originados de universidades e centros de pesquisa europeus e estadunidenses representaram de 68% a 81% do total de trabalhos apresentados em todas as seções.

Diante disso, é possível verificar a forma como a colonialidade impacta a produção de conhecimento, visto que, nas Relações Internacionais, de uma maneira geral, as produções de conhecimento também foram afetadas pelos legados da colonização no mundo periférico (Ribeiro, 2023). Essa concepção reitera a ideia de que o campo acadêmico também sofre com a dominação e o controle do modo de se fazer e legitimar o conhecimento. Isso se dá, na base do campo, a partir das teorias hegemônicas, que contribuem para que as formas de pensar o mundo sejam moldadas de acordo com uma determinada ordem que, por sua vez, invisibiliza e silencia perspectivas teóricas ou formas sociais de organização que não partam da compreensão ocidental que determina de que modo se dá a legitimação do conhecimento no mundo pós-colonial.

Dessa forma, no mundo contemporâneo os conhecimentos produzidos na Europa e nos EUA, e estão em função desses lugares, são legitimados em detrimento de outros, que acabam invisibilizados, limitando a diversidade epistemológica, gerando a exclusão, deslegitimação e apropriação do conhecimento dentro de um campo que serve à uma ciência, supostamente, universal (Oliveira, 2019). O campo é, portanto, dominado por perspectivas e teorias ocidentais que refletem uma ordem fundada na colonização e sustentada pelo racismo e pelas hierarquias raciais. Por conseguinte, não só a produção do conhecimento considerado legítimo, mas também a sua disseminação, provêm desses centros hegemônicos do norte global.

A crítica relativa ao controle epistêmico e subjetivo que os Estados Unidos e da Europa exercem nas (R)relações (I)internacionais também estende-se ao pós-colonialismo. Apesar das múltiplas possibilidades de interpretação, aqui esse termo refere-se a uma abordagem teórica “que centra suas atenções sobretudo em

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

temas relacionados à raça, identidade e gênero, assim como [...] em questões relativas ao desenvolvimento e às relações entre poder e conhecimento" (Toledo, 2021). Ao tratar do pós-colonialismo, Ballestrin (2017) tece uma crítica contundente à essa contradição, relacionada ao comprometimento da teoria com os mesmos polos que buscava criticar:

> O principal lugar de enunciação e de elaboração teórica do pós-colonialismo foi o norte global, ainda que alimentado e inspirado pelas dramáticas experiências do sul. Isso fez com que muitos autores apontassem a grande autocontradição do pós-colonialismo: por seus polos universitários difusores e principais influências teóricas, a produção de suas teorias permaneceria comprometida com o anglo(euro)centrismo que o mesmo pretendia criticar (Ballestrin, 2017).

Tal contradição manifesta-se de forma evidente também no campo dos Estudos para a Paz, uma vez que este se originou e se consolidou majoritariamente no Norte Global, estando submetido à geopolítica do conhecimento estabelecida pela colonialidade. Além de concentrarem a produção acadêmica, esses países detêm os recursos financeiros, institucionais e estruturais que conferem legitimidade ao conhecimento produzido e difundido globalmente. Ainda que campos como os Estudos para a Paz e as teorias pós-coloniais proponham formas alternativas de pensar o mundo, a centralização epistêmica nos centros hegemônicos reforça a crítica de Ballestrin (2017), ao evidenciar que tais produções ocorrem em paralelo ao protagonismo desses mesmos Estados na promoção de conflitos armados, intervenções políticas, militares e econômicas, bem como na perpetuação de violências culturais e estruturais no Sul Global.

Há, portanto, uma contradição fundante, pois aqueles Estados que historicamente desempenham um papel ativo na produção da guerra e da violência internacional são também os que detêm o poder de nomear, definir e conduzir os discursos sobre paz. Essa assimetria revela um paradoxo entre o conteúdo crítico dessas abordagens e as estruturas de poder que continuam a moldar sua produção e circulação, limitando, assim, a possibilidade de um pensamento verdadeiramente contra-hegemônico e comprometido com a justiça epistêmica.

Frente a esse cenário, e levando em consideração a colonialidade do saber discutida no capítulo anterior, Mignolo (2008) argumenta que a única forma de promover mudanças significativas no sistema é por meio da *desobediência epistêmica*. Ao expandir a noção de colonialidade do poder de Quijano e dissertar a

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

respeito da geopolítica do conhecimento, Mignolo entende que é necessário que haja uma recusa em obedecer às regras epistêmicas do ocidente, rejeitando esse monopólio, negando a ideia de que a epistemologia dominante é neutra e objetiva e valorizando novas perspectivas epistemológicas. Para os Estudos para a Paz, a desobediência proposta por Mignolo implica considerar uma visão mais ampla sobre a paz e a violência. Como argumenta Santos (2010), trata-se de promover uma ecologia de saberes e uma epistemologia do Sul que desestrutura a “monocultura da ciência moderna” e reconheça a pluralidade de conhecimentos heterogêneos (Santos, 2010). Sem uma efetiva mudança de paradigmas no campo, as conferências acadêmicas continuarão reproduzindo essas estruturas coloniais hierárquicas e dominantes.

2.1.3 O PROTAGONISMO FEMININO NOS ESTUDOS PARA A PAZ

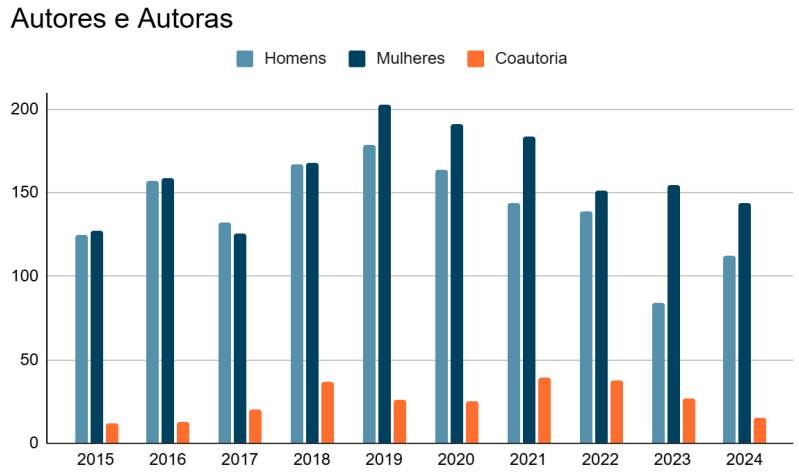
Para esta análise, optou-se por fazer uma distinção entre trabalhos com autoria exclusiva de homens, trabalhos com autoria exclusiva de mulheres e trabalhos com autoria mista (homens e mulheres). Essa opção justifica-se na busca por compreender de uma forma ampla as dinâmicas de gênero na produção de conhecimento no campo dos Estudos para a Paz. Essa distinção possibilita que seja observado tanto a presença isolada de autoras e autores, quanto as colaborações entre autores e autoras, através da lente da interseccionalidade entre raça e gênero.

A análise de gênero na autoria dos trabalhos apresentados na seção de Estudos para a Paz da ISA é fundamental para compreender as dinâmicas de poder que atravessam a produção de conhecimento nesse campo. Em um espaço acadêmico historicamente marcado por hierarquias patriarcais (Silva, 2023), identificar quem são os sujeitos que produzem e legitimam saberes possibilita compreender como essa característica se comporta nesse campo e nesse espaço acadêmico. A relevância desta seção reside, portanto, na possibilidade de observar como se configuram as presenças femininas e masculinas ao longo dos anos, e de que modo a participação de mulheres tem contribuído para transformar, tensionar ou mesmo reproduzir certos padrões estabelecidos.

O gráfico 11 tem como objetivo ilustrar essa distribuição de pesquisadoras e pesquisadores ao longo da década observada:

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Gráfico 11: Distribuição de Autorias por Gênero (ISA, 2015–2019)



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O gráfico acima evidencia que, no período analisado de 2015 a 2024, com exceção do ano de 2017, o número de trabalhos apresentados por mulheres superou o número de trabalhos apresentados por homens, com uma diferença ainda mais acentuada a partir de 2019. Este dado revela um deslocamento importante na composição dos sujeitos epistêmicos do campo.

A princípio, os dados podem parecer contraditórios. Seria esperado que, assim como ocorre com a concentração da produção acadêmica no Norte Global, a autoria dos trabalhos refletisse também a hegemonia masculina, especialmente em um sistema-mundo estruturalmente patriarcal, capitalista, colonial e moderno (Grosfoguel, 2008). No entanto, os dados revelam que, ao longo dos dez anos analisados, a presença de mulheres é, em geral, equivalente ou mesmo superior à de homens — com destaque para o período a partir de 2019, quando os trabalhos assinados por mulheres passam a superar de forma mais nítida os de autoria masculina.

Essa tendência pode ser interpretada a partir da hipótese de que há uma maior afinidade entre mulheres e os objetivos centrais do campo dos Estudos para a Paz, como a superação das violências estruturais, a promoção da justiça social e a construção de sociedades mais igualitárias (Oliveira, 2017). As mulheres, sobretudo aquelas que se encontram em posições sociais interseccionadas por múltiplas opressões, têm experiências concretas com diferentes formas de violência — direta, estrutural e cultural — que são justamente os objetos centrais de investigação no

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

campo. Essa experiência vivida não apenas sensibiliza, mas também mobiliza formas específicas de participação na produção acadêmica, frequentemente mais comprometida com transformações sociais e com epistemologias diversas.

Sendo assim, essa interpretação baseada no engajamento mais expressivo das mulheres com os objetivos do campo pode estar relacionado, assim, à uma experiência direta em relação às diversas formas de violência problematizadas pelo campo dos Estudos para a Paz. Nesse sentido, Patrícia Hill Collins (2000) argumenta que as mulheres negras, que ocupam posições marginais na história, contribuem para a construção do conhecimento a partir de sua experiência cotidiana, ampliando os contornos do campo da paz com abordagens que integram análise estrutural, agência política e produção de saberes subalternos. Sua contribuição sugere que o engajamento das mulheres com os Estudos para a Paz não se dá apenas como presença numérica, mas como introdução de novas epistemologias, metodologias e temas que desafiam as agendas tradicionais.

Essa perspectiva é relevante para os Estudos para a Paz também na busca por incorporar o racismo como uma estrutura fundamental de análise da violência e da construção da paz. Nesse contexto, Werneck (2010) disserta a respeito do ‘racismo patriarcal’, outra forma de violência que promove desigualdades e injustiças sociais e é também uma consequência do colonialismo. Para a autora, o racismo patriarcal é uma forma de dominação que se manifesta na subjugação de mulheres negras (mulheres racializadas, de uma maneira geral) e opera no campo epistêmico silenciando e inviabilizando vozes e agendas. Isso porque as lutas de gênero e raça estão diretamente ligadas, pois a estrutura que sustenta o Sistema Internacional está baseada num padrão de dominação colonial fundada na raça e no gênero (Silva, 2021). É a partir dessa interseccionalidade que busca-se problematizar a existência de uma hegemonia epistêmica que privilegia e coloca em evidência as experiências masculinas e reflete uma invisibilização histórica das mulheres no meio acadêmico.

Assim, essa conclusão reflete a quem mais interessa os Estudos para a Paz e seus objetivos de mudanças sistemática e estrutural da política, da economia e das Relações Internacionais. Isso não significa, no entanto, que os Estudos para a Paz sejam neutros em termos de gênero, assim como não o são em termos de raça. Assim, o envolvimento acadêmico predominante das mulheres nesse campo não se limita à participação acadêmica, mas revela um comprometimento com mudanças

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

que impactam a realidade e transformem as estruturas de opressão de gênero e raça.

2.1.4 TEMÁTICAS NA PRODUÇÃO SOBRE PAZ NA ISA

Por fim, analisou-se as discussões levantadas pelos trabalhos mapeados na seção de Estudos para a Paz da ISA no período de 2015 a 2024. O objetivo desse levantamento é identificar quais assuntos recebem maior atenção e quais permanecem em posição marginal ou emergente, permitindo uma compreensão mais ampla das tendências que orientam a produção acadêmica no campo. No contexto dos Estudos para a Paz, essa análise temática adquire especial relevância, sobretudo à luz das seções anteriores, que evidenciaram como a geopolítica do conhecimento influencia o direcionamento dos interesses acadêmicos e molda as prioridades da comunidade científica internacional. Ao mapear essas temáticas, é possível refletir criticamente sobre os limites e as potencialidades do campo, bem como sobre as ausências que revelam disputas por legitimidade e representação epistêmica.

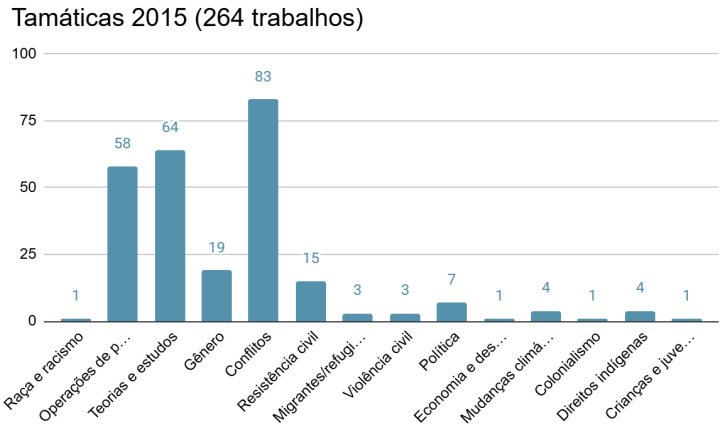
Como mencionado anteriormente, esta análise teve como base as programações das convenções anuais da ISA, com foco específico nos painéis que compuseram a seção de Estudos para a Paz (Peace Studies) no período de 2015 a 2024. Os trabalhos incluídos em cada painel foram classificados conforme as temáticas centrais abordadas, a partir da observação dos títulos e da identificação de palavras-chave e conceitos recorrentes. Essa sistematização teve como objetivo agrupar os estudos segundo os eixos temáticos predominantes, permitindo uma visualização mais precisa das discussões que têm se destacado, bem como daquelas que permanecem em segundo plano no interior do campo.

A partir da classificação temática realizada, identificou-se três discussões predominantes nas programações observadas: 1) Operações de paz e seus desdobramentos; 2) Teorias e estudos sobre paz e conflito; 3) Estudos sobre conflitos armados em países ou regiões específicas. A primeira discussão inclui debates sobre *peacekeeping, peacebuilding* e *peacemaking*, o papel das missões de paz da ONU, bem como estudos sobre as consequências dos conflitos no âmbito social. A segunda grande discussão evidencia o estudo de conceitos e teorias sobre a construção e manutenção da paz e sobre a gestão, previsão e prevenção de

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

conflitos. Enfim, o terceiro eixo temático centra-se no estudo de conflitos e operações de paz em contextos geográficos específicos, com destaque para Ásia, África, Oriente Médio e América Latina, especialmente na região da Colômbia.

Gráfico 12: Temáticas (ISA, 2015)



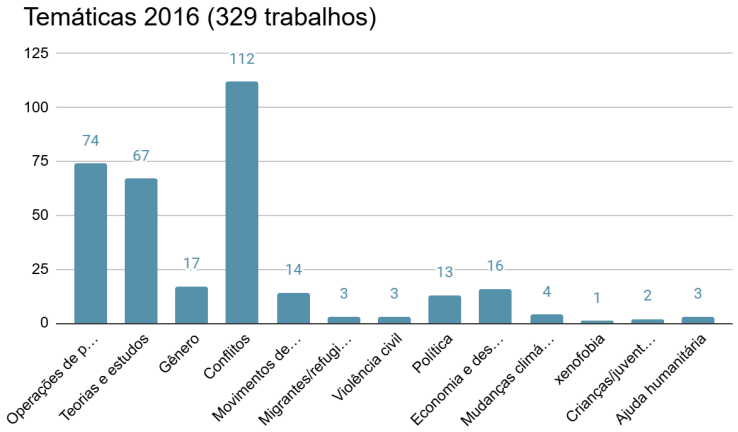
Fonte: Elaborado pela autora (2025)

No ano de 2015, os dados evidenciam que os temas mais abordados foram conflitos, teorias e estudos e operações de paz, indicando uma ênfase predominante em abordagens tradicionais do campo, muitas vezes centradas em conflitos armados, segurança e resolução de disputas interestatais. A presença de temas como gênero e resistência civil, embora menor, revela certa abertura para discussões críticas, mas ainda em posição secundária. O dado mais revelador, entretanto, é o número reduzido de trabalhos que abordam raça e racismo — apenas 1 apresentação ao longo de toda a seção de Estudos para a Paz deste ano. Isso reforça a crítica levantada por autores como Mignolo (2008) e Grosfoguel (2016), sobre a persistência da colonialidade do saber, na medida em que epistemologias críticas do Sul Global e pautas racializadas seguem sendo marginalizadas nos espaços de produção de conhecimento. A ausência quase total desse debate compromete a capacidade do campo de refletir sobre as formas estruturais de violência, especialmente aquelas que afetam populações racializadas. Tal invisibilidade não é apenas quantitativa, mas epistemológica, pois trata-se de uma recusa, consciente ou não, em considerar a questão racial como uma dimensão constitutiva da paz e da violência.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Essa tendência continuará a ser examinada na análise do gráfico abaixo, referente ao ano de 2016:

Gráfico 13: Temáticas (ISA, 2016)

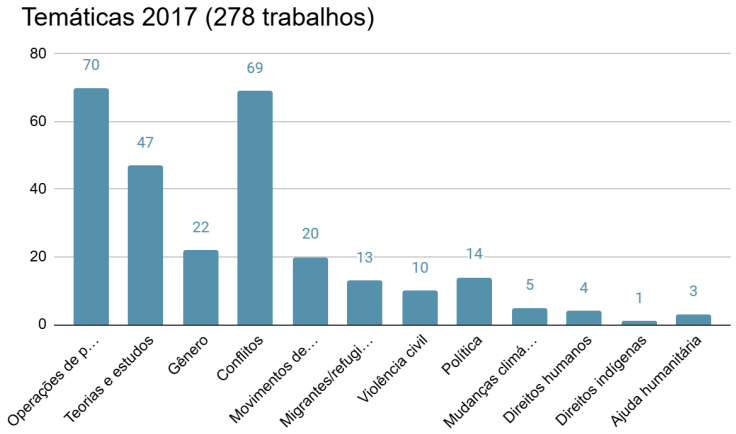


Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Como demonstra o gráfico acima, em 2016, a programação da seção de Estudos para a Paz da ISA indicou um predomínio significativo de trabalhos voltados ao estudo de conflitos (34%), seguidos por temas relacionados a operações de paz e transição (22,49%) e abordagens teóricas ou gerais sobre os Estudos para a Paz (20,36%). Temas como gênero (5,16%), movimentos de resistência (4,25%) e migrações/refúgio (0,91%) apresentaram uma presença consideravelmente menor. Essa distribuição revela uma ênfase persistente em abordagens mais tradicionais e institucionais do campo, com foco nas dinâmicas de guerra e intervenção, em detrimento de perspectivas que priorizam as causas estruturais da violência ou os saberes e práticas oriundos de sujeitos historicamente marginalizados. A baixa incidência de trabalhos sobre gênero e migrações, por exemplo, sinaliza um desafio contínuo para o campo de incorporar de forma mais expressiva as contribuições dos feminismos e desses debates mais plurais diretamente ligado aos objetivos de construção de paz do campo. Assim, o gráfico de 2016 confirma uma tendência já observada no ano anterior, reforçando a crítica de que o campo, embora se proponha a discutir a paz, o faz a partir de lentes ainda limitadas pela geopolítica do conhecimento e por um padrão epistemológico hegemônico. A seguir, o gráfico 14 demonstra se essa tendência permaneceu no evento seguinte:

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Gráfico 14: Temáticas (ISA, 2017)



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Em 2017, os dados revelam uma concentração temática nos campos de operações de paz (25,17%), conflitos (24,82%) e teorias e estudos (16,9%), que, juntos, responderam pela maioria das pesquisas apresentadas na seção de Estudos para a Paz da ISA naquele ano. A presença destacada dessas temáticas reforça a predominância de uma abordagem tradicional da paz, centrada em intervenções institucionais, resolução de conflitos armados e processos de reconstrução estatal, frequentemente associada a uma perspectiva liberal e ocidentalizada de paz.

No entanto, temas que trazem contribuições críticas e contra-hegemônicas, como gênero (7,91%), movimentos de resistência (7,19%) e migrantes/refugiados (4,67%), possuem presença significativamente menor em relação aos debates predominantes. Isso demonstra uma assimetria entre abordagens tradicionais e críticas, que ainda ocupam uma posição marginal no debate principal. Ademais, essa assimetria se torna ainda mais evidente ao observar a baixa incidência de trabalhos voltados à discussão sobre ajuda humanitária (1,07%), mudanças climáticas (1,79%) e direitos humanos (1,43%), temas centrais para a compreensão de formas estruturais e culturais de violência que permeiam o sistema internacional.

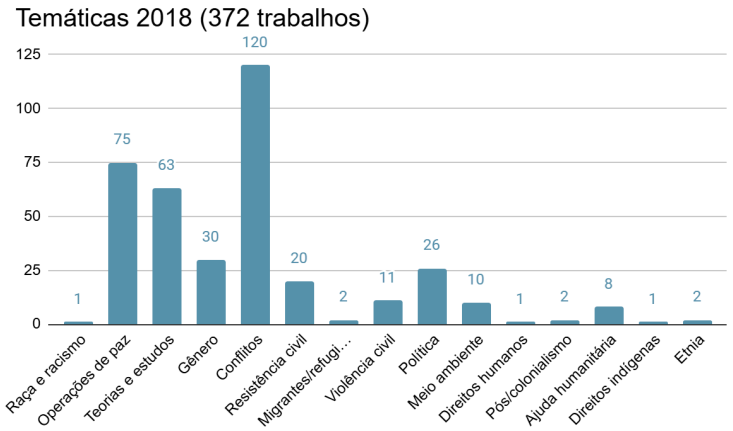
A marginalidade dessas temáticas revela não apenas um desinteresse estrutural em abordar as consequências globais da desigualdade, mas também uma resistência em conectar os Estudos para a Paz com pautas interseccionais. Quando somadas às discussões sobre migrações e refúgio (4,67%), essas agendas se mostram particularmente relevantes para a análise racial, considerando que são justamente as populações racializadas que mais vivenciam os efeitos dessas crises

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

e, por consequência, deveriam ocupar um lugar central nas investigações acadêmicas comprometidas com a justiça e a paz. A ausência ou sub-representação dessas perspectivas evidencia, portanto, os limites epistêmicos do campo frente à urgência de incorporar uma abordagem interseccional e decolonial. A quase invisibilidade dessas pautas no espaço da ISA em 2017 reforça a crítica da geopolítica do conhecimento, pois reflete um campo que ainda reproduz hierarquias epistemológicas e se mantém distante da ecologia de saberes proposta por Boaventura de Sousa Santos (2005), ao priorizar temas alinhados a uma concepção de paz liberal e institucional.

Em particular, a escassez de trabalhos sobre racismo é reveladora. Apesar da crescente discussão internacional sobre justiça racial, especialmente em contextos de guerra, migração forçada e violência policial, o campo dos Estudos para a Paz da ISA demonstra resistência em incorporar esse debate de forma substantiva. Esse silenciamento epistêmico corrobora a crítica de autores como Grosfoguel (2016) e Collins (2000), ao evidenciar que epistemologias racializadas e decoloniais permanecem à margem das agendas institucionais dominantes. Esses dados, portanto, não apenas revelam as preferências temáticas do campo em 2017, mas também reiteram os limites estruturais para a incorporação de uma visão plural e crítica da paz. A análise do ano seguinte, por meio do gráfico abaixo, poderá indicar se esse padrão se repete ou se há sinais de mudança:

Gráfico 15: Temáticas (ISA, 2018)



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

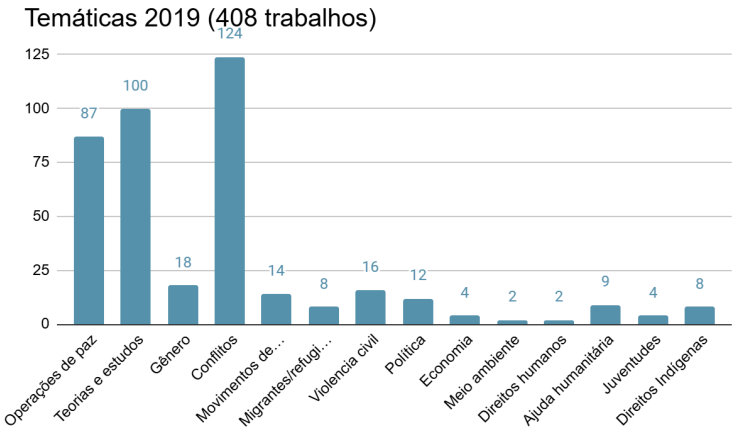
Os dados demonstrados pelo gráfico 15 revelam a continuidade de uma tendência temática que prioriza abordagens tradicionais e estratégicas do campo. Os temas mais recorrentes foram conflitos (32,25%), operações de paz (20,16%) e teorias e estudos sobre paz (16,93%), o que reforça uma centralidade temática voltada à lógica do conflito armado e suas resoluções institucionais. Essa ênfase, embora relevante, também limita o escopo epistêmico do campo, ao reduzir a paz a uma condição de ausência de guerra, em detrimento de abordagens que compreendam suas dimensões estruturais e culturais, conforme proposto por Galtung (1969).

Apesar de uma presença significativa de discussões sobre gênero (8%), que demonstra uma inserção importante das abordagens feministas, destaca-se a marginalidade de temáticas como pós-colonialismo (0,53%) e, sobretudo, raça e racismo, que aparece com apenas um trabalho apresentado entre os 372 contabilizados. A escassez de trabalhos sobre raça e racismo, especialmente em contraste com o volume de pesquisas sobre conflitos e operações de paz, expõe uma hierarquia temática que reflete a colonialidade do saber e a geopolítica do conhecimento (Mignolo, 2008), pois, novamente, há uma discrepância significativa entre os temas trabalhados no âmbito dos estudos sobre paz. A persistente ausência de uma abordagem interseccional, que articule as dimensões de raça, gênero e estrutura de poder na análise da paz, reproduz uma epistemologia universal, que limita a capacidade do campo de dialogar com os saberes e experiências do Sul Global. Essa exclusão temática torna-se ainda mais problemática quando se considera que os sujeitos mais afetados pelas guerras, violências sistêmicas e crises humanitárias – como populações negras, indígenas e migrantes – permanecem sub-representados nas agendas de pesquisa.

Esse padrão se mantém ou até se acentua nas conferências seguintes, como será possível observar na análise do gráfico referente ao ano de 2019:

Gráfico 16: Temáticas (ISA, 2019)

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

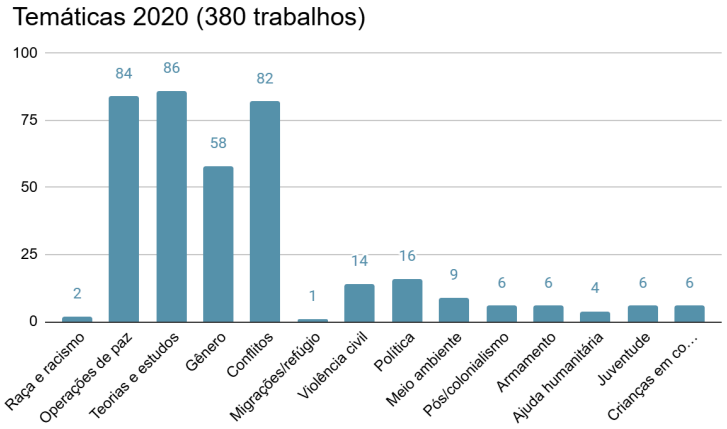
O gráfico referente à convenção de 2019 reforça o que já foi observado anteriormente, isto é, o destaque para a concentração em torno de temáticas centrais. O tema mais recorrente foi Conflitos (30,39%), seguido por Teorias e Estudos (24,5%) e Operações de Paz (22,32%). Esse foco revela uma prevalência de abordagens mais tradicionais nos Estudos para a Paz, que tendem a priorizar perspectivas institucionais e estratégicas, frequentemente desvinculadas de uma análise crítica das estruturas que produzem e perpetuam a violência.

Temas como Gênero (4,41%), Movimentos de resistência (3,43%) e Migrantes/refugiados (1,96%) aparecem com menor expressão, indicando um espaço reduzido para discussões que tratam diretamente das experiências de grupos historicamente marginalizados. Essa ausência não é neutra, pois a marginalização dessas discussões limita a possibilidade do campo de equilibrar essas discussões hegemônicas, com a construção de uma paz positiva, plural e enraizada em experiências vividas pelas populações afetadas pela violência estrutural e epistêmica.

A baixa incidência de trabalhos sobre migração e refúgio, por exemplo, revela uma lacuna significativa, sobretudo considerando o contexto global de deslocamentos forçados e a centralidade das populações racializadas nesses processos. Do mesmo modo, a presença marginal do tema “resistência” demonstra como as formas alternativas de construção da paz a partir do Sul Global ainda encontram pouca abertura nesse espaço institucionalizado. Esses dados reforçam, portanto, a crítica à geopolítica do conhecimento que estrutura os Estudos para a Paz no âmbito da ISA. A seguir, serão analisados os dados da convenção de 2020.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Gráfico 17: Temáticas (ISA, 2020)



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

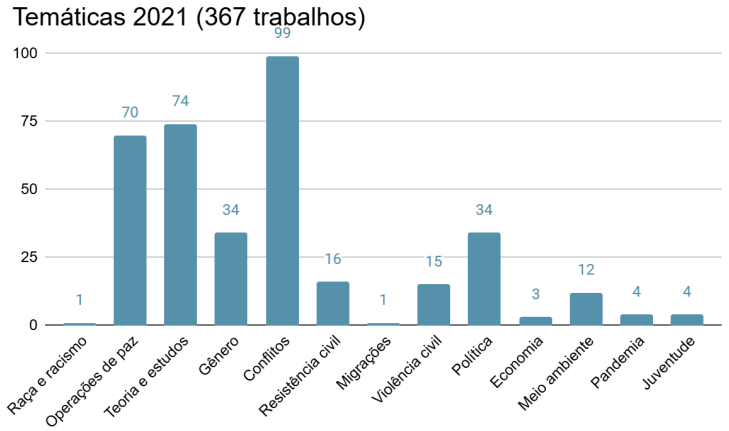
A edição de 2020, apesar de manter uma maior diversidade de discussões, o percentual de trabalhos que tratam das temáticas normalmente predominantes segue maior. Os três temas com maior número de trabalhos – teorias e estudos da paz, operações de paz e conflitos seguem com maior espaço de discussão, somando 66,31% do total de pesquisas apresentadas. Nesta edição do evento, também houve uma visibilidade maior da discussão de gênero, que representou 15,26% dos trabalhos deste ano.

Por outro lado, os temas que tratam de questões mais ligadas à justiça social, como gênero, raça e racismo e migrações/refúgio, apresentam presença marginal. Embora o número de trabalhos sobre gênero seja expressivo em relação aos demais anos, as temáticas de raça e racismo (0,52%) e migrações/refúgio (0,26%) continuam periféricas ao debate sobre paz. Essa desproporção revela que temas relacionados à colonialidade, à racialização das populações e às dinâmicas globais de exclusão seguem marginais no debate promovido pela seção de Estudos para a Paz da ISA. Tal padrão reforça que, mesmo em um campo comprometido com a superação da violência, há uma resistência estrutural à incorporação de epistemologias críticas e subalternizadas. Essa seletividade epistêmica compromete a efetividade dos Estudos para a Paz na construção de alternativas plurais, interseccionais e decoloniais de construção da paz positiva e justiça social global.

Em seguida, o gráfico 18 demonstra essa distribuição temática dos trabalhos apresentados na convenção de 2021:

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Gráfico 18: Temáticas (ISA, 2021)



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Com base nos dados do gráfico da convenção da ISA de 2021, observa-se a continuidade de tendências estruturais previamente identificadas nas temáticas dos trabalhos apresentados na seção de Estudos para a Paz. O tema mais abordado foi Conflitos (29,97%) dos trabalhos, seguido por Teoria e Estudos (20,16%) e Operações de paz (19%), um padrão já observado nos anos anteriores. A discussão de gênero, por sua vez, segue como um debate que cresce a cada ano, representando, em 2021, 9,26% dos trabalhos, mesmo percentual da discussão sobre política, que engloba estudos sobre processos de redemocratização e regimes autoritários.

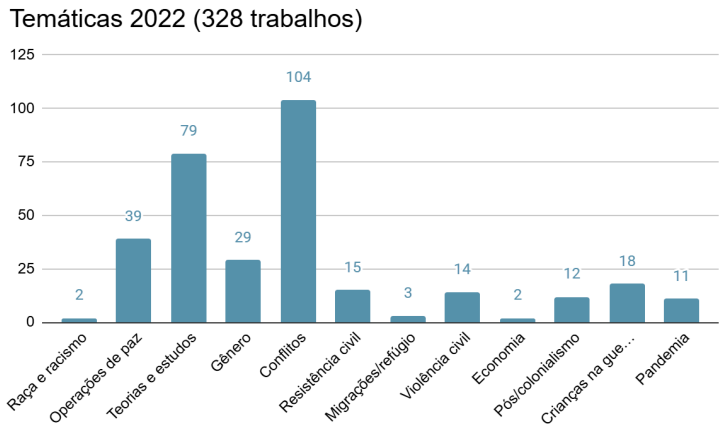
A temática Raça e racismo se fez presente neste ano em um trabalho apresentado, reforçando a marginalização da discussão e a instabilidade que esse debate possui na estruturação das agendas de pesquisa nesse espaço de produção acadêmica. Isso representa uma invisibilização preocupante diante da centralidade que as relações raciais ocupam na reprodução de desigualdades globais, o que foi acentuado pelo período da pandemia, que começou em 2020 e afetou desproporcionalmente todas as regiões. Nesse sentido, devido à esse contexto pandêmico, surgiram pesquisas voltadas para essa temática, demonstrada no gráfico como ‘Pandemia’, que representou 1,08% dos trabalhos no âmbito dos estudos sobre paz. Da mesma forma, Migrações (0,27%) e Meio ambiente (3,26%) também aparecem com baixa incidência, apesar de estarem no cerne de debates contemporâneos que interligam justiça social, mudanças climáticas e crises

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

humanitárias, além de terem sido destaques internacionalmente nesse período, em razão da crise econômica, política e social ligada à pandemia.

Essa distribuição temática sugere uma seletividade no que se considera relevante no campo, reiterando uma geopolítica do conhecimento que reproduz silenciamentos. A baixa presença de temas como raça, migração e direitos ambientais revela que a diversificação de abordagens e agendas ainda não foi plenamente incorporada ao campo dos Estudos para a Paz na ISA, limitando sua capacidade de abarcar e compreender a complexidade das violências e da construção da paz do mundo contemporâneo. Dessa maneira, o gráfico a seguir visa ilustrar os dados da convenção anual de 2022:

Gráfico 19: Temáticas (ISA, 2022)



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

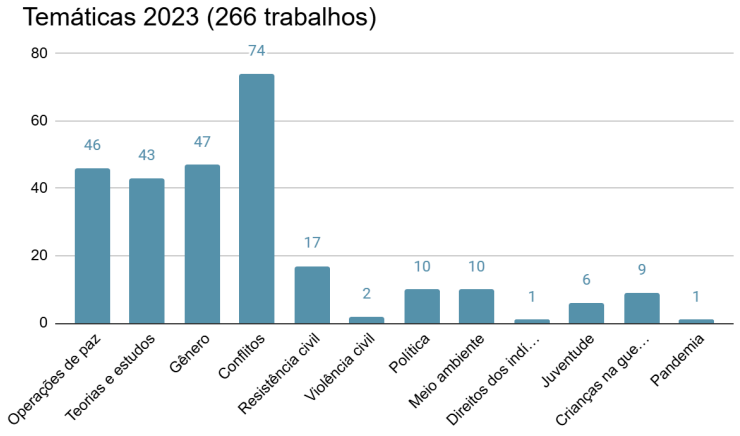
Em 2022 (Gráfico 19), a conferência da ISA voltou ao formato presencial e a seção de Estudos para a Paz contou com um total de 328 trabalhos distribuídos entre diversas temáticas. Observa-se que a categoria com maior número de trabalhos foi Conflitos (31,7%), seguida de Teorias e Estudos (24%) e Operações de paz (11,89%). Esse padrão reforça a prevalência de enfoques tradicionais nos Estudos para a Paz, com ênfase em temas amplamente priorizados pelas estruturas acadêmicas e políticas do Norte Global. A centralidade da abordagem de conflitos e missões de paz, usualmente vinculada à atuação de organismos multilaterais e Estados em locais que passam por passavam por um conflito, revela uma orientação ainda fortemente alinhada à concepções clássicas de paz. Problematiza-se, contudo, o fato do campo não se mostrar mais diverso em suas abordagens

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

temáticas, abrangendo, de fato, temas pertinentes também à construção de uma paz positiva, ou seja, abrangendo discussões sobre violência estrutural, justiça social e as implicações disso nas crises migratórias, assim como nas desigualdades sistêmicas, políticas, econômicas e sociais. Isso gera uma invisibilização da centralidade dessas discussões nos estudos sobre paz e na aplicação efetiva desses estudos, como nas próprias missões de paz.

Esses debates são pertinentes para entender as múltiplas dimensões da violência estrutural e cultural, especialmente em contextos marcados por desigualdades globais e heranças coloniais, outra temática permanente aos estudos sobre a paz. Essa assimetria temática não é apenas reflexo de escolhas metodológicas ou interesses individuais, mas sim de um padrão estrutural que privilegia determinadas abordagens enquanto silencia outras. Tal padrão contribui para a manutenção de uma paz normativa, despolitizada e, muitas vezes, funcional às estruturas de poder existentes, ao invés de promover uma paz mais plural, como propõem perspectivas feministas, decoloniais e antirracistas. Em seguida, o gráfico abaixo demonstra como as temática foram distribuídas na convenção de 2023:

Gráfico 20: Temáticas (ISA, 2023)



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Em 2023, permaneceu um perfil semelhante, mas houve um aumento percentual dos estudos sobre gênero em relação aos outros anos observados. Nessa conjuntura, a discussão com maior número de trabalhos foi Conflitos (27,81%), seguida por Gênero (17,66%), Operações de paz (17,29%) e Teorias e estudos (16,16%). A maior visibilidade conferida às discussões de gênero podem

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

significar uma ampliação de abordagens, nesse caso a partir da pespectiva feminista, e uma diversificação das temáticas tradicionais do campo.

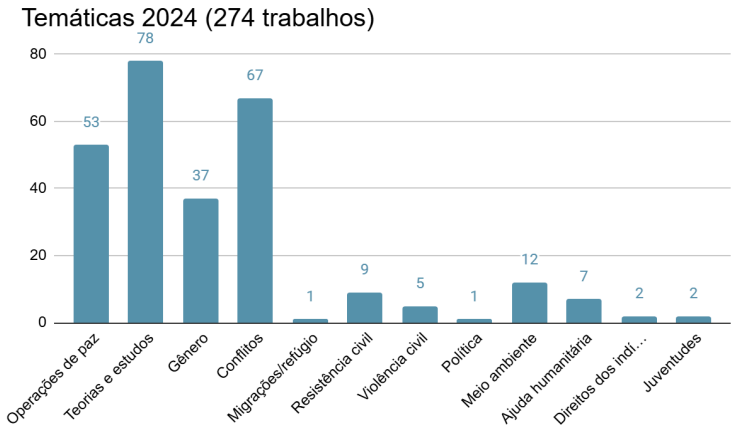
Além das diversas temáticas marginalizadas que foram apresentadas até aqui, uma que também se mostrou instável ao longo dos anos é a referente aos estudos sobre crianças que lutam nas guerras e são colocadas para participar ativamente como soldados nos conflitos. Nesse ano, essa discussão representou 3,38% dos debates, um número que variou ou mesmo não esteve presente em outras edições do evento. É pertinente destacar como essas discussões também giram em torno da questão racial, visto que muitos dos conflitos abordados ocorriam em regiões periféricas e, consequentemente, as crianças eram parte de populações racializadas internacionalmente.

Além do mais, a escassez de pesquisas sobre comunidades nativas (0,37%), violência civil (0,75%) e mudanças climáticas (3,75%) apontam para a persistente marginalização de agendas que tocam diretamente experiências racializadas, subalternizadas e periféricas da violência. Isso é particularmente preocupante, considerando que são justamente essas experiências que evidenciam formas estruturais e culturais de violência, tal como discutido por Galtung (1969). Soma-se a isso o fato de que o número modesto de trabalhos sobre essas temáticas reforça a necessidade de maior abertura do campo para abordagens que desestabilizem as narrativas centradas em atores estatais e militares, incluindo lutas por justiça ambiental, autodeterminação e alternativas à violência civil.

Portanto, a análise da edição de 2023 evidencia que, embora haja avanços em termos de presença de mulheres e uma certa ampliação de temas, a geopolítica do conhecimento ainda atua de forma restritiva na delimitação das agendas legítimas, marginalizando discussões fundamentais para pensar a paz a partir do Sul Global e de experiências historicamente invisibilizadas. Enfim, o gráfico a seguir é referente à última convenção analisada, no ano de 2024.

Gráfico 21: Temáticas (ISA, 2024)

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Esse último conjunto de dados ilustrados no gráfico 21, reforça a tendência que vem sendo observada até aqui, com a predominância de abordagens e agendas tradicionais. Nesta edição, Teorias e Estudos, Conflitos e Operações de paz somaram 198 trabalhos, isto é, 72,2% das pesquisas. Essa configuração reforça a centralidade conferida às perspectivas epistemológicas e conceituais convencionais, bem como aos temas historicamente vinculados à lógica da segurança e da mediação estatal e militar.

Em contrapartida, temas que mobilizam agendas críticas e interseccionais — como Migrações/refúgio (0,36%), reconhecimento e formação estatal (0,36%), comunidades nativas (0,72%) e juventudes (0,72%) — permanecem escassos, o que evidencia a limitação da incorporação de experiências e saberes periféricos.

A temática de Gênero também ocupa um espaço relevante, representando 13,5% dos estudos apresentados. Por outro lado, discussões sobre meio ambiente (4,37%), ajuda humanitária (2,55%), violência civil (1,82%) e resistência civil (3,28%), que são diretamente vinculados a formas contemporâneas de violência estrutural, racial e ecológica, ainda que centrais para o alcance dos objetivos do campo de Estudos para a Paz, permanecem sub-representados.

Nesse sentido, a análise da convenção de 2024 reforça a permanência de uma matriz de pensamento centrada em categorias universalizantes e abstratas, que não contempla suficientemente os sujeitos racializados, as experiências do Sul Global e os modos plurais de construção da paz. A geopolítica do conhecimento atua, mais uma vez, como filtro epistemológico, hierarquizando agendas e limitando o potencial crítico e transformador do campo dos Estudos para a Paz.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Vale ressaltar que, no âmbito dos conflitos, houveram estudos voltados para a compreensão do uso de espaços virtuais (cyberspaces) em dinâmicas de conflito. Além do mais, temas como juventude, educação para a paz, etnias e movimentos de resistência também aparecem com mais frequência, indicando uma leve ampliação do repertório analítico. Ainda assim, as discussões tradicionais continuaram a dominar a produção acadêmica. Há destaque repetitivo de temas como conflitos e operações de paz na Colômbia, na África e na Ásia que confirmam um interesse específico colocado em prática pela geopolítica do conhecimento.

Por outro lado, pautas estruturais como raça, racismo, colonialismo e direitos dos povos indígenas, que apareceram de forma bastante esporádica, permaneceram à margem do debate hegemônico, refletindo a continuidade do silenciamento e da invisibilização de discussões no campo dos Estudos para a Paz. Diante disso, a análise das temáticas abordadas ao longo dos últimos dez anos evidencia tanto a hegemonia de determinadas agendas tradicionais quanto a necessidade de ampliar as discussões e abordar debates que são urgentes não só para os Estudos para a Paz mas também para as Relações Internacionais. Nesse contexto, esse levantamento também revela invisibilidades recorrentes, especialmente no âmbito da dimensão racial.

Além das questões raciais, debates que abordam questões como o colonialismo, migrantes e refugiados, e a economia e o desenvolvimento global também são de grande valia para os Estudos para a paz e para o cenário internacional e são debates muito pouco levantados.

2.2 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este capítulo se conectou com o anterior ao buscar compreender como a geopolítica do conhecimento age na prática dentro do campo acadêmico. A análise da International Studies Association (ISA), enquanto espaço acadêmico central na área de Relações Internacionais, revela uma estrutura marcada por desigualdades epistêmicas que refletem a lógica da geopolítica do conhecimento.

Ao longo da década analisada (2015–2024), observou-se a predominância de produções oriundas das potências do Norte Global, ou seja, Estados Unidos e Europa, nas conferências anuais da associação. Essa concentração geográfica reflete uma hierarquia que legitima determinados saberes em detrimento de outros,

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

silenciando e invisibilizando contribuições do Sul Global e epistemologias não ocidentais. Tal assertiva parte da ideia de Mignolo de que a colonialidade define o que é conhecimento legítimo e quem pode produzi-lo.

A discrepância em relação aos trabalhos provenientes dos Estados Unidos e da Europa e dos trabalhos provenientes do Sul Global é notável e demonstra como a colonialidade do saber, apresentada por Quijano e Mignolo, ainda estrutura a produção acadêmica no campo dos Estudos para a Paz. Tal cenário reforça o argumento de que os centros hegemônicos continuam a definir os debates e as perspectivas válidas no debate internacional sobre paz. Há ainda questões como o predomínio da língua inglesa e a centralização desses eventos em países do Norte Global que tornam esse debate ainda mais marcado pela exclusão de pesquisadores racializados e pesquisadoras racializadas.

No que tange à discussão de raça e racismo, o levantamento dos trabalhos apresentados na seção de Estudos para a Paz nas conferências da ISA evidencia uma invisibilidade marcante: dos 3.266 trabalhos mapeados, apenas oito abordaram a questão racial. Além do mais, essas abordagens ocorreram de maneira fragmentada e não colocando o debate racial como uma discussão central no campo. Essa é uma ausência que resulta do silenciamento epistêmico proposto por Mignolo, um processo que silencia e invisibiliza vozes e experiências tradicionalmente marginalizadas, e é preocupante diante da importância histórica, política e social das hierarquias raciais na conformação de violências, especialmente estruturais, que os Estudos para a Paz buscam denunciar.

Por outro lado, a análise de gênero aponta que a partir de 2019, houve uma diferença mais significativa de autorias femininas nos trabalhos apresentados em relação à presença de autores homens. Esse dado pode ser um reflexo do interesse histórico e político das mulheres com as transformações que o campo propõe. Esse dado conversa com as ideias de Patricia Hill Collins, que destaca o papel das mulheres negras como produtoras de conhecimento situado e transformador. Ainda assim, esse protagonismo feminino observado não diminui o impacto das hierarquias raciais impostas às mulheres racializadas, como destaca Werneck ao discutir o racismo patriarcal.

Diante desse panorama, torna-se evidente que a ISA, enquanto organização internacional, reproduz estruturas coloniais de produção e validação do conhecimento. A crítica de autores como Mignolo, Santos, Quijano e Ballestrin

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

encontra respaldo nos dados empíricos para a afirmativa de que há uma hegemonia epistêmica que deslegitima saberes racializados e perpetua a centralidade euro-estadunidense no campo. Nesse sentido, a proposta de Mignolo a respeito da necessidade de uma desobediência epistêmica apresenta-se como um caminho para que haja mudanças. É preciso, portanto, questionar as epistemologias dominantes e acolher saberes marginalizados e silenciados, para que, assim, os Estudos para a Paz possam assumir uma epistemologia mais plural e coloque a dimensão racial como uma categoria analítica central em si mesma.

A invisibilização da dimensão racial nos Estudos para a Paz faz parte de uma estrutura de exclusão, como aponta Karine Silva, e o discurso da democracia racial atua como um instrumento ideológico que oculta as hierarquias raciais e naturaliza privilégios. Dessa forma, a produção acadêmica que ignora ou marginaliza o debate racial reforça essas dinâmicas ao manter a branquitude como posição de referência epistêmica.

As temáticas dominantes também reforçam esse padrão. Conflitos armados, operações de paz e estudos teóricos clássicos permanecem centrais, enquanto temas como racismo e colonialismo aparecem esporadicamente. Essa configuração evidencia que a pluralidade epistemológica ainda não é plenamente reconhecida como valor no interior da ISA, o que limita o alcance dos Estudos para a Paz e sua capacidade de debater as múltiplas formas de violência, como a racial. Assim, a ISA contribui para a reprodução de uma norma excludente, que compromete a pluralidade necessária aos Estudos para a Paz. É o que argumenta Boaventura de Sousa Santos ao propor a necessidade de haver uma ecologia de saberes que desafie a monocultura do conhecimento científico ocidental e viabilize o reconhecimento e a valorização das epistemologias do Sul.

A crítica de Luciana Ballestrin ao pós-colonialismo também ajuda a compreender a contradição do campo dos Estudos para a Paz, que visa um posicionamento crítico e transformador, mas continua partindo dos centros hegemônicos. Como alerta a autora, há uma contradição fundamental quando o Norte Global, responsável histórico por guerras, colonialismo e violências estruturais, ocupa também o centro do debate sobre a paz.

Por fim, também vale destacar igualmente que a ISA, enquanto principal associação profissional para acadêmicos e profissionais de RI, não possui uma seção de estudos questões raciais, ainda que seja uma temática integrante do

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Sistema internacional e das Relações Internacionais, e tampouco há a menção do termo ‘Raça’ nas descrições de seção alguma (Zvobgo e Loken, 2020), além de não contar com um espaço para acolher acadêmicos que pertençam à esta comunidade.

Essas considerações parciais sintetizam as conclusões da análise proposta e apontam, igualmente, os limites e as deficiências estruturais do campo dos Estudos para a Paz dentro da ISA. A pesquisa continua por meio da investigação dessa discussão no contexto nacional, a partir da análise do Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz (EBEP).

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

3 O ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS PARA A PAZ: A PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL E A QUESTÃO RACIAL

Este capítulo se dedica à análise da produção do Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz (EBEP) e da sua relevância para a expansão dos Estudos para a Paz no Brasil e para a discussão da questão racial no nível nacional. Para isso, será realizado um levantamento da estrutura organizacional do evento levando em consideração as mesmas variáveis analisadas no capítulo anterior: temática, autoria e região de origem dos trabalhos. Em um primeiro momento, será apresentado o mapeamento da discussão de raça e racismo, seguida por uma discussão acerca da relevância desse tema para as discussões de paz no Brasil. Em seguida, serão apresentadas as outras variáveis a partir de uma análise do comportamento da geopolítica do conhecimento no nível doméstico, bem como a respeito da consolidação do campo de Estudos para a Paz no Brasil.

A escolha desse evento se justifica pela sua relevância na consolidação dos Estudos para a Paz no contexto nacional ao reunir pesquisadoras e pesquisadores de diferentes regiões e instituições a fim de discutir a paz e seus desdobramentos. Além disso, analisar a presença, ou ausência, das discussões sobre raça e racismo nesse evento possibilita compreender como a geopolítica do conhecimento se manifesta em nível nacional. Por fim, como apresentado no primeiro capítulo, os Estudos para a Paz levam em consideração o compromisso com a paz não só no nível internacional, mas também no âmbito nacional, regional e local, portanto, entender como essa área se desenvolve nacionalmente é relevante para a consolidação do campo no Brasil.

3.1 O EBEP E OS ESTUDOS PARA A PAZ NO BRASIL: HISTÓRICO, ESTRUTURA E OBJETIVOS

No Brasil, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos e na Europa, os Estudos para a Paz ainda não se constitui como uma área plenamente consolidada e não possui uma diversidade considerável de meios de divulgação científica, além de ter se fortalecido mais recentemente, impulsionada, entre outros fatores, pela expansão dos cursos de Relações Internacionais a partir da década de 1990 (Ferreira; Kuhlmann; Maschietto, 2019). Isso reflete não apenas quão novo é o

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

campo no Brasil, mas também como é uma área estudada a partir de outras disciplinas como as Relações Internacionais, a Ciência Política e o Direito. Em vez de se constituírem como um campo autônomo, com agendas teóricas e metodológicas próprias, os estudos para a paz no contexto brasileiro muitas vezes aparecem como subcampos ou abordagens temáticas dentro de disciplinas mais amplas. Essa condição de subalternidade epistemológica compromete o desenvolvimento de uma tradição crítica e localizada, limitando a emergência de teorias que dialoguem com as especificidades das violências e resistências da realidade brasileira. Pensar a paz a partir de um contexto nacional é, portanto, um passo importante e significativo nesse caminho converge com a proposta de desobediência epistêmica de Mignolo (2008).

Assim como Santos (2007) e Grosfoguel (2008) argumentam a respeito dos efeitos da geopolítica do conhecimento, na qual saberes produzidos fora dos centros hegemônicos são frequentemente deslegitimados e marginalizados, pensadoras afro-latino-americanas e feministas, como Segato (2012), que denuncia o epistemicídio das tradições não ocidentais, e Gonzalez (2020), que destaca como a produção acadêmica negra e feminina é silenciada nos espaços acadêmicos. No campo da paz, esse silenciamento impede a formulação de epistemologias que partam das experiências de populações que enfrentaram diretamente a violência, e cujos descendentes sofrem com a perpetuação de estruturas racistas, como mulheres negras e indígenas, e que possam propor alternativas à lógica da dominação e da branquitude, temas relevantes para o debate da construção da paz positiva nos Estudos para a Paz.

A ausência de uma base teórica firmemente enraizada nas realidades locais, aliada à dependência de referenciais importados, evidencia o desafio de construir um campo verdadeiramente autônomo e crítico, capaz de responder às violências estruturais que marcam a sociedade brasileira. Superar esse desafio não significa negar as teorias e saberes hegemônicos, mas trata-se de ampliar o campo da ciência ocidental moderna através de um pensamento integrativo, no qual a ciência ocidental se entrelace com outras formas de produção de conhecimento (Castro-Gómez, 2007). Diante disso, foi criada em 2015 a Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS), a fim de suprir a demanda crescente da expansão dos Estudos para a Paz no Brasil (Ferreira; Kuhlman; Maschietto, 2019). Além do mais, vale destacar que a iniciativa surgiu a partir de

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

diálogos entre pesquisadores brasileiros durante a conferência anual de 2015 da ISA (Ferreira; Kuhlmann; Maschietto, 2019).

Segundo a página online da PCECS, que possui 147 membros atualmente, o objetivo da organização é “expandir esta área de pesquisa e conectar acadêmicos, pesquisadores e praticantes nestas áreas no Brasil e América Latina” através de uma visão que “parte da necessidade de se mover o debate em torno das temáticas sobre paz, conflitos e segurança para além do viés estatocêntrico ainda prevalecente nas Relações Internacionais”. Essa visão dialoga com a crítica à colonialidade do poder de Quijano (2005), que entende que o conhecimento produzido a partir das margens do sistema-mundo moderno-colonial é sistematicamente desvalorizado pelas estruturas epistêmicas globais. Ao dissertar sobre o viés eurocêntrico que predomina nas ciências sociais, e nas Relações Internacionais, Quijano argumenta que a colonialidade do poder sustenta um padrão de conhecimento que privilegia o Estado-nação europeu como modelo universal, invisibilizando outras formas de organização política, de agência e de produção de paz. Nesse sentido, o esforço da PCECS de deslocar o debate sobre paz, conflitos e segurança para além do viés estatocêntrico ainda predominante no campo se insere em uma proposta de descolonização epistêmica, que busca valorizar saberes e práticas situadas no Sul Global, especialmente na América Latina.

Nesse contexto, o Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz (EBEP) é organizado anualmente pela Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS), com o propósito de reunir pesquisadoras e pesquisadores dessas áreas e refletir coletivamente sobre os desafios inerentes à consolidação da paz e à superação de conflitos no século XXI. O evento busca abarcar abordagens que examinem os conflitos e processos de paz em diferentes escalas — do nível sistêmico ao doméstico e local —, promovendo o diálogo entre distintas áreas do conhecimento na análise das complexidades contemporâneas. O EBEP representa, assim, o primeiro esforço sistemático voltado à consolidação do campo dos Estudos para a Paz no Brasil. Além de fortalecer a própria Rede PCECS, o evento visa expandir essas áreas de pesquisa por meio da articulação de acadêmicos, pesquisadores e praticantes do Brasil e da América Latina.

Considerando esse panorama, torna-se fundamental examinar não apenas o papel institucional do EBEP na consolidação dos Estudos para a Paz no Brasil, mas também os limites e possibilidades que ele oferece para a expansão do campo e de

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

suas abordagens e discussões. Nesse sentido, a presença (ou ausência) da questão racial nos debates promovidos ao longo das edições do evento constitui um indicador relevante para compreender o grau de abertura da rede a perspectivas críticas e decoloniais. Ao analisar como, e em que medida, as discussões sobre raça e racismo têm sido incorporadas no EBEP, é possível avaliar se o encontro tem contribuído para tensionar as fronteiras tradicionais do campo e para promover uma epistemologia da paz que esteja realmente voltada a combater as violências estruturais que assolam a realidade brasileira. É essa investigação que orienta as próximas seções. Até o presente ano (2025) foram realizados seis encontros, nos anos de 2016, 2017, 2018, 2022, 2023 e 2024. No I EBEP não houve submissão de trabalhos, portanto, não há dados registrados para serem analisados, assim, foram mapeados todos os encontros, com exceção do primeiro.

3.1.1 A DISCUSSÃO RACIAL COMO FATOR PRIMORDIAL NA CONSTRUÇÃO DA PAZ NO BRASIL

A fim de compreender em que medida a questão racial tem sido incorporada no campo dos Estudos para a Paz no Brasil, esta seção realiza um mapeamento das discussões sobre raça e racismo nas edições do EBEP. Partindo do entendimento de que a produção de conhecimento não é neutra, mas está atravessada por disputas políticas, epistemológicas e históricas como aponta Santos (2010) e Gonzalez (2020), busca-se identificar a presença, e ausências, dessas temáticas nos trabalhos apresentados no evento, a fim de compreender o lugar que a discussão racial ocupa na agenda do EBEP.

A construção de uma epistemologia da paz comprometida com a justiça racial no contexto brasileiro é historicamente urgente, uma vez que

> A abolição da escravatura foi um processo importante, mas não suficiente para a descolonização das sociedades. No Brasil, a "independência sem descolonização" manteve os negros, pardos e indígenas excluídos, explorados, marginalizados, segregados dos espaços de poder social, cultural, econômico, político e educativo (Figueiredo e Grosfoguel, 2009).

Como apontam autoras como Djamila Ribeiro (2023), a formação social brasileira está profundamente enraizada na lógica da branquitude, uma estrutura que não se limita a uma questão fenotípica, mas sistematiza o acesso ao poder e ao

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

saber. Nesse contexto, a branquitude configura-se como uma referência epistêmica que marginaliza conhecimentos não brancos e não eurocêntricos e sustenta o mito da democracia racial, que opera como um instrumento de silenciamento das violências raciais. A respeito da democracia racial, Gaspar (2020) aponta que

> [...] o campo da comunicação como tantos outros foi instrumentalizado por um conservadorismo autoritário que impôs uma identidade nacional e construiu a narrativa do mito da democracia racial que nada mais é que a paz negativa posta por Galtung, apoiada numa política comunicacional ostensiva de silenciamento e violência estrutural operada pelo grupo racialmente dominante e aplicada às organizações (Gaspar, 2020, p. 7).

Assim, compreende-se que a construção da ideia de democracia racial também opera como um mecanismo de manutenção e perpetuação de uma ordem racialmente hierárquica, configurando-se como uma forma de violência estrutural que atua de maneira velada. Nesse sentido, a partir de experiências pessoais, Djamila Ribeiro (2023) reforça que “devemos pensar uma reconfiguração do mundo a partir de outros olhares, questionar o que foi criado a partir de uma linguagem eurocêntrica” (Ribeiro, 2023 p. 15). Essa reconfiguração não diz respeito apenas à forma de interpretar a realidade a partir de uma nova perspectiva, mas demanda, sobretudo, uma transformação profunda das estruturas sociais que sustentam as violências estruturais consolidadas desde o processo de formação social brasileira e mantidas pelas lógicas do colonialismo.

Em suma, as estruturas que sustentam um sistema racialmente organizado também sustentam a perpetuação de uma violência estrutural que marca profundamente a sociedade brasileira. É evidente que houveram, e ainda há, violências diretas baseada em comportamentos racistas, entretanto isso se dá majoritariamente num nível interpessoal, isso porque o Estado brasileiro sustentou, desde a abolição da escravatura a ideia de democracia racial, uma ideia que parte do princípio de que o racismo no Brasil, por ser um país etnicamente e racialmente diverso, era inexistente (Jesus, 2019). Embora se propagasse esse ideia de harmonia entre os povos, o desenvolvimento social, político e econômico se deu a partir de bases racializadas, de modo que

> O racismo ainda hoje se manifesta de forma aberta ou sutilmente elaborada. No Brasil, presenciamos diversas formas de racismo, preconceito e discriminação, majoritariamente contra negros. Elas se expressam nos índices estatísticos de escolaridade de jovens negros, que se apresentam inferiores aos dos brancos; no nível de renda, em que negros recebem os

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

> menores salários na mesma profissão em relação aos brancos; nos bairros pobres, menos assistidos pelo Estado e com maior concentração de populações negras (Oliveira; Lins, 2024).

Essa discriminação sistêmica, que beneficia uma parcela da população e marginaliza outra, é, de certo modo, necessária à manutenção e perpetuação das relações de poder vigentes. É nesse contexto que as violências estruturais operam através das hierarquias raciais — um padrão que os Estudos para a Paz buscam combater. No entanto, a forma como essa problemática tem sido incorporada pelo campo no Brasil ainda parece limitada, como demonstram os dados quantitativos apresentados a seguir, que permitem observar com mais precisão o espaço que a discussão racial ocupa na produção acadêmica do evento:

Quadro 2: Trabalhos que abordam raça e racismo nos Encontros Brasileiros de Estudos para a Paz (EBEP)

ANO	TÍTULO	AUTORIA	TEMA
2017	*BLACK LIVES MATTER, genocidio da juventude negra: Uma articulação de ativismo transnacional?*	Paulo César Ramos (USP)	Articulação entre movimentos negros no BR e nos EUA; Ativismo racial transnacional.
2022	*O lugar da branquitude na construção de saberes dos Estudos para a Paz*	Bruana Lara Ribeiro (UFPR)	A centralidade e normatividade da branquitude na produção de conhecimento nos Estudos para a Paz.
2022	*State-Building como instrumento de operacionalização do contrato racial*	Ana Paula Ricardo da Silva (UFPR)	Relação entre reconstrução estatal e hierarquias raciais globais.
2022	*De(s)colonizando as operações de estabilização: Outras perspectivas sobre a AMISOM - Islamofobia, Racismo, Etnicidade e Governamentalidade Pós-colonial na Diplomacia estadunidense*	Pablo Victor Fontes Santos e Victoria Motta (IRI/PUC-Rio)	As bases coloniais, eurocentradas e racistas que sustentam as missões de paz

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

2022	*Amefricanidade como elemento para descolonizar a paz nas Relações Internacionais*	Erica Paula de Vasconcelos dos Santos (Unila)	Proposição da amefricanidade como base epistemológica para uma paz descolonial.
2022	*Desmascarando Raça e Racismo nos Estudos para a Paz: Uma análise crítica para a paz da comunidade negra global*	Sanel Charlotin (Unila)	O apagamento das questões raciais nos Estudos para a Paz, e a construção de uma epistemologia voltada para a paz da comunidade negra global.
2023	*Problematizando a paz entre o comércio transatlântico de escravos as revoltas nas senzalas de Salvador-Bahia*	Erica Paula de Vasconcelos dos Santos (Unila)	A paz a partir das resistências negras no Brasil escravista.
2023	*Raça e Racismo nos Estudos para a Paz: Um olhar sobre a possível insurgência racial*	Sanel Charlotin (Unila)	Possibilidades de uma insurgência racial nos Estudos para a Paz a partir de epistemologias negras.
2024	*Os limites da empatia: Analisando as narrativas exepcionalistas e discursos racializados no conflito Palestina e Israel*	Emny Nsaif do Carmo (PUC - Minas)	Seletividade da empatia em narrativas racializadas sobre o conflito Israel-Palestina, que produzem assimetrias na construção da paz.
2024	*A ordem do discurso antirracista*	José Augusto da Conceição Pereira (GENTES)	As práticas e contradições do discurso antirracista, com vista à compreensão da atual quadra histórica do combate ao

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

			racismo no Brasil.
2024	*Branquitude metodológica e epistemologia da ignorância nos Estudos para a Paz: Uma análise sobre a insegurança no Haiti após a MINUSTAH*	Sanel Charlotin (Unila)	O privilégio das perspectivas brancas nos Estudos para a Paz e a invisibilização da questão racial ao analisar as intervenções no Haiti.
2024	*Racismo, civilização e paz: Trazendo Du Bois e Said para os Estudos para a Paz*	Luis Octavio dos santos Gouveia Junior (Universidade de Coimbra)	Os Estudos para a Paz a partir de Du Bois e Said, e como os discursos sobre paz se baseiam em lógicas racializadas e civilizatórias que perpetuam desigualdades.
2024	*Necrópole periférica: A (in)segurança de corpos não brancos na periferia do Rio de Janeiro*	Igor Loiola Belizário da Silva e Eric Guadanini Franca de Oliveira (PUC - Minas)	A violência racial no RJ, com base na perspectiva necropolítica de que os corpos não brancos são alvos da violência estatal em contextos periféricos.
2024	*O impacto da branquitude nas operações de paz: um estudo de caso da MONUSCO na República Democrática do Congo*	Nicolas Vitor Ribeiro Rohrbacker (Unila)	A influência da branquitude nas operações de paz e o impacto das estruturas racializadas nas intervenções.
2024	*Confrontando o preconceito: A luta do candomblé contra o racismo religioso no Brasil*	Gabriel Henrique Vitorino Alves de Jesus	Racismo religioso e movimentos de resistência como parte da resistência negra e da construção

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

			de paz com justiça racial.

Fonte: Elaborada pela autora (2025)

Os trabalhos esquematizados no quadro acima possibilitam inferir que, ao longo de cinco edições do EBEP, foram contabilizados 331 trabalhos apresentados em paineis, dos quais apenas 15 abordavam, de modo central ou parcial, temáticas relacionadas à raça e ao racismo. Observa-se uma tendência de crescimento no interesse pela questão: de um único trabalho em 2017, a cinco em 2022, dois em 2023 e sete em 2024. Esses estudos concentram-se majoritariamente na crítica à normatividade da branquitude e na proposição de epistemologias insurgentes, como as perspectivas afro-atino-americanas e os feminismos negros, e contam com contribuições de pesquisadoras e pesquisadores de instituições como Unila, UFPR e PUC. Essa diversidade temática e o aumento das produções indicam tanto uma emergência de vozes racializadas no campo dos Estudos para a Paz quanto a urgência de consolidar a justiça racial como eixo central das análises.

Nos Estudos para a Paz, esse silenciamento se traduz na escassa incorporação de diferentes perspectivas como as perspectivas negras e indígenas como produtoras legítimas de conhecimento sobre paz e conflito e, sobretudo, na escassez de debates produzidos tendo essas discussões como temas centrais. Essa escassez parte de um racismo epistêmico que naturaliza a ausência dessas vozes, reproduzindo uma paz pensada a partir de referências eurocêntricas, que ignoram as experiências históricas de resistência e de construção de justiça racial a partir do Sul Global. Para Sueli Carneiro (2005), o racismo epistêmico atua como um instrumento de consolidação das hierarquias raciais, que partem do epistemicídio, conceito apresentado no primeiro capítulo deste trabalho e fortemente discutido também pela própria Sueli Carneiro, que aponta que

> [...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. [...] Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

> subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. É uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta (Carneiro, 2005, p 97)

É um fenômeno que pode ser compreendido a partir do próprio conceito de racismo epistêmico, que se refere à deslegitimação dos conhecimentos produzidos por sujeitos racializados, especialmente aqueles oriundos das periferias do sistema pós-colonial moderno. É nesse sentido que Carneiro (2005) denomina esse processo como um mecanismo de epistemicídio, ou o assassinato simbólico dos modos de conhecer, interpretar e transformar o mundo desenvolvidos fora do eixo central das relações internacionais. Ao serem excluídas dos circuitos acadêmicos hegemônicos, essas vozes e experiências são silenciadas, reforçando uma monocultura do saber que legitima apenas as epistemologias eurocentradas. Portanto, a branquitude, o racismo epistemológico, o epistemicídio, são instrumentos que não apenas definem quem pode produzir conhecimento, mas também determinam o que é reconhecido como conhecimento válido.

Partindo da realidade doméstica, a branquitude, que opera como uma norma estruturante social, política, econômica e acadêmica da sociedade brasileira, e a persistência de uma falsa universalidade da ciência moderna, são sustentadas “pelo epistemicídio recorrente de conhecimentos dos povos africanos e afrodiaspóricos” (Oliveira, 2019, p 392). Oliveira (2019) argumenta, dessa maneira, que a exclusão e o silenciamento epistêmicos é consequência de um processo histórico de racismo estrutural que marginaliza as epistemologias e experiências negras. Esse processo reforça e perpetua as desigualdades sustentadas pela ideia de raça no Brasil e, nos Estudos para a Paz, isso se expressa na marginalização das perspectivas que abordam o racismo como estrutura de violência e como um dos principais obstáculos à justiça racial e à construção de uma paz duradoura.

Nesse sentido, no campo acadêmico, o racismo epistêmico encontra também um grande espaço para a perpetuação dos instrumentos de dominação e hierarquia racial (Martins; Moita, 2018). Essa dominação, contudo, não se limita ao espaço acadêmico, mas, ao contrário, faz parte das estruturas sociais e institucionais que regem a sociedade e é justamente nessas interseccionalidades que as violências raciais se instalam na sociedade brasileira. O engajamento e a consolidação do campo no âmbito nacional é uma forma de desfazer essa realidade e abrir

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

possibilidades para reflexões e transformações estruturais que rompam com essas barreiras.

É a partir desse panorama que se entende a importância relevância da discussão de raça e racismo nos Estudos para a Paz tanto em nível internacional quanto doméstico. Ainda que numericamente minoritários, os trabalhos apresentados que abordam a questão racial no EBEP constituem, assim, importantes rupturas na formação epistêmica do campo. Além disso, são produções que desafiam o padrão estabelecido e partem de debates sobre a construção da paz baseadas na experiência histórica da população negra brasileira e na discussão de violências historicamente silenciadas pelo dito “mito da democracia racial”. Tais iniciativas expressam o que Santos (2010) denomina de "epistemologias do Sul", ou seja, produções que partem da resistência à opressão e que desafiam a monocultura do saber dominante e sustentam a construção de uma paz positiva a partir de lugares que sofrem, sistemicamente, com a desigualdade entre países, ou seja, partindo do Brasil como um país que possui um passado colonial que se expressa de forma significativa até os dias atuais. De maneira geral geral, entre os 15 trabalhos, 6 tinham como foco a discussão racial no ambito dos Estudos para a Paz; 1 abordava o movimento negro transnacional; 4 debatiam o tema a partir do Brasil; 3 tratavam de operações de paz; e 1 tinha como debate central as relações de poder racistas.

Com isso, entende-se um pouco como a discussão racial no âmbito dos Estudos para a Paz se dá na produção acadêmica brasileira e, assim, os debates que estão em destaque nessa discussão. Sendo assim, não considerar a centralidade do racismo estrutural nas análises sobre paz, leva à reprodução de uma concepção de paz que não reflete a realidade e naturaliza desigualdades históricas e violências estruturais. Para que os Estudos para a Paz cumpram seu propósito de transformar a realidade e romper com as violências estruturais, é necessário que sejam incorporados debates acerca da justiça racial como um fator fundamental e primordial de qualquer processo de construção da paz. Isso implica não apenas tematizar a raça, mas reconhecer os saberes racializados como legítimos e necessários na produção de soluções para conflitos e violências.

Diante do exposto e da constatação da sub-representação da temática racial nos trabalhos apresentados nos EBEPs, torna-se necessário entender o conteúdo desses estudos e quais discussões predominam nos debates sobre a paz. Assim, no

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

próximo tópico serão apresentadas as temáticas predominantes entre os trabalhos levantados.

3.1.2 DIVERSIDADE TEMÁTICA NOS ESTUDOS PARA A PAZ: UM OLHAR SOBRE AS DISCUSSÕES APRESENTADAS

A análise da diversidade temática dos trabalhos apresentados no EBEP permite compreender quais debates ocupam maior centralidade nos Estudos para a Paz no Brasil, revelando não apenas as tendências do campo, mas também as discussões marginalizadas. Grosfoguel (2016) argumenta que, embora os aportes teóricos devam fundamentar-se em experiências sócio-históricas concretas e particulares, nas universidades ocidentalizadas – que reproduzem conhecimentos produzidos no Ocidente – as teorias hegemônicas são frequentemente aplicadas de maneira inadequada em contextos e realidades geográficas muito distintas. Segundo o autor, são teorias sociais “baseadas nas experiências sócio-históricas de cinco países [que] constituem a base teórica das ciências humanas nas universidades ocidentais dos dias de hoje” (Grosfoguel, 2016, n.p.).

Gayatri Spivak (1990 apud Piscitelli; Beleli; Lopes, 2003) argumenta que a produção de conhecimento nos contextos pós-coloniais exige uma atitude crítica frente às teorias formuladas no Primeiro Mundo, defendendo que essas ferramentas devem ser utilizadas estrategicamente para questionar, confrontar e abrir espaço para a formulação de novos saberes a partir das realidades locais. Para a autora, é preciso enfrentar as tensões entre a dependência histórica desses modelos teóricos e a possibilidade de promover teorias situadas, problematizando inclusive o que se entende por “teoria nativa”, que não pode se constituir alheia aos processos históricos do colonialismo e da modernidade (Spivak, 1990 apud Piscitelli; Beleli; Lopes, 2003).

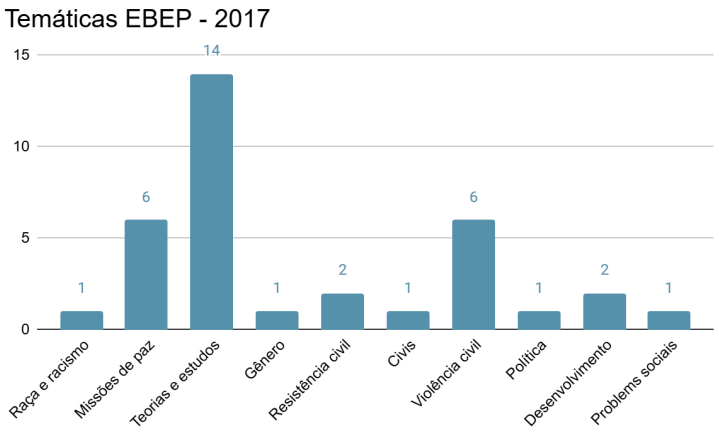
Nessa lógica, as instituições do Sul Global frequentemente refletem prioridades temáticas alinhadas às agendas do Norte, em vez de atender aos desafios e necessidades locais. Nos Estudos para a Paz, por sua vez, esse descompasso manifesta-se na predominância de determinadas abordagens em detrimento de temas estruturais, como desigualdade, racismo e violências sistêmicas, que acabam invisibilizados. Para isso, tanto na produção de conhecimento quanto na aplicação de teorias, entende-se que um primeiro passo

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

essencial seria a proposta de reforma epistemológica de Santos (2005), isto é, uma mudança que valoriza saberes locais e atenda às demandas sociais e históricas específicas do Sul.

Diante disso, entende-se que a produção de conhecimento no Brasil, que faz parte do Sul Global, está intimamente ligada às matrizes epistêmicas eurocêntricas (Quijano, 2005) e possui uma tendência pré-definida quanto aos temas, aos métodos e aos critérios de legitimidade na pesquisa sobre paz. Nessa conjuntura, isso contribui para a marginalização de debates que dialogam com as experiências concretas de violência, exclusão e resistência vividas por populações historicamente oprimidas no Brasil e na região latino-americana de maneira geral, tais como o racismo, o colonialismo e as desigualdades. Tal comportamento será analisado nos encontros levantados e o gráfico abaixo demonstra as temáticas discutidas no II EBEP, em 2017:

Gráfico 22: Temáticas (EBEP, 2017)



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

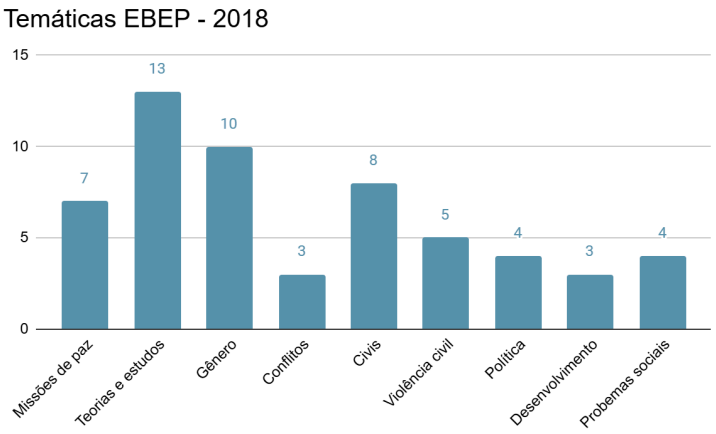
O Gráfico 22 evidencia tanto os principais focos de interesse dos pesquisadores quanto os limites enfrentados por determinados temas nos primórdios do encontro. Conforme demonstrado no gráfico a seguir, observa-se uma predominância de trabalhos voltados à discussão teórica e conceitual, com 40% das apresentações reunidas sob a categoria Teorias e Estudos. Em seguida, temas como Missões de paz e violência civil (17,14% dos trabalhos cada) e Resistência civil e Desenvolvimento (5,71% dos trabalhos cada) também foram discutidos, ainda que em menor escala. Por fim, raça e racismo, gênero, migrações, política e

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

problemas sociais contaram com um trabalho cada. Esses números revelam uma tendência de priorização de enfoques mais tradicionais e institucionais, enquanto debates interseccionais e estruturais, essenciais para se pensar a paz em contextos de desigualdade, mostraram-se marginais nesse primeiro momento. Tal cenário reforça a necessidade de um movimento epistemológico que amplie os horizontes do campo, incorporando de maneira mais eficaz perspectivas decoloniais.

Isso se mostrava ainda mais urgente no campo acadêmico brasileiro, que demonstrava, então, uma marginalidade da área de Estudos para a Paz, bem como uma “escassez de bibliografia produzida no Brasil dedicada às bases conceituais e questões metodológicas específicas dessa área de estudos” (Oliveira, 2017, p. 150). Assim, a organização desses encontros foi um passo significativo na consolidação desse campo no Brasil e após a análise da diversidade temática presente no EBEP de 2017, é possível observar como essas tendências se mantiveram, se ampliaram ou foram transformadas nos anos seguintes. O gráfico referente ao ano de 2018 permite aprofundar essa observação comparativa e verificar se houve continuidade na predominância de determinados temas ou se novas abordagens ganharam maior visibilidade.

Gráfico 23: Temáticas (EBEP, 2018)



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A análise dos dados do III EBEP (Gráfico 23), realizado em 2018, revela, em termos quantitativos, um aumento do número de trabalhos apresentados - 57 trabalhos em relação aos 35 do ano anterior - além da manutenção de algumas tendências. Apesar disso, evidencia-se algumas diversificações significativas nas

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

discussões apresentadas por meio dos paineis. Em comparação ao II EBEP, nota-se uma ampliação no número de trabalhos voltados às teorias e estudos sobre paz e conflito, que continuam ocupando o primeiro lugar em número de trabalhos, com 22,8% das apresentações. Essa predominância sugere uma ênfase no estabelecimento do campo no Brasil, o que é importante para uma área de estudos que está em um processo de consolidação.

Ademais, nesse encontro, o destaque conferido à discussão de gênero, que contou com 17,54% dos trabalhos, indica um avanço relevante em direção à incorporação de perspectivas críticas e interseccionais. Esse crescimento pode significar, no contexto, uma ampliação das lentes analíticas das academias nacionais no sentido da discussão das desigualdades e violências estruturais. Gonzalez (2020), que reivindica a inclusão de narrativas subalternizadas nos debates sobre paz e justiça e propõe a construção de um pensamento feminista afro-latino-americano como fruto da combinaçação do caráter multirracial e pluricultural das sociedades latino-americanas, aponta que a situação das mulheres americanas é resultado de processos históricos e contemporâneos de opressões interseccionais. Igualmente, o debate interseccional sobre raça e paz na produção brasileira mostra-se relevante devido à construção histórica do país, baseada em estruturas racistas e patriarcais (Silva, 2021).

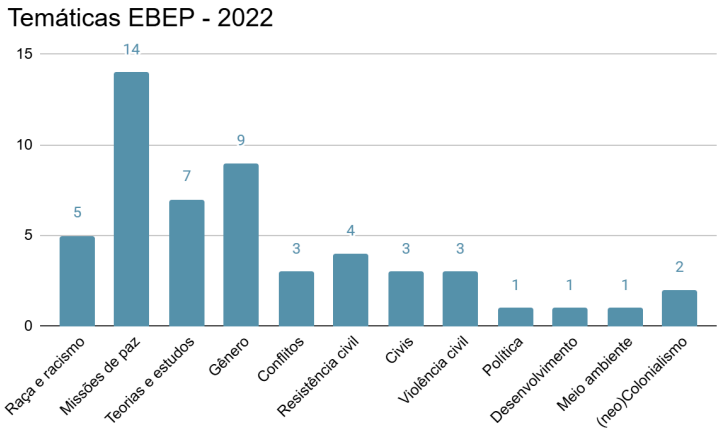
Além do mais, houve um aumento de debates sobre desenvolvimento, problemas sociais, migrações e violência civil, debates significativamente relevantes para a realidade brasileira/latino-americana. Por outro lado, temas mais tradicionais, como missões de paz e conflitos, também estiveram presentes, mas em proporção semelhante aos demais temas, o que demonstra uma significativa diversidade temática nos trabalhos apresentados durante o evento. A diversidade temática nos Estudos para a Paz é fundamental para que o campo permaneça sensível às múltiplas dimensões da violência e da construção da paz em diferentes contextos sociais. Como destaca Richmond (2020), a paz não deve ser pensada a partir de um único modelo normativo ou epistemológico, sendo necessário incorporar abordagens interdisciplinares e plurais que dialoguem com as especificidades históricas, culturais e políticas das regiões analisadas. Essa multiplicidade de temas contribui para um campo mais crítico, plural e conectado com os desafios contemporâneos. Embora essa ampliação e diversificação ainda não represente uma ruptura profunda com a

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

tradição dominante nos Estudos para a Paz, ela sinaliza uma abertura do campo para novas abordagens e para uma epistemologia mais plural.

Ainda em 2018, os membros organizadores do encontro decidiram que o evento seria realizado a cada 2 anos, portanto não houve EBEP em 2019. No entanto, em 2020 e 2021 o Brasil - e o mundo - enfrentavam a pandemia de COVID-19, o que levou à não realização do encontro também nesses anos. Assim sendo, o IV EBEP só foi realizado em 2022, e os dados dos trabalhos apresentados constam no gráfico a seguir:

Gráfico 24: Temáticas (EBEP, 2022)



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

No IV encontro (Gráfico 24), realizado em 2022, a comparação entre as distribuições temáticas com o III EBEP revela não apenas deslocamentos quantitativos, mas também mudanças de foco e a emergência de novas pautas no campo dos Estudos para a Paz no Brasil. Apesar da pequena diminuição do número de trabalhos (57 em 2018 e 53 em 2022), houve uma maior diversidade de debates, o que pode ser tão importante quanto a quantidade de trabalhos em si.

No III EBEP, o eixo Teorias e Estudos predominava, seguido por Gênero, Civis e Missões de paz, enquanto Conflitos aparecia de forma mais residual. Essa configuração indicava um esforço de fundamentação teórica e conceitual do campo, com incursões iniciais em perspectivas interseccionais como gênero, mas com pouca diversidade de temas práticos ou críticos.

Quatro anos depois, no IV EBEP (2022), observa-se uma reconfiguração: Missões de paz dispara para 26,41% dos trabalhos, ocupando o topo do ranking, ao

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

passo que; Teorias e estudos cai para 13,2% apresentações, sugerindo uma migração do interesse de construções conceituais para aspectos mais operacionais e institucionais da paz; Gênero mantém-se forte (16,98% trabalhos), o que demonstra a consolidação desse tema como categoria analítica na produção acadêmica nacional e em um diálogo com outras dimensões; “Civis” e “Conflitos” aparecem com frequência similar à dos outros anos.

Nesse contexto, o cenário político global estava marcado pela pandemia de COVID-19 (2020), pelo assassinato de George Floyd (2020), dois eventos que dominaram as mídias nacionais e internacionais e que podem, diretamenta ou indiretamente, ter marcado a discussão sobre paz. No período, as atenções estavam, então, voltadas para esses acontecimentos que marcaram o mundo em diferentes esferas e que geraram discussões relevantes para a construção da paz. A pandemia começou de fato no início de 2020 e levou à mudanças drásticas no Brasil e no mundo, além de ter evidenciado “as relações assimétricas de poder, o patriarcado, o machismo, o androcentrismo, o individualismo, o racismo, a exploração, a escravidão, a subjugação [...]” (Ulrich et al, 2020), ou seja, problemáticas sensíveis aos Estudos para a Paz e especialmente relevantes para o Brasil, que, como um país semiperiférico[3], é suscetível às desigualdades estruturais fomentadas pelo sistema econômico mundial. Essa é uma condição que ficou ainda mais evidente durante esse período de crise. Além do mais, essa é uma discussão significativamente relevante para a discussão de raça e racismo, uma vez que esse período evidenciou, entre outras questões estruturais, a divisão racial [contemporânea] do trabalho, uma sistemática imposta, de acordo com Quijano (2005), no período colonial e que operava da seguinte forma

> Na área hispânica, a Coroa de Castela logo decidiu pelo fim da escravidão dos índios, para impedir seu total extermínio. Assim, foram confinados na estrutura da servidão. Aos que viviam em suas comunidades, foi-lhes permitida a prática de sua antiga reciprocidade - isto é, o intercâmbio de força de trabalho e de trabalho sem mercado - como uma forma de reproduzir sua força de trabalho como servos. Em alguns casos, a nobreza indígena, uma reduzida minoria, foi eximida da servidão e recebeu um

[3] O conceito de semiperiferia é parte do fundamento da teoria do Sistema Mundial Moderno (SMM), segundo o qual os Estados estão divididos por relações hierárquicas baseadas na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). As divisões são: países centrais; países periféricos e países semiperiféricos, de modo que os países centrais produzem produtos com alto valor agregado e os periféricos produzem produtos com baixo valor agregado. O Brasil faz enquadra-se como um país semiperiférico por estar entre essas denominações, uma vez que possui economia forte e com traços desenvolvidos, mas ainda possui setores dependentes de produtos com baixo valor agregado (Sarfati, 2005, p. 140 - 142)

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

> tratamento especial, devido a seus papeis como intermediária com a raça dominante, e lhe foi também permitido participar de alguns dos ofícios nos quais eram empregados os espanhois que não pertenciam à nobreza. Por outro lado, os negros foram reduzidos à escravidão. Os espanhois e os portugueses, como raça dominante, podiam receber salários, ser comerciantes independentes, artesãos independentes ou agricultores independentes, em suma, produtores independentes de mercadorias. Não obstante, apenas os nobres podiam ocupar os médios e altos postos da administração colonial, civil ou militar (Quijano, 2005, p. 108).

Essa é uma estratificação que está presente na realidade brasileira e faz parte da formação social do Brasil, diretamente ligado ao modo de produção capitalista, tendo o racismo como elemento estruturante e atua como forma de dominação (Alves, 2022). No contexto pandêmico, essa discussão torna-se ainda mais significativa, devido à exposição das desigualdades na dinâmica das relações sociais, tanto as relações raciais, como as de classe e de gênero (Faustino; Gonçalves, 2020). É interessante notar, contudo, que não há trabalhos apresentados no IV EBEP sobre esse tema.

No mesmo ano, em 25 de maio de 2020, o norte-americano George Floyd foi morto por um policial branco nos Estados Unidos. Essa morte deu início a uma série de protestos sob a bandeira do movimento Black Lives Matter (BLM)[4] - fundado em 2013 para combater justamente a injustiça racial e a violência policial nos Estados Unidos - que se espalharam por diversos países (Barrie, 2020). Em 2022, no âmbito da realização do IV EBEP, houve um aumento no número de trabalhos que traziam a discussão de raça e racismo - 9,43% dos trabalhos - e, apesar não não haver trabalhos nesse encontro que girem especialmente em torno dessa questão, pode ser um motivo para esse fato, visto que foi um acontecimento que causou um impacto grande internacionalmente (Silva; Bonfim, 2021) e que fortaleceu a luta antirracista e levou à mudanças institucionais e estruturais significativas (Andrade, 2022).

De maneira geral, o panorama das temáticas do IV EBEP indica três tendências centrais: 1) o protagonismo de “Missões de paz” reflete um movimento em direção à análise de operações concretas, talvez em resposta às missões recentes da ONU, principais missões analisadas, e ao debate sobre eficácia e legitimação institucional; 2) discussões como Raça e racismo e (Neo) colonialismo sinaliza uma ampliação da agenda crítica e uma abertura significativa para temas antirracistas e decoloniais, que estavam ausentes nos encontros anteriores (exceto

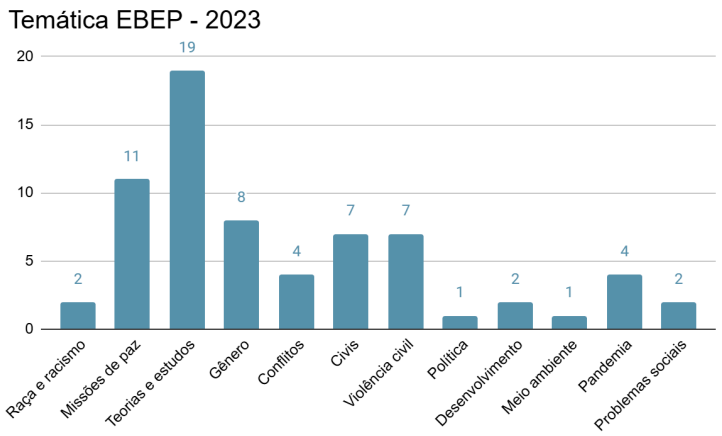
[4] “Vidas Negras Importam”

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

pelo ano de 2017, que contou com um trabalho sobre raça e racismo); 3) a presença de discussões de Gênero, Resistência civil, Violência civil, desenvolvimento e meio ambiente demonstram a manutenção de abordagens que combinam análise de vulnerabilidades sociais com críticas às formas estatais e não-estatais de violência, ou seja, uma discussão no âmbito da ampliação da noção de paz, muito importante para a consolidação do campo no Brasil.

Em síntese, o EBEP de 2022 mostra um campo em processo de redefinição: embora o embasamento conceitual tenha perdido espaço relativo, houve uma diversificação temática que inclui pautas centrais para a realidade brasileira e latino-americana, especialmente no âmbito das desigualdades raciais, decoloniais e ambientais. Essa evolução aponta para um diálogo cada vez mais intenso entre as demandas práticas da paz e movimentos sociais, ampliando o escopo dos Estudos para a Paz além dos paradigmas tradicionais de mediação e segurança. Para a próxima análise, serão apresentadas as temáticas levantadas no ano de 2023.

Gráfico 25: Temáticas (EBEP, 2023)



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Diante do gráfico 25, o V EBEP apresentou um aumento quantitativo dos trabalhos apresentados em paineis (foram 68 trabalhos). Embora “missões de paz” continue entre os temas mais frequentes, o número de trabalhos cai percentualmente, representando 16,17% dos trabalhos, enquanto Teorias e Estudos dispara para 27,94%. Isso indica, em 2023, um renovado esforço de reflexão conceitual sobre o campo, possivelmente impulsionado pelas lições trazidas pela pandemia e pelo debate sobre o papel da teoria na legitimidade das práticas de paz.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Os debates que envolvem a migração, crianças, juventude e a violência civil passam a ocupar 20,58% das apresentações, enquanto discussões de gênero aparecem em 11,76% dos trabalhos e missões de paz em 16,17%. Levando em consideração o panorama geral das discussões, percebe-se um deslocamento analítico no sentido de se buscar entender como se dão as experiências de insegurança cotidiana e as dinâmicas de violência doméstica, em sintonia com as preocupações em discutir a violência urbana e a crise humanitária em diversas regiões do Brasil.

Por outro lado, surge um novo debate: a pandemia de COVID-19. Como apresentado anteriormente, esse tema não surgiu entre os trabalhos do IV EBEP, enquanto no V EBEP foi discutido em 5,88% dos trabalhos. Esse fato reflete a urgência de incorporar os efeitos da COVID-19 e seus impactos sobre a paz, os conflitos e, especialmente, sobre as desigualdades. Isso representa uma nova diversificação do escopo temático, aproximando os Estudos para a Paz de debates interdisciplinares sobre saúde pública, desigualdades e governança de crises, além de ser reflexo de uma problemática contemporânea e que impactou significativamente a realidade local e regional. Nesse sentido, é importante manter estável a discussão sobre as desigualdades estruturais e buscar entender o impacto dessas crises nessas dinâmicas como um todo, sejam as dinâmicas raciais, de gênero, de classe, entre outras, a fim de compreender como essas estruturas pré-existentes são afetadas por isso e buscar, assim, transformar a realidade social.

Entretanto, o debate sobre Raça e Racismo (2.94%) mostrou-se instável em relação aos anos anteriores e houve uma diminuição quantitativa e percentual, o que demonstra que ainda é um tema instável e marginalizado tanto no campo dos Estudos para a Paz quanto no EBEP, sinalizando a necessidade de esforços contínuos para consolidar sua presença e aprofundar as investigações epistêmicas e políticas sobre essa temática. Igualmente, temas como Política, desenvolvimento e meio ambiente mantêm-se fracos, sugerindo que, apesar de estarem presentes, continuam marginalizados no EBEP, mesmo diante de agendas globais urgentes, como a crise climática.

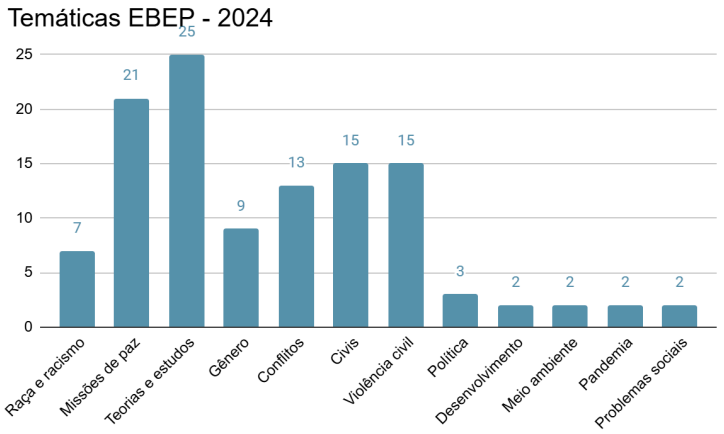
Em suma, o V EBEP demonstra um campo dividido entre a retomada de fundamentos teóricos e a emergência de estudos sobre a violência cotidiana e a pandemia, ao mesmo tempo em que demonstra uma preocupante instabilidade e diminuição das temáticas raciais e decoloniais. Esse quadro aponta para a

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

necessidade de esforços para equilibrar múltiplas agendas, especialmente no sentido de evitar que a consolidação teórica e o foco em crises imediatas silenciem, novamente, as vozes e epistemologias que questionam as hierarquias raciais no estudo da paz.

A seguir, o Gráfico 26 demonstra as temáticas que fizeram parte das discussões apresentadas no VI EBEP, realizado em 2024.

Gráfico 26: Temáticas (EBEP, 2024)



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A visualização dos dados do VI EBEP mostra que, dos 116 trabalhos, a temática que teve uma predominância absoluta foi a de Teorias e Estudos (21,55%), seguido pela discussão sobre as operações de paz (18,1%), indicando uma preponderância desse aprofundamento conceitual e da análise de operações práticas. Tal interpretação demonstra uma tendência ligada diretamente à concepção dominante de paz, isto é, a concepção do conceito de paz levado em consideração no contexto da Guerra Fria e que determinava que o estado de paz era sinônimo de ausência de conflitos diretos entre Estados (Kemer; Pereira; Blanco, 2016). Isso revela que a "versão ou agenda dominante para a paz na teoria e na prática das RI" reflete "as limitações intelectuais da ortodoxia da disciplina, sua cultura, ontologia e métodos" (Richmond, 2020, p. 21). E é daí que parte a importância de uma teoria de paz mais diversa, que abranja esses debates e teorias marginais das Relações Internacionais e dos Estudos para a Paz.

Por sua vez, a discussão sobre raça e racismo representou 6 % dos trabalhos apresentados nos paineis do VI EBEP, indicando um avanço em relação a algumas

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

edições anteriores. Contudo, esse percentual também expõe a instabilidade do tema ao longo dos encontros: embora tenha sido tratado em quatro das cinco edições analisadas, sua presença variou amplamente, chegando a níveis muito baixos em 2017 e 2023, com apenas um e dois trabalhos, respectivamente. Essa oscilação na presença de trabalhos sobre raça e racismo evidencia um silenciamento epistemológico (Mignolo, 2003) que atravessa o campo dos Estudos para a Paz não apenas no campo acadêmico internacional, como visto no capítulo anterior, mas igualmente no Brasil, revelando tanto a falta de prioridade temática dessa agenda, quanto a reprodução de hierarquias de conhecimento que silenciam discussões marginais. Silva (2021, p. 48) aponta que, nas Relações Internacionais, esse silenciamento em torno da questão racial no Brasil é “ensurdecedor”, propaga uma ilusória noção de igualdade e conserva as relações de poder.

Embora o debate tenha alcançado 6% das apresetações no VI EBEP, seu caráter instável ao longo dos anos denuncia a dificuldade de sustentar uma agenda antirracista de forma constante e institucionalizada. Esse padrão inconsistente corrobora a tese de que a consolidação de um campo mais plural depende não só do interesse de pesquisadores, mas de mudanças estruturais no campo acadêmico de uma maneira geral e nas instâncias de organização, seleção e difusão do conhecimento, assim, é possível combater a “injustiça cognitiva global” (Santos, 2010, p. 20 e 29) e o apagamento de temáticas centrais para a justiça social e a paz.

Nesse contexto, Boaventura de Sousa Santos (2010) expõe que

> A injustiça social global está, portanto, intimamente ligada à injustiça cognitiva global. A batalha pela justiça social global deve, portanto, ser também uma batalha pela justiça cognitiva global. Para ter sucesso, essa batalha requer um novo tipo de pensamento, o pensamento pós-abissal (Santos, 2010, p 20).

Ademais, houve um movimento na direção das leituras ligadas à segurança interna e à proteção de populações vulneráveis, alinhando-se às tendências observadas em 2022 e 2023, mas em percentuais mais elevados e, portanto, com uma presença mais forte. Quanto às novas temáticas emergentes, política (2,58%), desenvolvimento (1,72%), meio ambiente (1,72%), pandemia (1,72%) e problemas sociais (1,72%) continuam com representação ínfima, refletindo uma lenta incorporação de agendas globais e de bem-estar social na produção acadêmica.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Compare-se com 2022 e 2023, quando essas categorias também apareceram de forma esparsa ou ausente, o que reforça o caráter episódico de sua inclusão.

Em síntese, o VI EBEP confirma o predomínio dos temas tipicamente “clássicos” dos Estudos para a Paz — teoria e missões — ao mesmo tempo em que consolida o espaço para estudos sobre violência urbana e segurança pública. As pautas críticas estruturais, como raça, colonialidade e questões ambientais, embora registradas em 2024 com maior frequência do que em anos anteriores, ainda permanecem em posição periférica. Esse quadro aponta a persistente tensão entre a consolidação conceitual-operacional do campo e a urgência de integrar, de forma mais estável, agendas de justiça racial, decolonial e socioambiental na construção de uma epistemologia da paz verdadeiramente plural.

3.1.3 A QUEM INTERESSA OS ESTUDOS PARA A PAZ NO BRASIL?

Ao longo dessas cinco edições do EBEP, a discussão de gênero se fez presente em 11,17% do total de trabalhos, uma presença marcante considerando a quantidade de temas abordados. Nas RI, esse debate pode ter demorado a surgir, mas, assim como a questão racial, é um dos fundamentos da disciplina e da conformação da ordem política, econômica, social e cultural tanto no âmbito internacional como doméstico. Silva (2023, p. 30) aponta que “raça e gênero são categorias que co-constituem a modernidade", além do mais

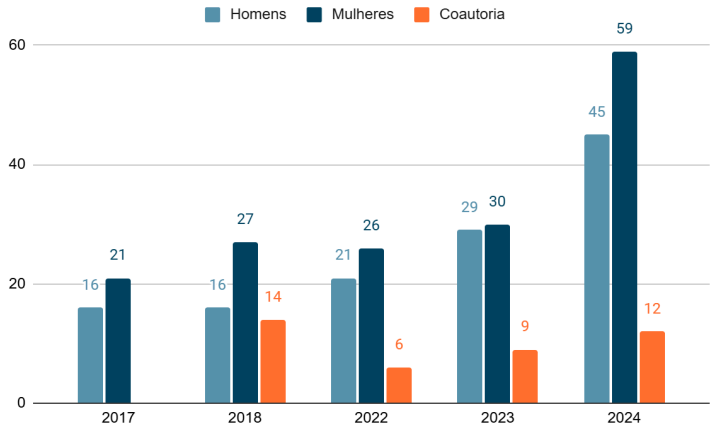
> A racionalidade dominante no campo [das RI] produz narrativas que performam subjetividades e posicionalidades hierarquicamente classificadas no sistema internacional. Isso oculta o fato de que o poder do Ocidente é marcado pela articulação sobreposta de raça, classe, sexualidade e gênero, entre outros marcadores (Silva, 2023, p. 38, tradução minha).

Diante do fato de que “o racismo e o sexismo fazem parte da genealogia das RI” (Silva, 2021, p. 50), que as universidades ocidentalizadas foram construídas sobre estruturas de conhecimento que articulam o racismo e o sexismo em nível epistêmico, moldando o que é considerado válido como saber e que o conhecimento produzido por mulheres é frequentemente tido como inferior, não fazendo parte das principais referências do pensamento (Grosfoguel, 2016), compreende-se a necessidade de se entender como a produção acadêmica nacional sobre paz se comporta.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

A análise da distribuição de autorias por gênero constitui um passo fundamental para compreender quem produz conhecimento no campo dos estudos sobre paz, conflitos e segurança. Tal análise foi organizada através dos nomes das autoras e dos autores e da classificação entre trabalhos apresentados exclusivamente por homens, trabalhos apresentados exclusivamente por mulheres e trabalhos que possuem produção de homens e mulheres juntos. Esses números estão apresentados no Gráfico abaixo:

Gráfico 27: Distribuição de Autorias por Gênero (EBEP)



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O Gráfico 27 demonstra, assim, uma participação expressiva e majoritária de mulheres na produção acadêmica apresentada nesses encontros. Em vista disso, em 2017, por exemplo, o número de autoras (56,75%) já superava o de autores (43,25%), tendência que se manteve ou se intensificou nos anos seguintes. Em 2024, o número de mulheres (50,86%) superou significativamente o de homens (49,14%), indicando uma crescente presença feminina nos debates e pesquisas da área. Esse panorama contrasta com outras esferas da produção acadêmica, marcadas historicamente pela sub-representação de mulheres, sobretudo em espaços de poder e decisão científica. A expressiva presença de autoras nos EBEP pode ser interpretada como um indicativo da abertura dos Estudos para a Paz no Brasil a perspectivas mais diversas, particularmente às contribuições das mulheres — muitas das quais se articulam com epistemologias feministas e com uma crítica à masculinização dos saberes e das práticas de paz.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Diante desse cenário, destaca-se a importância de políticas institucionais e práticas editoriais que avancem para além da equidade numérica, promovendo a visibilidade de epistemologias femininas e afro-latino-americanas, cujas vozes ainda são frequentemente marginalizadas mesmo em espaços que se pretendem emancipatórios. Essa é uma condição necessária para que os Estudos para a Paz no Brasil não apenas incluam mulheres, mas possam também ser pensados a partir dessas perspectivas.

Em contrapartida, além de apontar disparidades numéricas, a distribuição de autorias por gênero também serve como indicador de diversidade no processo de construção do conhecimento. Além disso, partindo de uma perspectiva latino-americana, ressalta-se que “a situação das mulheres amefricanas resulta de processos históricos e contemporâneos de opressões interseccionais” (Rios; Lima, 2020), de modo que se torna inevitável tratar de interseccionalidade, considerando como gênero e raça são camadas sociais que moldam trajetórias acadêmicas e impactam tanto o acesso ao conhecimento quanto o reconhecimento de pesquisadoras sub-representadas.

O conceito de interseccionalidade foi cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw e “pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea” (Kyrillos, 2020). Esse conceito visa dar destaque à ligação estrutural entre raça, gênero e classe, operando como uma ferramenta analítica que busca compreender como diferentes formas de opressão — como racismo, sexismo, capacitismo, classismo — se entrelaçam e se reforçam mutuamente (Akotirene, 2019). Nesse sentido, Akotirene (2019) aponta que esses três conceitos devem ser analisados através da lente da interseccionalidade, ao mesmo tempo em que Grosfoguel (2016) afirma que genocídios físicos e culturais (epistemicídio) são mecanismos modernos indissociáveis. Dessa forma, a análise da distribuição de autorias por gênero no EBEP não pode ser descolada de uma leitura interseccional que reconheça as desigualdades estruturais que atravessam os espaços acadêmicos. Ainda que a presença de mulheres nas autorias sinalize certo avanço em termos quantitativos, é fundamental pensar essa análise sob a lente da interseccionalidade, pois a possível ausência ou sub-representação de mulheres negras e indígenas[5], por exemplo,

[5] Não foi possível levantar esse tipo de informação, pois os dados foram obtidos através dos nomes das autoras e dos autores

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

revela que não se trata apenas de desigualdade de gênero em termos gerais, mas da persistência de um padrão de invisibilização que opera na convergência entre gênero e raça.

A interseccionalidade, então, é uma ferramenta teórica que permite adensar leituras mais superficiais sobre diversidade nos espaços acadêmicos, isto é, através de leituras que levem em consideração as diversas camadas estruturais que formam a identidade moderna, uma vez que oferece uma lente para entender a articulação entre os diferentes marcadores sociais, pois eles se combinam e se sobrepõem nas experiências vividas por determinados grupos sociais (Akotirene, 2019). Essa rearticulação constante permite a formação de uma identidade política situada, que busca a mobilização coletiva contra as estruturas de dominação herdadas da colonialidade (Reis, 2020). Trata-se de uma forma de resistência à matriz de opressão que ainda organiza o mundo contemporâneo e a sociedade brasileira e que se sustenta nas estruturas interligadas do racismo e das opressões de gênero.

No contexto do EBEP, essa perspectiva permite ir além do simples levantamento quantitativo de autoras e autores, mas leva a questionar quem são as mulheres que compõem a maioria nos estudos de paz e quais identidades interseccionais estão tendo visibilidade. Dessa maneira, a falta de uma leitura interseccional e decolonial pode aprofundar as desigualdades e reforçar uma ideia limitada e superficial de diversidade nos espaços acadêmicos.

Com isso, o panorama das autorias por gênero no EBEP precisa ser lido não apenas em termos numéricos, mas como expressão de dinâmicas mais amplas de poder que estruturam o campo dos Estudos para a Paz no Brasil. O desafio, nesse sentido, é construir espaços que não apenas permitam maior participação de mulheres, mas que se abram à pluralidade de experiências, especialmente daquelas que historicamente foram silenciadas. Para mais, é essencial repensar como se dá a legitimação do saber e os próprios fundamentos do campo, a partir de uma crítica interseccional e decolonial, buscando também, partindo dessa lente analítica, compreender como se comportam as origens geográficas dos trabalhos, visto que é uma forma de problematizar a possível concentração da produção de conhecimento no âmbito nacional. Assim, a próxima subseção terá como objetivo central apresentar as regiões de origem dos trabalhos apresentados ao longo dos encontros.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

3.1.4 REGIÕES DE ORIGEM DOS TRABALHOS: ABRANGÊNCIA TERRITORIAL E INTERCÂMBIOS INTERNACIONAIS

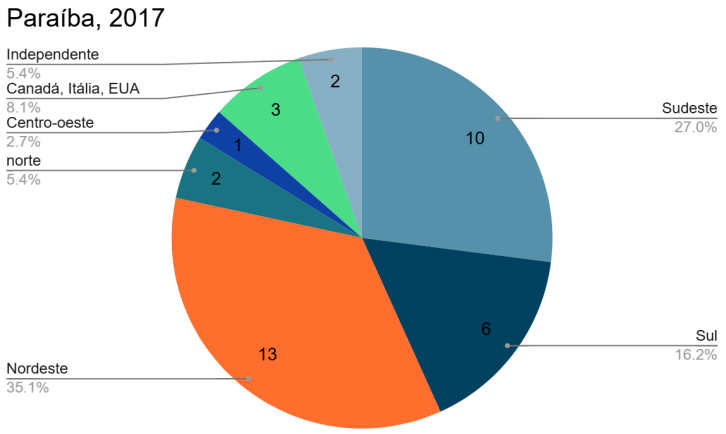
Finalmente, a última variável observada possui relação com a origem dos trabalhos apresentados ao longo dos encontros. A análise das regiões de origem das pesquisas apresentadas nos EBEPs possibilita compreender como a produção acadêmica sobre paz se distribui territorialmente no Brasil, além de revelar a existência de vínculos e diálogos com pesquisadores de outros países. Ao identificar as regiões brasileiras mais presentes nos eventos, é possível perceber dinâmicas de concentração e dispersão do conhecimento, bem como os espaços institucionais onde os Estudos para a Paz têm ganhado maior visibilidade e enraizamento.

No contexto nacional, essa análise é fundamental para refletir sobre as assimetrias históricas no acesso à produção e à difusão científica entre as diferentes regiões do país. Além disso, a presença ou ausência de determinados estados e regiões nos EBEP pode indicar tanto o grau de institucionalização do campo em certas universidades quanto os desafios enfrentados por pesquisadoras e pesquisadores para participarem de espaços acadêmicos. Assim, mapear a distribuição territorial dos trabalhos permite entender a abrangência e o alcance do campo e avançar na formulação de estratégias para sua descentralização e democratização.

Sendo assim, esses dados foram compilados através de gráficos que estão divididos entre as cinco regiões do Brasil (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), independentes (quando há algum autor ou autora sem filiação institucional) e de acordo com os devidos países quando não são de instituições brasileiras. A partir disso, o gráfico abaixo apresenta a distribuição geográfica dos trabalhos apresentados no II EBEP:

Gráfico 28: Gráfico de origem dos trabalhos - EBEP/2017

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Os dados do II EBEP (Gráfico 28) evidenciam um campo de Estudos para a Paz marcado por acentuadas desigualdades regionais no âmbito nacional. Observa-se que a região Nordeste concentrou o maior número de submissões, contando com 13 pesquisas apresentadas. Contudo, o fato de o encontro ter sido sediado na UFPB, na Paraíba, possivelmente influenciou o elevado contingente de trabalhos oriundos de instituições nordestinas, um aspecto que será observado também nas análises subsequentes. Em seguida, as universidades do sudeste, majoritariamente de São Paulo e do Rio de Janeiro, contaram com 10 trabalhos apresentados, seguido pelo Sul, com 6 trabalhos, Norte com 2 e o Centro-Oeste com 1.

Paulo Freire (1987) argumenta que os processos educacionais reproduzem relações de poder e exclusão, e, nesse sentido, a concentração de trabalhos no Nordeste e no Sudeste pode sinalizar, paradoxalmente, que estados menos favorecidos economicamente (como alguns do Nordeste) mobilizam dissertações e projetos e estão amplamente engajados com os objetivos que o campo possui. Questiona-se, contudo, se esses números representam efetivamente o fortalecimento do campo acadêmico nordestino ou apenas algumas universidades situadas nas capitais, visto que as desigualdades regionais no Brasil também “são reproduzidas no interior de cada unidade federativa, com a capital de cada estado apresentando indicadores socioeconômicos muito acima da média” em relação à região periférica (Pochmann; Silva, 2020, n.p.).

Por outro lado, a quase ausência de trabalhos do Norte e Centro-Oeste expõe o apagamento de perspectivas que poderiam trazer debates sobre conflitos

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

socioambientais na Amazônia, direitos indígenas e disputas territoriais, temas centrais para os Estudos para a Paz. Boaventura de Sousa Santos (2014) alerta para a necessidade de promover uma integração entre diferentes tipos de saberes e incorporar conhecimentos que partam e sejam teorizados pensando nas realidades múltiplas do Sul Global e que rompam, dessa forma, com o pensamento único e hegemônico do Norte. Em vista disso, e considerando as dimensões continentais do Brasil e suas diferenças regionais histórico-culturais, é igualmente fundamental buscar promover teorias e estudos que considerem a realidade de cada região, com pesquisas produzidas a partir desses lugares. Sem a participação ativa de pesquisadores e pesquisadoras dessas áreas, o campo permanece empobrecido em termos de conteúdos e metodologias que dialoguem com realidades locais.

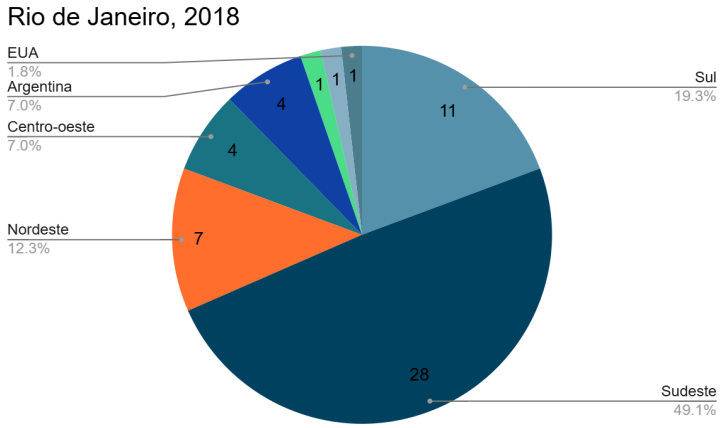
Para mais, observou-se também três pesquisas internacionais – do Canadá, da Itália e dos Estados Unidos. Isso representa o princípio de um diálogo entre o os estudos da paz no Brasil e os da comunidade internacional, um passo importante para promover essas trocas de saberes e, assim, consolidar a área no campo doméstico, ainda que não fossem de instituições latino-americanas, o que poderia corroborar com a discussão de paz num contexto histórico/político/cultural mais próximos entre si. Além disso, houve dois trabalhos sem filiação e, embora não seja possível saber por certo, demonstra uma relevante troca com a comunidade externa. Nessa conjuntura, vale salientar também a presença de um trabalho entre as instituições do nordeste, que está filiado à uma escola municipal de João Pessoa, capital da Paraíba. Nesse contexto, tanto o diálogo com a comunidade internacional quanto com pesquisadores externos às instituições acadêmicas representa uma significativa inclinação na direção da promoção de uma ecologia de saberes defendida por Boaventura de Sousa Santos, uma vez que possibilita um diálogo mais aberto e a troca de conhecimentos produzidos em diferentes contextos.

Em síntese, mapear a origem regional dos trabalhos não é apenas quantificar participantes, mas evidenciar tensões sobre quem tem voz e quais epistemologias são privilegiadas. A ampliação de pesquisas que originam do Norte e do Centro-Oeste, linhas de apoio a pesquisas de campo em contextos periféricos e parcerias acadêmicas internacionais mais robustas são estratégias necessárias para democratizar o diálogo e os Estudos para a Paz.

O gráfico abaixo demonstra a distribuição geográfica dos trabalhos apresentados no III EBEP:

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Gráfico 29: Gráfico de origem dos trabalhos - EBEP/2018



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Os dados do III EBEP (Gráfico 29) revelam um deslocamento expressivo na distribuição regional dos trabalhos em comparação à edição anterior. O Sudeste domina amplamente a produção submetida ao evento (28 trabalhos), seguido pelo Sul (11), enquanto o Nordeste, que havia liderado em 2017, aparece com apenas 7 trabalhos. O Centro-Oeste mantém uma presença modesta (4), e o Norte sequer possui submissões. Soma-se a isso a participação internacional com um percentual de 12,28% das apresentações de 2018, sendo elas da Argentina (4 trabalhos), do Canadá e dos Estados Unidos (1 trabalho cada), além de um trabalho sem filiação institucional.

A expressiva concentração de trabalhos oriundos da região Sudeste no III EBEP pode ser parcialmente explicada pelo fato de o evento ter sido sediado nessa mesma região, onde também se localizam alguns dos principais centros urbanos e acadêmicos – como USP, UFRJ, UFMG – do país. Com universidades tradicionalmente consolidadas, essa centralidade facilita o acesso logístico e financeiro ao evento, o que tende a favorecer a submissão de trabalhos por parte de pesquisadores e pesquisadoras locais e pode ser uma das justificativas para a baixa adesão de trabalhos do Norte, por exemplo. Assim, a realização do EBEP nessa região acaba por reforçar, ainda que involuntariamente, as desigualdades estruturais no campo acadêmico nacional, uma vez que regiões periféricas enfrentam maiores obstáculos para garantir sua presença e visibilidade nesses espaços. No caso dos Estudos para a Paz, isso reforça uma hegemonia discursiva que tende a partir de

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

experiências e paradigmas próprios de regiões mais institucionalizadas, invisibilizando algumas realidades periféricas.

Esse panorama corrobora com a ideia de que a expressiva queda da participação de pesquisadores e pesquisadoras do Nordeste pode estar associada à mudança da localização do evento. Realizado em 2018 fora dessa região, o III EBEP não mobilizou a mesma quantidade de pesquisadores e pesquisadoras nordestinos, o que evidencia como a presença regional pode depender fortemente da logística e das condições de deslocamento. Tal problemática é relevante para se pensar o EBEP como um espaço que não só deve deve como tem possibilidade de se consolidar nacionalmente, e não apenas regionalmente concentrado.

A ausência de trabalhos do Norte e a baixa representatividade do Centro-Oeste demonstram um apagamento epistemológico de regiões onde os conflitos ambientais, agrários, étnicos e de segurança humana são particularmente intensos. Tais regiões oferecem contextos relevantes para análises nos Estudos para a Paz, mas permanecem à margem dessa discussão. A partir da perspectiva de Walsh (2019), a análise da origem regional dos trabalhos apresentados no EBEP revela dimensões importantes da geopolítica do conhecimento que atravessam o campo dos Estudos para a Paz no Brasil. Como argumenta a autora, a interculturalidade epistêmica, concebida desde os movimentos indígenas andinos, propõe não apenas o reconhecimento da diversidade, mas uma transformação radical das estruturas de produção do saber, partindo da diferença colonial e das experiências históricas de dominação.

Entretanto, o panorama observado no III EBEP indica uma concentração de produções oriundas do Sudeste e, em menor percentual, do Sul e uma escassa presença de trabalhos vinculados a ou instituições localizadas nas regiões Norte e Centro-Oeste, e até mesmo no Nordeste nesta edição, regiões onde há uma concentração expressiva de territórios indígenas e comunidades negras. Essa distribuição revela uma assimetria que reproduz, em certa medida, a colonialidade do poder e do saber. Logo, a ausência de produções que partam de epistemologias negras ou indígenas limita o potencial transformador dos Estudos para a Paz, especialmente no âmbito da discussão racial.

Já a presença de trabalhos da Argentina, aponta para uma troca tanto entre países latino-americanos quanto entre países do Sul. Isso é importante, pois

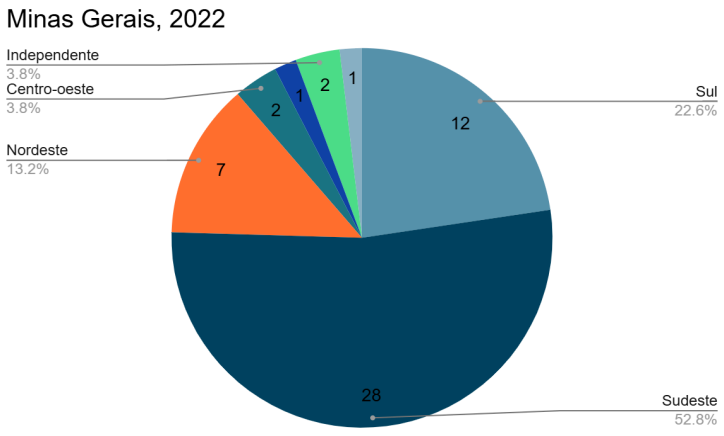
Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

> Então, sob a ótica do poder econômico, a construção de espaços comuns de conhecimento no contexto sul-sul não se caracteriza apenas pela perspectiva idealista de ações de solidariedade, mas pela necessária constituição de redes de cooperação acadêmica internacional, articulada com a participação de nações decorrentes de contextos históricos que possuem características similares. Tal perspectiva, poderá contribuir com a aproximação das nações e na definição de estratégias para (re)construir e difundir o conhecimento e a Educação Básica e Superior, tendo em vista o desenvolvimento cultural, científico, tecnológico, social e econômico. A coparticipação solidária de produção do conhecimento, entre instituições nacionais, regionais e internacionais, pode se constituir um dos caminhos para conduzir as nações do sul global a repensarem sua posição no contexto mundial e, sobremaneira, passarem a priorizar seu afastamento dos processos de colonização e colonialidade fortemente impregnados em seu cotidiano (Corte, Morosini e Felicetti, 2022, n.p.).

Essa aproximação pode favorecer a circulação de saberes decoloniais, tal como propõe Quijano (2005), ampliando o horizonte epistemológico do campo e questionando as fronteiras nacionais como únicas determinantes do saber. Um movimento relevante considerando as desigualdades que os Estudos para a Paz pretendem superar.

No encontro seguinte, isso continuou a ser observado, o gráfico a seguir trata, então, dos trabalhos apresentados no IV EBEP:

Gráfico 30: Gráfico de origem dos trabalhos - EBEP/2022



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A configuração observada em 2018 mantém-se em 2022 (Gráfico 30), com o predomínio de trabalhos oriundos do Sudeste (28), seguido por trabalhos do Sul (12), do Nordeste (7) e do Centro-Oeste (2). Nesse evento, novamente se evidencia a ausência de submissões de pesquisas oriundas do Norte, inexistente entre os dados, o que aponta para uma lacuna persistente de perspectivas que partem dessa

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

região. A participação internacional, por sua vez, aparece com a Alemanha (1 trabalho) e com Portugal (1 trabalho). Essa concentração no Sul e, principalmente, no Sudeste reflete padrões estruturais de centralização acadêmica que favorece universidades dessas duas regiões, reproduzindo hierarquias que marginalizam instituições de regiões menos favorecidas. Isso pode ser compreendido a partir da noção de campo científico de Bourdieu (1976), segundo a qual o campo acadêmico funciona como um espaço de disputa de poder simbólico, no qual as instituições dos grandes centros consolidam sua autoridade e fazem convergir para si as principais oportunidades de visibilidade.

Bourdieu argumenta que o valor das produções científicas está ligado não apenas ao conteúdo dos trabalhos, mas também à posição ocupada por seus autores nas hierarquias estabelecidas. Universidades centrais, como as do Sudeste, funcionam como instâncias de consagração, capazes de legitimar determinados temas e abordagens, enquanto outras instituições permanecem à margem. Num panorama geral, isso é resultado

> [dos] esforços do governo federal direcionados à integração regional e ao modelo de substituição de importação favoreceram a região que já liderava a produção industrial nacional [o Sudeste]. Os investimentos públicos federais na indústria de base, bem como aqueles em instituições de ensino/pesquisa, ao lado da modernização da infraestrutura logística, no Sudeste, conferiram a essa região larga vantagem competitiva em relação às demais, pavimentando o caminho para o estágio seguinte do processo de industrialização, com o aprofundamento das desigualdades regionais (Pochmann; Silva, 2020, n.p.).

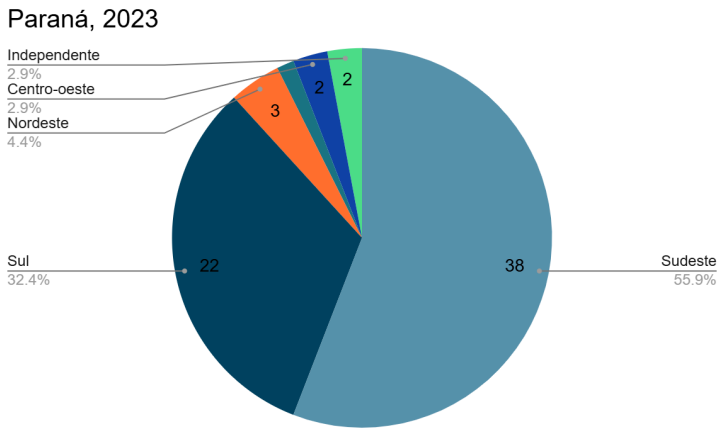
Assim, a concentração geográfica dos trabalhos apresentados nos eventos é um reflexo de desigualdades estruturais externas, além de uma expressão da lógica interna do campo científico, um fato observado tanto no campo acadêmico internacional quanto no doméstico. Nesse sentido, os dados do IV EBEP demonstram como a geopolítica do conhecimento também opera internamente na definição das vozes que têm lugar nos debates sobre paz no Brasil. Além do mais, a ausência de trabalhos oriundo da região Norte reforça uma orientação epistemológica que silencia debates cruciais, por exemplo, sobre conflitos socioambientais na Amazônia e comunidades indígenas. Nesse contexto, destaca-se a urgência da inclusão de vozes marginalizadas em análises de paz que considerem justiça ambiental e direitos dos povos originários, uma temática que também é pouco discutida na produção acadêmica da ISA.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Por outro lado, a presença de trabalhos de instituições internacionais, ainda que modesta, indica potencial para expandir a troca Sul-Norte através de um diálogo mais equilibrado, embora, idealmente, deva-se fomentar conexões com universidades de outros países do Sul Global. Isso porque, segundo Corte, Morosini e Felicetti (2022), o colonialismo e a colonialidade do poder “perpetuaram e perpetuam distanciamento intelectual e muitas desigualdades entre os povos do sul global e os do poder hegemônico”, de modo que a cooperação sul-sul, inclusive no âmbito acadêmico, é um mecanismo empregado na busca por superar essas assimetrias.

Concluída a análise do IV EBEP, a quinta edição do evento, realizada em 2023, reafirma a tendência de concentração geográfica observada até então, como pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 31: Gráfico de origem dos trabalhos - EBEP/2023



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O V EBEP foi realizado na Unila, em Foz do Iguaçu/PR, sendo o segundo encontro realizado fora da região Sudeste e, com base nos dados desse evento (Gráfico 31), realizado em 2023, observa-se uma persistente desigualdade na distribuição regional dos trabalhos apresentados. O Sudeste contou com 38 trabalhos, o que representou cerca de 55% das pesquisas apresentadas, seguido do Sul com 22 trabalhos representando mais de 30% das produções. Enquanto mais de 80% dos trabalhos eram oriundos das regiões Sul e Sudeste, as demais regiões apresentaram uma participação significativamente reduzida, com apenas três trabalhos oriundos do Nordeste, dois do Centro-Oeste e um do Norte. Esses

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

números não apenas reiteram uma tendência progressiva já observada em edições anteriores, como também revelam a permanência de estruturas que limitam a inclusão de perspectivas diversas no campo dos Estudos para a Paz no Brasil.

A chamada de trabalhos do evento apontou para um objetivo claro ao apontar que

> [...] a periferia do cenário internacional é normalmente entendida enquanto uma mera fornecedora de matéria prima, de onde os dados são extraídos para que estes possam subsidiar a construção de teorias e de conhecimento no centro, e não enquanto um local onde o conhecimento pode ser construído, muito menos reconhecido como válido. Tendo em conta tal cenário, e buscando subvertê-lo, se faz urgente uma problematização crítica aprofundada acerca da paz e da sua construção a partir de uma distinta localização epistêmica. É precisamente neste contexto que o V Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz, a ser realizado na UNILA, tem como proposta central a problematização da paz e sua construção na e a partir da América Latina (PCECS, 2023).

Tal proposta é transparente ao pensar a paz e o campo de estudos a partir de uma perspectiva não-hegemônica em relação ao cenário internacional, entretanto, esse objetivo não foi refletido nacionalmente. A concentração geográfica da produção científica em determinadas regiões não é um fenômeno isolado, mas reflexo de um desenvolvimento histórico e econômico que levou a região sudeste, especialmente São Paulo, a se tornar um “centro de polarização nacional”, principalmente a partir do contexto de migrações do Nordeste para o Sudeste, o que intensificou as desigualdades regionais (Castro; Plácido; Schenkel, 2020). Dessa forma, as universidades situadas na região Sudeste, por concentrarem recursos financeiros e serem foco de autoridade e prestígio institucional - conceitos de Bourdieu (1976), tendem a funcionar como polos de produção e reprodução do conhecimento, enquanto instituições localizadas em regiões periféricas enfrentam barreiras materiais e simbólicas para inserção plena no campo.

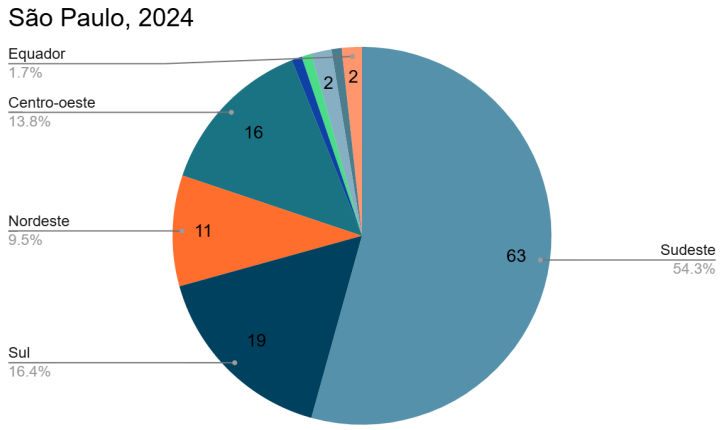
Esse processo pode ser compreendido, através de Bourdieu, como parte das dinâmicas de disputa por capital científico, nas quais os critérios de validação do conhecimento são definidos pelos grupos dominantes, que ocupam as posições mais prestigiadas nas hierarquias acadêmicas. Em vista disso, a consequência desse cenário é a limitação da diversidade epistêmica na consolidação do campo dos Estudos para a Paz no Brasil. A escassa presença de trabalhos oriundos do Norte e do Centro-Oeste, bem como a sub-representação do Nordeste em relação

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

ao Sudeste implicam a invisibilização de experiências, conflitos e saberes e temáticas que poderiam contribuir expressivamente para a discussão da paz.

Por fim, encerrada a análise do V EBEP, a sexta edição do evento apresenta tanto a continuidade de certas tendências quanto o surgimento de mudanças quantitativas relevantes no que se refere à distribuição regional dos trabalhos. Assim sendo, o gráfico abaixo demonstra os dados do último encontro a ser apresentado:

Gráfico 32: Gráfico de origem dos trabalhos - EBEP/2024



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

O VI EBEP, realizado em São Paulo, foi o encontro com o maior número de submissões, totalizando 116 trabalhos apresentados em painel. Os dados apresentados no Gráfico 32 possibilitam inferir que, nesse evento, houve uma manutenção do padrão de concentração regional já identificado nas edições anteriores, porém, nota-se um crescimento expressivo do percentual de trabalhos oriundos de instituições do Centro-Oeste do Brasil. Logo, em relação à produção brasileira, o Sudeste mantém uma posição hegemônica, com 54,3% dos trabalhos, seguido pelo Sul com 16,4%, o Centro-Oeste com 13,8% e o Nordeste com 9,5%, ao passo que a região Norte volta a não ter instituições representantes, o que se trata de um reflexo das desigualdades históricas na distribuição de investimentos públicos em ciência e tecnologia no país, resultado das desigualdades regionais apresentadas anteriormente. Já a participação de instituições estrangeiras cresce em relação aos outros anos, apresentando um percentual de aproximadamente 6% dos trabalhos, com pesquisas oriundas do México, do Equador, de Portugal, de Honduras e da Argentina.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Paralelamente à discussão central desta pesquisa, é possível estabelecer uma relação entre esses dados - e aqueles observados nos encontros anteriores - e a discussão racial. O censo demográfico realizado pelo IBGE em 2022 demonstrou, através da leitura combinada do mapa de “Cor ou raça predominante” por município, (IBGE, 2022) que na região Sul e parte da região Sudeste concentram-se a maior parte da população autodeclarada branca do Brasil, de modo que as demais regiões possuem maior concentração de população autodeclarada preta/parda, além disso, a região Norte é a que mais concentra populações indígenas.

Esses dados revelam uma profunda distorção entre onde vivem as maiorias racializadas e onde se concentra a produção acadêmica dos Estudos para a Paz no Brasil. Nas edições mais recentes do EBEP, a título de exemplo, somente o Sudeste respondeu por 38 trabalhos em 2023, enquanto Norte e Nordeste, onde a população parda predomina, juntos apresentaram apenas 4 trabalhos, sendo que o Norte, na maioria dos encontros, sequer teve representação (esteve presente em 2 dos 5 encontros). Esse é um padrão semelhante ao observado na ISA, cuja produção se concentrou em Estados centrais, com populações majoritariamente brancas, como nos Estados Unidos, onde o censo de 2020 demonstrou que “A população de raça branca continua sendo o maior grupo racial ou étnico” (United States Census, 2021), enquanto países periféricos, que normalmente possuem populações racializadas, negras ou mestiças devido ao colonialismo e à classificação social da população mundial (Quijano, 2005), tiveram uma presença percentualmente menor.

Os resultados do EBEP, portanto, não apenas confirmam a persistência de desigualdades regionais, mas também sublinham a urgência de reavaliar as modalidades de organização e de abertura do campo dos Estudos para a Paz. Essa situação expõe uma divergência entre os valores norteadores do campo - como a promoção da justiça social, a superação de formas de violência e a incorporação de saberes historicamente marginalizados - e as práticas vigentes, que continuam a reproduzir internamente as exclusões que se propõem a eliminar. Dessa forma, mesmo com a implementação de políticas afirmativas voltadas à submissão de pesquisas, torna-se fundamental o monitoramento contínuo de sua efetiva inclusão e, caso persistam lacunas, a investigação dos fatores que têm levado ao desaparecimento de contribuições de determinadas regiões.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O capítulo 3 deste trabalho dedicou-se a uma análise das pesquisas apresentadas no EBEP, com foco na discussão sobre raça e racismo, com o objetivo de entender se a discussão de raça e racismo possui visibilidade na produção acadêmica brasileira sobre paz. Nesse sentido, observou que, em relação à produção acadêmica internacional, no âmbito doméstico essa discussão possui um espaço maior em termos percentuais, contudo ainda se mostrou uma agenda instável e sem bases de estudos fortes. Além disso, as demais variáveis consideradas demonstraram um padrão semelhante ao observado na produção acadêmica internacional, pois, de maneira geral, observou-se uma concentração da produção em determinadas regiões e um modesto predomínio de mulheres à frente dessas pesquisas. Por outro lado, em relação às temáticas dos trabalhos, percebeu-se que em alguns anos houve uma concentração maior de trabalhos sobre determinados temas, como em 2017, que predominou estudos voltados para as teorias e abordagens (40% dos trabalhos), enquanto em 2018 essas discussões foram mais bem distribuídas em relação às temáticas.

Primeiramente, no que tange à presença da discussão racial nos encontros do EBEP, que apareceu em apenas 15 dos 331 trabalhos apresentados, demonstra uma urgência em se trabalhar mais essa questão nas discussões sobre paz. Isso se dá especialmente considerando a importância dessa temática no contexto nacional e toda a relação que o Brasil possui com o passado escravista e colonial, que tornou a raça e o racismo elementos centrais da conformação do Estado e da sociedade brasileira. Essa sub-representação pode indicar uma tendência do campo no Brasil de discutir temas mais tradicionais nos estudos sobre paz, como conflitos e violência direta. Essa tendência, contudo, acaba por refletir uma marginalização das vozes que poderiam contribuir para uma compreensão mais ampla e crítica das violências estruturais que afetam a sociedade brasileira, um objetivo central na consolidação do campo.

Além disso, de maneira geral, a análise da diversidade temática dos trabalhos apresentados ao longo das edições do EBEP mostrou uma tendência à priorização de enfoques mais tradicionais e institucionais, enquanto debates interseccionais e estruturais, como os que envolvem desigualdade e problemas sociais, permaneceram menos discutidos. Essa situação reforça a necessidade de um

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

movimento epistemológico que amplie os horizontes do campo, incorporando de maneira mais eficaz perspectivas decoloniais e críticas, que seria relevante para a discussão sobre paz no contexto regional e nacional.

A distribuição de autorias por gênero também foi um aspecto relevante, com uma participação relativamente maior de mulheres na produção acadêmica apresentada nos encontros. Em 2024, por exemplo, o número de mulheres (50,86%) superou o de homens (38,79%), indicando uma presença feminina maior nos debates e pesquisas sobre paz. Essa análise deve ser lida sob a lente da interseccionalidade, considerando a possível sub-representação de mulheres negras e indígenas, o que evidencia a persistência de um padrão de invisibilização que opera na convergência entre gênero e raça. Ainda que não seja um dado possível de ser analisado, é uma problematização relevante para se compreender como essas desigualdades impactam na construção de um espaço em que haja justiça social.

Por fim, a análise das regiões de origem dos trabalhos apresentou uma concentração significativa de submissões oriundas do Sudeste, com uma presença ínfima de trabalhos do Norte e do Centro-Oeste. Essa distribuição geográfica reflete desigualdades estruturais que limitam a inclusão de perspectivas diversas no campo dos Estudos para a Paz, evidenciando a necessidade de promover uma descentralização e democratização do conhecimento produzido. Além do mais, são contribuições importantes para os estudos sobre a construção da paz a partir de perspectivas locais.

Assim, essas considerações ressaltam a urgência de integrar a discussão racial nos Estudos para a Paz, a fim de buscar consolidar o campo como um espaço que não apenas reconheça, mas também valorize as experiências e saberes das populações racializadas e marginalizadas no Brasil e que considere as diferentes realidades que devem ser consideradas no entendimento sobre paz.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

CONCLUSÃO

O presente estudo analisou a presença ou ausência da discussão de raça e racismo na seção de Estudos para a Paz da ISA e nos trabalhos apresentados no EBEP. No primeiro momento, investigou-se como o campo acadêmico de Relações Internacionais se desenvolveu a partir de bases teóricas e perspectivas consideradas universais, mas que, na prática, serviram aos interesses de um grupo restrito de países e à consolidação de uma ordem internacional hierárquica.Essa ordem, conforme problematizado ao longo do trabalho, estrutura-se a partir de um sistema racista e patriarcal que sustentou o colonialismo e, mesmo após os processos formais de descolonização, continua a operar sob a lógica da colonialidade, perpetuando desigualdades e diferentes formas de dominação.

Essas abordagens hegemônicas evidenciam a necessidade de um debate explícito sobre a paz, sobretudo num ambiente internacional cujas decisões partem de uma perspectiva unilateral. A dominação epistemológica, própria da geopolítica do conhecimento, define não apenas o que é reconhecido como conhecimento válido, mas também quem são os sujeitos autorizados a produzi-lo. Nesse sentido, a hipótese de que a discussão racial é marginalizada nos Estudos para a Paz, devido à hegemonia de epistemologias eurocêntricas, foi confirmada pelos dados apresentados nesta pesquisa.

No âmbito dos Estudos para a Paz, essa assimetria resulta na sub-representação de epistemologias e experiências históricas de regiões afetadas por conflitos coloniais e raciais, como América Latina, Caribe e África, nas grandes conferências. Esse desequilíbrio é tanto quantitativo quanto político, pois silencia vozes e epistemologias racializadas e reforça um modelo de paz universalista, desvinculado da discussão racial e alheio às implicações do racismo estrutural nos conflitos contemporâneos. Como enfatiza Santos (2010), essa lógica promove um verdadeiro epistemicídio, apagando modos de conhecer e de resistir que não se alinham à racionalidade ocidental moderna.

No segundo capítulo foi apresentado o resultado das análises da ISA no período de 2015 a 2014. Os dados demonstraram que nos últimos dez anos foram apresentados um total de 3.266 trabalhos na seção de Estudos para a Paz, dos quais menos de 0,25% tratavam da temática racial. Os principais debates abordaram operações de paz, teorias e estudos sobre paz e conflito, além de um número

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

expressivo de trabalhos que discutiam a questão de gênero nos debates internacionais. Quanto à filiação institucional, o evento apresentou trabalhos de diversos países, mas com uma concentração de instituições europeias e estadunidenses. Houve também um número maior de pesquisas apresentadas por mulheres.

Observou-se que na ISA o Sul Global permanece periférico, enquanto o Norte define agendas, métodos e prioridades temáticas. A participação minoritária de pesquisadores de regiões historicamente colonizadas e, como demonstra Quijano, racializadas, mostra que a internacionalização promovida pela ISA acaba sendo, na prática, seletiva e desigual. O resultado é a reprodução de uma paz pensada para o Sul mas sem considerar as próprias perspectivas e desafios dos países periféricos. O resultado é tanto o comprometimento da construção de uma epistemologia mais diversa e plural dos Estudos para a Paz.

Em seguida, o terceiro capítulo esteve centrado na apresentação da produção acadêmica nacional sobre paz por meio da análise dos trabalhos apresentados no EBEP. Nesse encontro, ao longo de cinco edições foram apresentados nos paineis um total de 331 trabalhos, dos quais cerca de 4,5% discutiam temas de raça e racismo. Em relação às regiões de origem dos trabalhos, predominou-se pesquisas oriundas de instituições do Sudeste e Sul do Brasil, enquanto o Norte e o Centro-Oeste estiveram sub-representados. Em relação às instituições do Nordeste, com exceção do II EBEP, que foi sediado na Paraíba e contou com 35,1% dos trabalhos oriundos de instituições dessa região, nas demais edições a presença dessa região foi proporcional ao número de trabalhos e de regiões presentes.

Esses resultados indicam que, apesar de o EBEP demonstrar maior abertura à discussão racial do que a ISA, ainda há desafios importantes quanto à consolidação dessa agenda no campo da paz no Brasil. A presença minoritária de trabalhos que articulam raça e paz revela a persistência de um modelo acadêmico que ainda tende a tratar a questão racial como periférica ou opcional, mesmo em espaços centrados nessa discussão ampla de paz. Além disso, as assimetrias regionais dentro do próprio país reforçam a necessidade de estratégias que promovam maior inclusão institucional e epistêmica, sobretudo de universidades e pesquisadores do Norte e Centro-Oeste.

Dessa forma, os dados e análises apresentados confirmam que a discussão racial segue sendo marginalizada nos Estudos para a Paz, tanto em espaços

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

acadêmicos internacionais quanto nacionais. Esse silenciamento compromete a possibilidade de se pensar uma paz que leve em consideração as múltiplas formas de violência que atingem corpos racializados e territórios marcados por legados coloniais. Assim, para pensar a paz de maneira crítica é fundamental reconhecer o racismo como elemento estrutural dos conflitos e da própria ordem internacional, bem como incorporar, de forma efetiva, epistemologias produzidas a partir do Sul Global como parte integrante da agenda de pesquisa e ação pela paz. Nesse sentido, os Estudos para a Paz torna-se um espaço de produção de conhecimento que, embora voltado para a superação da violência, frequentemente reproduz estruturas de invisibilização racial. Sendo assim, avançar nessa direção é uma exigência política e epistêmica para a construção de uma paz plural, justa e emancipatória, que considere as diferentes realidades históricas e sociais.

Diante do exposto, abrem-se possibilidades significativas para investigações futuras. Um desdobramento possível seria o aprofundamento das discussões sobre as interseções entre raça, gênero e classe nos Estudos para a Paz, especialmente a partir de perspectivas feministas negras, indígenas e afro-latino-americanas. Ademais, novas pesquisas podem explorar as múltiplas concepções de paz elaboradas por comunidades tradicionais, colocando essas populações — frequentemente invisibilizadas enquanto autoras e sujeitas do conhecimento — no centro das análises. Tal abordagem contribui não apenas para a ampliação do debate sobre raça, mas também para o reconhecimento de que o racismo representa uma problemática estruturante que afeta de maneira particular as populações nativas e seus modos de vida.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

REFERÊNCIAS

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. *Revista Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 27, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84641. Acesso em: 12 jun. 2025.

AKOTIRENE, Karla. Interseccionalidade. São Paulo: Polém, 2019. 150 p.

ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. A MORTE DE GEORGE FLOYD E O FORTALECIMENTO DA LUTA ANTIRRACISTA: “NO JUSTICE, NO PEACE”. **Eccos Rev. Cient.**, São Paulo , n. 60, jan. 2022. Disponível em <https://doi.org/10.5585/eccos.n60.21733> acesso em 26 maio 2025.

ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie (org.). Race and Racism in International Relations: confronting the global colour line. S.I: Routledge, 2015.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. Dados, [S.L.], v. 60, n. 2, p. 505-540, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO) http://dx.doi.org/10.1590/001152582017127.

BARBÉ, Esther. Relaciones Internacionales. Madrid: Tecnos, 1995.

BARRIE, Christopher. Searching Racism after George Floyd. **Socius**: Sociological Research for a Dynamic World, [S.L.], v. 6, n. [], p, jan. 2020. SAGE Publications. http://dx.doi.org/10.1177/2378023120971507.

BLANCO, Ramon; DELGADO, Ana Carolina Teixeira. Problematising the Ultimate Other of Modernity: the crystallisation of coloniality in international politics. **Contexto Internacional**, [S.L.], v. 41, n. 3, p. 599-619, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0102-8529.2019410300006.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104. Tradução de Paula Montero.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A CONSTRUÇÃO DO OUTRO COMO NÃO-SER COMO FUNDAMENTO DO SER**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTRO, Cloves Alexandre de; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHENKEL, Cladecir Alberto. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional tecnológica e a questão regional. Revista LABOR, Fortaleza, v. 1, n. 24, p. 331-355, jul./dez. 2020.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. DECOLONIZAR LA UNIVERSIDAD: la hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL,

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

Ramón (comp.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 79-91.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (org.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment. [1. ed.]. Nova York: Routledge, 1990, 2. ed., rev. 2000.

CORTE, Marilene Gabriel Dalla; MOROSINI, Marilia Costa; FELICETTI, Vera Lucia. Internacionalização da Educação Superior na Perspectiva Sul-Sul: Movimentos e Contextos Emergentes em Tempos Pandêmicos. **Rev. Int. Educ. Super.**, Campinas, v. 8, 2022. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2446-942420220001001 09&lng=pt&nrm=iso> acesso em 30 maio 2025.

CURIEL, Ochy. **La Nación Heterosexual**: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Brecha Lésbica y En La Frontera, 2013. 202 p.

FAUSTINO, D. M.; GONÇALVES, R. A nova pandemia e as velhas relações coloniais, patriarcais e racistas do capitalismo brasileiro. Lutas Sociais, [S. l.], v. 24, n. 45, p. 275–289, 2020. DOI: 10.23925/ls.v24i45.53009. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/53009. Acesso em: 26 maio. 2025.

FERNÁNDEZ, Marta. As Relações Internacionais e seus Epistemicídios. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.8. n.15, p. 458 – 485. Junho, 2019.

FERREIRA, Marcos Alan; MASCHIETTO, Roberta Holanda; KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla (org.). Estudos para a paz: conceitos e debates. São Cristóvão: Ufs, 2019.

FIGUEIREDO, Angela; GROSFOGUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 223–234, 2010. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/9096. Acesso em: 12 jun. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research. Journal of Peace Research, v. 6, n. 3, 1969, p. 167-191. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002234336900600301> acesso em 20 de jan de 2025.

GASPAR, Sérgio Ricardo. O Silenciamento da questão racial na comunicação: a paz negativa nas organizações e o mito da democracia racial no brasil. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E DE RELAÇÕES PÚBLICAS, 14., 2020, Bauru/SP, 2020. p. 1-14.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, set. 2012. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 15 maio 2025.

GÓMEZ, Selena Pizarro. Las Relaciones Internacionales desde los feminismos descoloniales. Una propuesta dialógica hacia una economía feminista descolonial. **Relaciones Internacionales**, [S.L.], n. 44, p. 147-164, 29 jun. 2020. Servicio de Publicaciones de la Universidad Autonoma de Madrid. http://dx.doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2020.44.008.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25–49, jan./abr. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003. Acesso em: 27 maio 2025.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2008. p. 439–486.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos subalternos. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2016. p. 147-193.

HENDERSON, Errol A.. Hidden in plain sight: racism in international relations theory. In: ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. RACE AND RACISM IN INTERNATIONAL RELATIONS: confronting the global colour line. Nova York: Routledge, 2015. Cap. 1. p. 17-44.

International Studies Association. Disponível em: <https://www.isanet.org> acesso em 10 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2022: Trabalho. *IBGE*. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=38698&t=resultados. Acesso em: 12 jun. 2025.

JESUS, Blenda Santos de. Espaço social e simbólico do negro na produção acadêmica brasileira das Relações Internacionais no século XXI. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, *[S. l.]*, v. 8, n. 15, p. 397–423, 2019. DOI: 10.30612/rmufgd.v8i15.11545. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/11545. Acesso em: 12 jun. 2025.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

JESUS, Diego Santos Vieira de. O Baile do Monstro: o mito da paz de vestfália na história das relações internacionais modernas. **Dimensões**, Rio de Janeiro, v. 26, n., p. 273-287, 2011.

KEMER, Thaíse; PEREIRA, Alexsandro Eugenio; BLANCO, Ramon. A construção da paz em um mundo em transformação: o debate e a crítica sobre o conceito de peacebuilding. Revista de Sociologia e Política, v. 24, n. 60, p. 137-150, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316246006.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 1, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509. Acesso em: 28 maio 2025.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**, v. 1, p. 127-167, 2007.

MARTINS, Mireile Silva; MOITA, Júlia Francisca Gomes Simões. FORMAS DE SILENCIAMENTO DO COLONIALISMO E EPISTEMICÍDIO: apontamentos para o debate. In: V ENCONTRO DE ENSINO DE HISTÓRIA, 5., 2018, [S.I.]. **Anais [...] .** [S.L.]: [S.I], 2018. p. 1-11.

MIGNOLO, Walter D. DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da Uff – Dossiê: Literatura, Língua e Identidade, Niterói, n. 34, p. 287-324, jan. 2008. Traduzido por: Ângela Lopes Norte.

MIGNOLO, Walter D. Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. [S.I.]: Ediciones Akal, 2003. 456 p.

MIGNOLO, Walter; ESCOBAR, Arturi (ed.). **Globalization and the Decolonial Option**. [S.I.]: Routledge, 2010.

MIGNOLO, Walter D.. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. **Revista Lusófona de Educação**, [S.L.], v. 48, n. 48, p. 187-224, 4 nov. 2020. Revista Lusófona de Educação. http://dx.doi.org/10.24140/ISSN.1645-7250.RLE48.12.

MILLS, Charles W. Black Rights/White Wrongs: The Critique of Racial Liberalism. Nova York: Oxford University Press, 2017.

MILLS, Charles. **O Contrato Racial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

MINGST, Karen A.. Princípios de Relações Internacionais. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 353 p.

OLIVEIRA, Ananda Vilela da Silva. Exclusão do sujeito negro e a negação de raça na produção academica em Relações Internacionais no Brasil. Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 8, n. 15, p. 366-396, jun/2019.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-172, 30 abr. 2017. Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI. http://dx.doi.org/10.21530/ci.v12n1.2017.611.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; LINS, Mônica Regina Ferreira. A colonialidade nas origens do pensamento racial brasileiro. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 281-292, 28 jul. 2024. Universidade Federal do Espírito Santo. http://dx.doi.org/10.47456/cadecs.v12i1.45362.

PISCITELLI, Adriana; BELELI, Iara; LOPES, Maria Margaret. Cadernos Pagu: contribuindo para a consolidação de um campo de estudos. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 242–246, jan./jun. 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000100015. Acesso em: 30 maio 2025.

POCHMANN, Marcio; SILVA, Luciana Caetano da. **Concentração espacial da produção e desigualdades sociais**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S.l.], v. 22, 2020. DOI: 10.22296/2317-1529.rbeur.202004. Disponível em: https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6016. Acesso em: 30 maio 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. Perú Indig, [S.L.], v. 29, n. 13, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 107-126.

REIS, Diego dos Santos. Saberes encruzilhados: (de)colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. **Educar em Revista**, [S.L.], v. 36, n. 2, p. 1-157, 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.75102.

RIBEIRO, Bruana Lara. La epistemología de la ignorancia en los estudios para la paz. Revista Latinoamericana Estudios de la Paz y el Conflicto, *[S. l.]*, v. 5, n. 9, p. 34–56, 2023. DOI: 10.5377/rlpc.v5i9.16826. Disponível em: https://camjol.info/index.php/ReLaPaC/article/view/16826. Acesso em: 12 jun. 2025.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro?. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

RICHMOND, Oliver P. Peace in International Relations. 2ed. Nova York: Routledge, 2020.

RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. Introdução. In: Por um Feminismo Afro-Latino-Americano, Lélia Gonzalez, ed Zahar, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, [S.L.], v. 18, n. 43, p. 14-23, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/15174522-018004301.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, Sociedade e Culturas**, [s.l], n. 23, p. 137-202, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul: a reinvenção do conhecimento e da emancipação social.** São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31–83.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para descolonizar Occidente. Más allá del pensamiento abismal. Buenos Aires: Clacso, 2010. 74 p.

SANTOS, B. de S. Towards a New Common Sense. Law, science and politics in the paradigmatic transition. New York, London: Routledge, 1995.

SANTOS, C. dos; VELHO, B. M. . “Contrato racial” e representatividade negra: estruturas desafiadoras à uma educação antirracista. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, *[S. l.]*, v. 29, n. 66, p. 189–208, 2024. DOI: 10.20435/serieestudos.v29i66.1875. Disponível em: https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/1875. Acesso em: 11 jun. 2025.

SAID, Edward W.. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia de Bolso, 2003. 451 p. Tradução de Rosaura Eichenberg.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/pt-br.ph. Acesso em: 12 jun. 2025.

SEGATO, Rita Laura. La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda. Buenos Aires: Prometeo, 2012.

SEITENFUS, Ricardo. Introdução às Relações Internacionais. São Paulo: Manole, 2007.

SILVA, Evanildo Alves da. BONFIM, Marco Antônio Lima do. A necropolítica de Estado e o racismo antinegro: uma análise discursiva do assassinato de George Floyd. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 12, Vol. 11, pp. 48-65. Dez de 2021. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/a-necropolitica> acesso em 13 jun 2025

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

SILVA, Karine de Souza. Critical whiteness studies and international relations: disputing narratives and challenging epidermalized structures of power in teaching, research and extension. Sequência [Recurso Eletrônico] : Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, v.44, n.93, 2023. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/58826. Acesso em: 10 jan. 2025.

SILVA, Karine de Souza. “Esse silêncio todo me atordoa”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37> acesso em 13 jun 2025.

SILVA, Wesley Nascimento. Estados Unidos (1865-1917): de nação dividida a potência imperial continental. 2014.

TOLEDO, Aureo (Ed.). Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais. 2021.

Ulrich, Claudete Beise; Núñez de la Paz, Nivia Ivette y Ströher, Marga Janete (2020) Mulheres em tempos de pandemia: a cotidianidade, a economia do cuidado e o grito uterino! Estudos Teológicos, 60 (2). p. 554. http://doi.org/10.22351/et.v60i2.4101.

U.S. Census Bureau. Estatísticas do Censo de 2020 destacam mudanças na população local e na diversidade racial e étnica do país. *Newsroom – Press Release* (CB21-CN.55), 12 ago. 2021. Disponível em: https://www.census.gov/newsroom/press-releases/2021/population-changes-nations-diversity/population-changes-nations-diversity-portuguese.html. Acesso em: 12 jun. 2025.

WALSH, C., OLIVEIRA, L. F., & CANDAU, V. M. (2018). Colonialidade e pedagogia decolonial: Para pensar uma educação outra. Arquivos Analíticos de Políticas educativas, 26(83). http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3874.

WALSH, Catherine. Interculturalidad Crítica y Pedagogía De-Colonial: Apuestas (Des)De El In-Surgir, Re-Existir y Re-Vivir. Educação Online, Rio de Janeiro, Brasil, n. 4, 2009. Disponível em: https://educacaoonline.edu.puc-rio.br/index.php/eduonline/article/view/1802. Acesso em: 12 jun. 2025.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e Decolonialidade do Poder um Pensamento e Posicionamento "Outro" a partir da Diferença Colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel)**, Pelotas, v. 5, n. 1, p. 6-39, jul. 2019. Tradução de Daniele da Silva Proença.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 07–17, 2010. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303. Acesso em: 6 maio. 2025.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33

ZVOBGO, Kelebogile; LOKEN, Meredith. Why Race Matters in International Relations: western dominance and white privilege permeate the field. It’s time to change that. Foreign Policy Magazine, Washington, v. , n. , p. 1-10, 19 jun. 2020.

Versão Final Homologada
10/07/2025 13:33